

A POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO CAMPO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

GRACIELA FRANCO DA SILVEIRA*
ILDA CHICALÉ ATAURI**

RESUMO

Este estudo tem por objetivo avaliar as ações da política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional no município de Lençóis Paulista sobre o ideário da inclusão social e redução das desigualdades sociais via trabalho, desvelando os desafios e a relevância do profissional de Serviço Social inserido nesta política. A abordagem do estudo foi quali-quantitativa, levantados através de formulários e aprofundados através da técnica de grupos focais. Os sujeitos da pesquisa foram os usuários da qualificação profissional do município de Lençóis Paulista, bem como representante do poder público. O trabalho inicia-se com contextualização e desenvolvimento histórico das relações de trabalho, segue abordando o cenário da pesquisa: município de Lençóis Paulista. Desenvolve esclarecimentos perante a política de trabalho, emprego e renda e faz uma abordagem da profissão de serviço social e a sua articulação com as relações de trabalho. Deste feito, os resultados obtidos permitiram concluir que a política de trabalho, emprego e renda no município de Lençóis Paulista avançou estruturalmente, mas por outro lado constatou-se a falta de prioridade no contexto social. Portanto, estabeleceu-se a necessidade de inserção do profissional de Serviço Social de forma que este apresente propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos.

Palavras chaves: Política pública. Educação profissional. Relações de trabalho.

*Bacharelada em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Bauru, mantida pela Instituição Toledo de Ensino.

**Possui graduação em Serviço Social - Instituição Toledo de Ensino (1979), mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000) e doutorado em Serviço Social PUC/SP pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atualmente é professora na Faculdade de Serviço de Bauru mantida pela Instituição Toledo de Ensino (ITE).

ABSTRACT

This study aims to evaluate the actions of the policy of labor, employment and income in the field of professional qualification in the municipality Lençóis Paulista on the ideals of social inclusion and reducing social inequalities through work, revealed the challenges and relevance of the professional Service added this policy. The approach of the study was qualitative and quantitative, raised through forms and investigated by the technique of focus groups. The research subjects were users of professional qualification of the council Lençóis Paulista and representative of public power. The work begins with background and historical development of labor relations, approaching the scene following the search: city of Lençóis Paulista. Run clarifications to the policy of employment, income and employment and makes a profession of social service and its linkage with the employment relations. This done, the results indicated that the policy of labor, employment and income in the municipality Lençóis Paulista advanced structurally, but otherwise there is a lack of priority in social context. Therefore, there was a need for the professional insertion of Service so that it submit proposals for assistance from their theoretical and methodological expertise, technical-operational and ethical-political.

Key words: Public policy. Professional education. Toosuhted.

1. INTRODUÇÃO

O Presente estudo tratar-se-á da política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional, no município de Lençóis Paulista/SP. Diante desta perspectiva, a proposta se apresenta em identificar o contexto e avaliar as contribuições e lacunas da política, sob o ideário da inclusão social e redução das desigualdades sociais via trabalho, desvelando os desafios e a relevância do profissional de serviço social inserido nesta política.

As indagações que orientaram o estudo referem-se em: qual o contexto da política de trabalho e renda no campo na qualificação profissional no município, quais as lacunas, incoerências e limitações desta política, quais as contribuições da política, perante o contexto contemporâneo das relações de trabalho, qual o perfil desta população usuária, qual o grau de participação social na formulação, implementação e avaliação desta política e quais os desafios e a relevância do profissional de serviço social neste contexto. As hipóteses construídas se sustentaram na perspectiva de que o contexto da política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional no município, não tem se apresentado diferente do resto do mundo e, portanto vem passando por transformações decorrentes da economia globalizada e das inovações provenientes da dinâmica de reestruturação capitalista que tomou forças nas últimas duas décadas e tem afetado diretamente o município. A Qualificação Profissional e Social não tem se firmada como fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico sustentado, como geração de trabalho de qualidade e distribuição de renda e sim na perspectiva de atender as demandas postas pela reestruturação capitalista. A participação social na formulação, implementação e avaliação da política é nula, decorrentes do contexto cultural e político do município. O Assistente Social tem primeiramente como desafio identificar as verdadeiras necessidades sociais dos usuários desta política, posto que as demandas do mundo do trabalho não se confundem com as reais necessidades sociais da classe trabalhadora, portanto se torna de extrema importância sua inserção na política como forma de identificação das expressões da questão social e garantia dos direitos sociais.

A tendência mundial da globalização do mercado decorrente da internacionalização da economia é fato. Nota-se que, acompanhado da globalização surgem inúmeras mudanças nas relações de trabalho emergindo expressões como o crescimento da informalidade, trabalho precário, flexibilização das relações de trabalho, crescente pobreza, desigualdade social. A reestruturação produtiva e as terceirizações nas organizações decorrentes do

processo de globalização, acompanhados da ideologia neoliberal de enxugamento do Estado, tem afetado fortemente as relações de trabalho, principalmente pela expressão do desemprego, realidade presente na conjuntura do sistema capitalista. Portanto, este contexto é abordado inicialmente neste estudo.

Tratar-se-á das novas determinações do mundo do trabalho, perpassando pelos princípios da Administração Científica - Taylorismo, da Administração Japonesa, o Toyotismo, do Fordismo e Keynesianismo, base das transformações nas relações de trabalho, abordando ainda as formas de exploração do capital perante o trabalho, como o trabalho infantil e o trabalho forçado, resgatando um histórico sobre o desemprego e as alternativas postas como forma de superação desta expressão: a economia solidária.

As políticas de trabalho, emprego e renda serão contextualizadas como estratégia pública para o enfrentamento da questão do desemprego e a qualificação profissional como ponto primordial desta política, perpassando por um histórico do ministério do trabalho e abordagem do sistema público de trabalho, emprego e renda.

A qualificação profissional é tratada especificamente neste estudo, se apresentando como possibilidade de empregabilidade á classe trabalhadora, como forma de enfrentamento ás novas demandas e dinâmicas do mercado de trabalho, perpassando pela abordagem da qualificação profissional como direito e política pública e o processo de descentralização da política e o poder local na efetivação da qualificação profissional.

As discussões perante a profissão de Serviço Social se apresentarão no contexto deste estudo, onde se observa a imprescindibilidade do profissional na equipe técnica da política, com o objetivo de intervenção perante as expressões da questão social, principalmente o desemprego, na forma de garantia dos direitos sociais, propondo, negociando com a organização e apresentando propostas que preservam o campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais, sempre pautados no código de ética profissional que rege a profissão. Resgatar-se-á a profissão de serviço social destacando a questão da profissão na contramão da lógica do mercado e a ofensiva neoliberal e os desafios postos ao Serviço Social perante as transformações do mundo do trabalho. Discorrerá a política de trabalho, emprego e renda e a política de assistência social e a importância da intersetorialidade e relações intersecretarial.

Encerra-se o relato teórico, com a aproximação ao cenário da pesquisa, realizando uma contextualização do município, perpassando pela abordagem da biblioteca municipal, pelo histórico, trajetória política, pelo relato de sua população, economia, infra-estrutura urbana, serviços sociais e finalizando com a trajetória da formação profissional no município.

Posterior as reflexões teóricas, o relato volta-se á descrição dos aspectos detectados pela pesquisa de campo junto aos usuários da qualificação profissional e representante do poder público, identificando o contexto da política de trabalho, emprego e renda no município. Discorrer-se-á sobre as ações de intervenção da Política, abordando o levantamento do perfil dos sujeitos usuários da qualificação profissional, concluindo com a abordagem da pesquisa de campo perante a discussão sobre a participação social no desenvolvimento e avaliação da política, a garantia de acesso, permanência, atendimento as demandas e de produção de conhecimento da política, a otimização de inserção e garantia de permanência no mercado de trabalho e a relevância e desafios do profissional de serviço social inserido na política.

É imprescindível afirmar a relevância desta pesquisa já que as novas determinações nas relações de trabalho estão fazendo ressurgir discussões em relação à questão do trabalho, qualificação e educação, as discussões referentes o assunto tem percorrido pelos mais diferentes campos das ciências sociais e o assistente social certamente não deverá perder espaço nesta discussão, já que este profissional é essencial, não somente na intervenção e planejamento da política, mas em todo o processo de discussão referente à qualificação profissional.

Portanto, as conclusões da pesquisa estão pautadas na perspectiva de que a política avançou, e muito, no seu contexto estrutural e político, mas que muito há de se avançar, principalmente na perspectiva da qualificação profissional como mecanismo de atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas. Perante esta realidade, a principal proposto está pautada a inserção de um profissional de Serviço Social no contexto de suas ações, de forma que se supere a perspectiva de mera formação profissional.

Destaca-se a relevância pública deste estudo, já que o município tem destinado investimentos no campo da qualificação profissional, tornando-se necessário a avaliação e contextualização de suas intervenções como forma de aprimoramento e avanço da política. Ressaltando ainda a relevância profissional e acadêmica, já que o tema “qualificação profissional” tem ressurgido nas discussões sociais e o profissional de serviço social deverá estar inserido no contexto destas abordagens.

1 AS RELAÇÕES DE TRABALHO

Desde a pré-história o homem transforma matéria-prima em produtos úteis para sua sobrevivência, as chamadas comunidades tribais, “[...] representantes da última etapa das sociedades sem classes, dotadas de formas primitivas de economia (caça, pesca, criação, primeiras formas de agricultura)” (OLIVEIRA, C.R. 1998, p.11). O homem trabalhava por conta própria, tinha suas próprias ferramentas, tinha domínio de todo o processo de produção, fazia seu preço, seu horário, seu ritmo de trabalho e no restante do tempo dispunha em lazer.

Ao desenvolver da história as camadas mais baixas começam a gastar menos em lazer e mais em bens de consumo, acarretando a necessidade de maior rapidez na produção para atender as demandas emergentes, portanto os rendimentos das camadas mais altas passam a ser destinadas à investimentos nas fábricas aplicando-se a força motriz às máquinas fabris, difundido a mecanização. As fábricas passam a produzir em série, surgindo a indústria pesada, trazendo avanço tecnológico como a invenção de navios, locomotivas a vapor, a expansão das ferrovias. Os trabalhadores passaram a participar do processo de produção apenas como força de trabalho, já que os meios de produção pertenciam à classe burguesa. Foi nesta etapa que se consolida a revolução industrial.

Segundo Arruda (1988, p.14) “... não houve propriamente uma Revolução Industrial e sim uma lenta evolução, que dá seus primeiros sinais de alento nos fins da Idade Média e se completa ao final do século XIX”. O capital acumulado durante a fase do mercantilismo; o vasto império colonial consumidor e fornecedor de matérias-primas; a mudança na organização fundiária, à aprovação dos cercamentos (enclosures) e a disponibilidade de mão-de-obra abundante e barata nas cidades foram terrenos férteis para a Revolução Industrial.

A Revolução Inglesa vem abrir espaço para um novo comportamento político, a emergência do liberalismo e a afirmação do individualismo. Pela primeira vez a burguesia assume o poder e implanta seu projeto político. Os bens da velha aristocracia são confiscados obrigando-lhes a alienarem parte de suas antigas propriedades, arrastando a nobreza feudal a produzir para o mercado. O Absolutismo inglês é eliminado e instituiu o Parlamentarismo, iniciando o expansionismo colonial e imperial da Inglaterra. A burguesia se fortalece e permite

que o país tenha o mais importante comércio da Europa, favorecendo ao acúmulo do capital e conquistando o mercado mundial.

A burguesia, cada vez mais fortalecida, começa a investir no campo, cria grandes propriedades rurais e implantam novos métodos agrícolas que permitem maior produtividade e racionalização do trabalho. De acordo com Arruda (1988 p.34) o antigo protecionismo dispensado pelos reis aos camponeses, caiu por terra, aprovam-se os cercamentos (enclosures), o qual processa a transição para o modelo de produção capitalista, e a terra que era um bem comum para a produção camponesa, passa a ser encarada como um bem de produção. Os burgueses passam a cercar as suas terras, arrendando-as e deixando muitos camponeses sem trabalho, acarretando grande êxodo rural, já que suas terras estavam reunidas em um único lugar e eram tão poucas que não garantiam a sobrevivência.

Com a ampliação do consumo e conseqüentemente a necessidade de aumentar a produção, surge na Inglaterra o “comerciante-manufatureiro que se apodera da produção, mas preserva o antigo modo de produção artesanal que se desenvolve a domicílio, o putting-out system” (ibid., p.47). O comerciante- manufatureiro distribuía a matéria-prima e pagava ao artesão o combinado pela produção que era desenvolvida em suas casas. Os manufatureiros passam a produzir e contratam artesãos para desempenhar atividades fracionadas do trabalho (fiar, tingir, acabamento) criando a divisão social do trabalho, ou seja, cada trabalhador realizava uma etapa da produção. Este processo marca a transição da manufatura à maquinofatura.

A implementação de máquinas na produção veio trazer aumento significativo ao rendimento do trabalho, aguçando no capital o investimento cada vez maior na tecnologia trazendo significativas mudanças sociais, políticas e culturais para a sociedade, marcando o início da Idade Contemporânea. A chamada primeira revolução industrial se dá em torno de 1780 e marca a fase de transição do artesanato à industrialização. Neste momento, o capitalismo cria forças, amadurece seus ideais e instala-se “definitivamente” ou pelo menos por grande período na maioria dos países. Estando plenamente constituído o capitalismo cria o apartheid entre o produtor e os meios de produção, criando-se duas novas classes sociais, conforme elucidada Marx (2003), os empresários (capitalistas) que detém os maquinários necessários para transformação da matéria-prima, prédios, e bens produzidos pelo trabalho e os operários, proletários ou trabalhadores assalariados que apenas possuem a força de trabalho, o qual se obriga a vendê-la á burguesia em troca de salário. Os trabalhadores passam a se concentrar em fábricas, trazendo radical transformação no caráter trabalho e principalmente acarretando o intenso deslocamento da população rural para as cidades,

vivendo em condições desumanas como cortiços.

A população cresce aceleradamente, conforme Arruda (1988, p.65) “somente na segunda metade do século XVIII, a população aumentou 2,5 milhões de habitantes, num crescimento aproximado de 50%”, surgem às grandes cidades, a miséria, as moradias precárias e desumanas, ou seja, as grandes máquinas a vapor dividem espaço com o “novo” habitat dos proletários que viria surgindo, o ritmo extremamente acelerado do crescimento urbano não foi acompanhado por serviços urbanos adequados á classe trabalhadora que surge.

Portanto:

A mecanização nivela por baixo a habilidade necessária dos trabalhadores, tornava-se possível incorporar, com facilidade, trabalho feminino e infantil. Isto significava também baixar o custo de remuneração do trabalho. A tecelagem exigia pouca força muscular e os dedos finos da criança adaptavam-se, perfeitamente, à tarefa de atar os fios que se quebrava em meio à trama. Sua debilidade física era garantia de docilidade, recebendo apenas 1/3 e 1/6 do pagamento dispensado a um homem adulto e, muitas vezes, recebiam apenas alojamento e alimentação. (Ibid., 68p).

A vida do “novo” proletariado é precária e desumana, as crianças chegam trabalhar dezoito horas por dia, os acidentes de trabalho são freqüentes, dispõem de péssima alimentação, falta de higiene, de ar ou de sol. Eram punidos com castigos, obrigados a fazer compras na loja do patrão, recebendo pagamento em mercadorias, muitas vezes eram obrigados a morarem nas casas fornecidas pela fábrica, pagando altos aluguéis. Este era o perfil do “novo” trabalhador, marcando a revolução industrial como um dos primeiros momentos da intensa desigualdade social.

Os artesãos que estavam acostumados a ditar seu ritmo de trabalho, agora eram submetidos à disciplina das fábricas, os empresários passam a impor duras condições de trabalho aos operários, salários irrisórios a sobrevivência para que se tenham maior margem de lucro. As condições de trabalho são degradantes, sem segurança, disciplina rigorosa, longas jornadas de trabalho, sem descansos ou férias, inexistência de leis trabalhistas e a exploração de mulheres e crianças nas indústrias. Com as novas condições de trabalho reduzia-se a média de vida, muitos trabalhadores entregavam-se a dependência química, e outros se revoltam com as péssimas condições de trabalho, através de movimentos sociais como o movimento “Ludista” derivado do nome de Ned Ludlam, um dos líderes do movimento, que segundo Arruda (1988, p.79) explodiu em 1811, onde os trabalhadores invadiam as fábricas e destruíam as máquinas, pois segundo estes, elas tiravam seus

trabalhos e ainda forçava-lhes longas horas de jornada de trabalho. Manifestavam-se também através do movimento “cartismo ou swing”, na década de 30, baseado na carta escrita por William Lovett, intitulada carta do povo e enviada ao parlamento inglês percebendo as exigências de direito de todos os homens ao voto, voto secreto, eleição anual, igualdade de direitos eleitorais, participação de representantes da classe operária no parlamento e remuneração aos parlamentares e apesar de politicamente derrotado, o movimento conquistou várias mudanças efetivas, como primeira lei de proteção ao trabalho infantil (1833), a lei de imprensa (1836), a reforma do Código Penal (1837), a regulamentação do trabalho feminino e infantil, a lei de supressão dos direitos sobre os cereais, a lei permitindo as associações políticas e a lei da jornada de trabalho de 10 horas. E ainda como forma de luta social pode-se destacar as associações “trade-unions”, que evoluíram lentamente originando os primeiros sindicatos modernos, dando base à participação social, onde o trabalhador se torna “livre” para expressar-se. Nesta perspectiva é relevante a abordagem de Antunes (2003, p.150) que relata:

Participar de tudo..., desde que não se questione o mercado, a legitimidade do lucro, o que e para quem se produz a lógica da produtividade, a sacra propriedade privada, enfim, os elementos básicos do complexo movente do capital.

Portanto a liberdade de expressão se rui perante as ameaças a propriedade privado do capital, o governo e os proprietários das indústrias chegam a organizar uma defesa militar para proteger as empresas contra os trabalhadores e os movimentos sociais que emergiam, demonstrando que o direito de expressão do trabalhador limitava-se aos interesses do capital. Porém, surgem teóricos que se debruçaram sobre a questão social defendendo a criação de uma sociedade mais justa, sem as desigualdade e miséria, emergindo assim as principais quatro grandes correntes de pensamento: o socialismo utópico, o socialismo científico, o anarquismo e o socialismo cristão. Mesquita (2005, p.2) fundamenta que:

A palavra socialismo parece ter sido usada pela primeira vez em 1832, num artigo escrito pelo jornalista francês Pierre Leroux. As condições sociais e econômicas da França durante o período da Revolução e da Restauração dinástica (1815-1830, desconfiança em relação ao poder versus a prática das instituições) ocasionaram o aparecimento de um grupo de pensadores como Fourier, Saint-Simon, Proudhon e Louis Blanc, que se tornaram conhecidos pelo nome de socialistas utópicos ou socialistas românticos.

Os pensamentos de Saint-Simon propunham que a sociedade se formasse sobre a base industrial, sugeria a abolição de todas as formas de religião e o restabelecimento de uma nova ordem moral, fundada nos princípios de Jesus Cristo, buscando a melhoria de vida das classes desafortunadas. Suas doutrinas, portanto, serviram de base para o positivismo de Augusto Comte e relacionaram-se estreitamente com o liberalismo econômico.

Em 1848, a burguesia apodera-se do legislativo, do governo do Estado, com a justificativa de criar condições de desenvolvimento. A Europa marca importantes acontecimentos, principalmente a repressão de junho em Paris, demonstrando a insuficiência prática das teorias socialistas, mas então, surge a figura de Karl Marx, que junto de Frederic Engels, escreve o famoso Manifesto do Partido Comunista, publicado em fevereiro de 1848, iniciando os movimentos revolucionários da Europa. Segundo Mesquita (2005, p.3) Karl Marx, na capital inglesa, “tomou parte na organização da Associação Internacional dos Trabalhadores, que, em 1864, reunia a Primeira Internacional na qual desempenhou um papel preponderante nas declarações e resoluções emitidas pelo partido”, formando uma corrente sindicalista mundial, sendo influenciada pelos socialistas e social-democratas, mas tendo Marx como seu maior expoente. Junto a este período, 1860, emerge a segunda revolução industrial (1860-1914) que conforme Chiavenato (2000, p.5) é “caracterizada pelo surgimento do aço e da eletricidade, os quais passaram a ser utilizados como material industrial e como fonte de energia, ocasionando um grande crescimento industrial e importante avanço tecnológico”.

O processo de industrialização se acelerou e envolveu os mais diversos setores da economia, surgem novas formas de energia, como a hidrelétrica e a derivada do petróleo, a modernização do sistema de comunicação e a efetiva difusão da Revolução Industrial na Alemanha, França, Bélgica, Itália, Estados Unidos, Japão e Holanda e depois por todo o mundo.

O Brasil, como antiga colônia Européia, faz parte do grupo de países de industrialização tardia, pois por regras da política mercantilista, as colônias não podiam desenvolver qualquer atividade produtiva que venham a comprometer as metrópoles, até que com os efeitos da quebra da bolsa de Nova York sobre a agricultura cafeeira modificaram o eixo da política econômica Brasileira e o país assume um caráter nacionalista e industrialista a partir de 1930 com Getulio Vargas e as medidas concretas para industrialização são tomadas.

Entre 1914 e 1945, Chiavenato (2000, p.5) afirma que emerge a fase do gigantismo industrial, ou a chamada terceira revolução industrial, “período em que as empresas

atingiram proporções econômicas enormes, atuando em operações de âmbito internacional e multinacional”. Neste momento surgem algumas abordagens no sistema produtivo das organizações e conforme relato de segundo Slack (1999, p.209) dentre estas as que causaram maior impacto no comportamento do trabalhador foram: a administração científica (Taylorismo) e a administração japonesa (Toyotismo), as quais serão abordadas especificamente no próximo tópico, relatando principalmente os impactos deste momento para classe trabalhadora.

Segundo o mesmo autor (ibid.) de 1945 a 1980 vivenciavam-se a Fase moderna, onde o desenvolvimento tecnológico cresce surpreendentemente através de processos cada vez mais sofisticados. Na década de 1975 tem-se fim da época fordista e inicia-se um modelo apoiado à tecnologia altamente eletrônica e informatizada e após 1980 presencia-se a fase da incerteza: caracterizada pelos desafios, restrições e demais adversidades para as empresas. Uma 3ª Revolução industrial marca essa fase: a revolução do computador, substituindo, em parte, o cérebro humano pela máquina eletrônica.

Esta fase está caracteriza-se pelos grandes complexos industriais, empresas multinacionais, pela automação da produção e pela ascensão das atividades de alta tecnologia como a informática, a robótica, a indústria aeroespacial, as telecomunicações e a biotecnologia.

No final do século XX observa-se o auge da riqueza global, da desigualdade social, da produção mundial e principalmente da apropriação do trabalho, da mais- valia como jamais fora visto comparados em décadas anteriores. A classe operária perde a força representativa e o fetichismo da mercadoria demonstra uma relação mercantil oculta, a estruturação do poder e a presença das classes em desigual estrutura, expropriação o sobretrabalho como uma relação de dominação e subalternidade.

A Completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da auto-realização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 606). Enquanto isso, nesse plano como em vários outros, os problemas se acumulam e as contradições tornam-se cada vez mais explosivas. A tendência objetiva inerente à natureza do capital – seu crescimento dentro de um sistema global conjugado com sua concentração e sua sempre crescente articulação com a ciência e a tecnologia – abala e torna anacrônica a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital. (ibid., p. 990)

A criação destas altas tecnologias só vem fortalecer o sistema capitalista,

melhorando o desempenho e produtividade do trabalho, criando produtos de melhor qualidade e custos baixos de produção, gerando maiores lucros ao capital e conseqüentemente marcantes impactos sociais. A Revolução Industrial demarca uma etapa decisiva no processo de desenvolvimento do sistema capitalista de produção.

2.1 O processo de acumulação originária do sistema capitalista

A Revolução Industrial fortalece o sistema capitalista que tem como base de acumulação de capital, a mais-valia, ou seja, a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, conforme analisa Marx (2003, p.578)

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, ela é essencialmente produção de mais-valia. O trabalho não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele produza. Ele tem que produzir mais-valia para o capitalista, servindo assim “a auto-expansão do capital.

O custo da produção no sistema capitalista em termos salariais sempre é inferior ao valor pago ao trabalhador gerando a chamada mais-valia do sistema, sua base de sustentação. Neste sentido a força de trabalho é essencial para manutenção do sistema e principalmente para sua expansão. O trabalhador recebe sob forma de pagamento, uma parcela de seu próprio produto excedente e a outra parcela destina-se ao capital como forma de aumentar cada vez mais o capital adicional da classe capitalista dominante. O aumento da produtividade condiz com o aumento da exploração perante o trabalho, pois, no contexto desta sociedade o grau de produtividade se dá pelo volume que o trabalhador transforma em produto.

O “Dono” do capital pode adotar a mais-valia absoluta ou a relativa. A mais-valia absoluta estendendo a duração da jornada de trabalho e mantendo o salário constante ou a mais-valia relativa ampliando a produtividade física do trabalho pela via da mecanização. Entretanto com a crescente produtividade cai o valor do custo dos meios de produção, ou seja, a capitalista depende cada vez menos de capital para comprar volume de meios de produção e cada vez mais da mais-valia para lhe gerar o lucro, já que a mais-valia gerada pela classe trabalhadora não é apenas propriedade daquele que a extrai diretamente, e sim de todos aqueles que estão no poder deste sistema, conforme pondera MARX (2003, p.657):

O capitalista que produz a mais-valia, isto é, que extrai diretamente dos trabalhadores trabalho não-pago, materializando-o em mercadorias, é quem primeiro se apropria dessa mais-valia, mas não é o último proprietário dela. Tem de dividi-la com capitalistas, que exercem outras funções no conjunto da produção social, com proprietários de terras etc. A mais-valia se fragmenta, assim, em diversas partes. Suas frações cabem a diferentes categorias de pessoas e recebem, por isso, formas diversas, independentes entre si, tais como lucro, juros, ganho comercial, renda da terra etc.

Com a crescente acumulação do capital, cresce também o número de capitalistas numa batalha de concorrência e redução de preços e conseqüentemente a necessidades de estratégias de ampliação da acumulação do capital. Os capitais grandes esmagam os pequenos aumentando assim o exército industrial de reserva, pois, apesar de que o aumento do capital faça crescer a necessidade de mão-de-obra, o crescimento é proporcionalmente menor, já que, uma população de trabalhadores excedentes é condição necessária para acumulação e desenvolvimento da riqueza capitalista.

Com o desenvolvimento da produtividade e a crescente força do capital se desenvolvem novos ramos de produção e grandes massas humanas devem estar disponíveis para serem exploradas, sem que se prejudique a escala de produção, o capital depende da transformação constante de uma parte da população em desempregados conseqüentemente acarretando a miséria, o mais genuíno produto do sistema capitalista.

Na forma de se manter o processo de acumulação originário do sistema, o capitalismo reage às crises estruturais cíclicas mantendo a força e dominação que o sistema já conquistou. Portanto abordar-se-á, no subitem a seguir, o contexto de suas crises.

2.2 A Crise estrutural do capital e a reação burguesa

Após a segunda guerra mundial, os mercados começaram a se estender, principalmente o mercado mundial, crescendo mais rapidamente que a produção. O pós-guerra vem também trazer um período de crescimento dos Estados de todo o mundo e por motivos dos chamados Estados de bem-estar-social os gastos sociais aumentam, em duas décadas, mais do que em toda a história anterior a 1960. Algumas partes do mundo, como o Japão, Ásia Oriental e América Latina, obtiveram grande crescimento sob a fórmula do

“socialismo real”, onde a industrialização se desenvolveu com importante intervenção estatal. Portanto até meados dos anos 70, o capitalismo se defronta tanto com a expansão dos Estados como dos mercados, conforme relata Sader; Gentil et al (2008, p.43). Mas após um longo período de acumulação de capital e crescimento, Behring e Boschetti (2007, p.112) relatam que:

[...] a fase expansiva do capitalismo maduro começou a dar sinais de esgotamento em fins dos anos 1960, com conseqüências avassaladoras nas últimas décadas do século XX para as condições de vida e trabalho das maiorias, rompendo com o pacto dos anos de crescimento, com pleno emprego keynesiano-fordista e com o desenho social-democrata das políticas sociais.

A Chegada da economia pós-industrial significou uma nova relação entre os mercados e as empresas e diante da abordagens de Sader; Gentil et al (2008, p.44) “com exceção aos serviços sociais e dos serviços públicos, os serviços privados começam a se produzir em empresas menores e, sobretudo, em unidades produtivas muito mais dependentes do mercado e da demanda dos clientes”, provocando uma transformação na constituição da sociedade moderna. Outro aspecto importante, segundo o mesmo autor, foi às tecnologias flexíveis que possibilitaram uma produção flexível nos aspectos de relações industriais, de sistemas laborais ou sistemas de gerenciamento e ainda a expansão absoluta dos mercados financeiros internacionais, que começa com o déficit público dos Estados Unidos financiando a guerra do Vietnã. Neste contexto inicia-se a crise do capital no início do século XX, dando sinais críticos de uma crise estrutural que afeta todo o conjunto da humanidade, já que, nos últimos anos o sistema capitalista burguês garante sua dominação como um sistema social, mas “as crises constituem o ritmo de vida do capitalismo. De fato, as crises cíclicas fazem parte da vida normal deste sistema social e histórico” (ibid., p.47) e como forma de garantir sua sobrevivência tem de realizar mudanças que afetam totalmente todo o metabolismo social.

Alguns traços da crise foram relatadas por Behring e Boschetti (2007, p.67): “[...] crescimento do movimento operário, que passou a ocupar espaços políticos e sociais importantes [...]”, o esgotamento do padrão de acumulação Taylorista/Fordista pela retração do consumo dado pelo desemprego estrutural, o aumento no volume da esfera financeira, que começa a ganhar autonomia e torna-se campo de especulação, maior concentração de capital com as fusões das empresas, o que dependeu de grande volume de investimento, criando “[...] uma verdadeira fusão entre o capital bancário e industrial” (ibid., p.68), ocorre retrações

dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado, as privatizações, percebendo-se neste momento o início da destruição da lógica do capital, o “lucro”:

A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes. Com ela instaura-se a desconfiança de que os pressupostos do liberalismo econômico poderiam estar errados e se instaura, em paralelo à revolução socialista de 1917, uma forte crise econômica, com desemprego em massa, e também de legitimidade política do capitalismo. (SANDRONI, 1992, p.151)

Na forma de resposta á própria crise inicia-se um processo de reorganização dos padrões de acumulação do capital, cujo neoliberalismo é o seu principal advento, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a perda no setor produtivo estatal e um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, buscando retomar os patamares anteriormente ocupados e recuperar as taxas de lucratividade. A crise do capital não afeta apenas os aspectos materiais, mas o indivíduo que vive do trabalho, afeta a consciência de classe, cria-se crise de identidade ligada ao desemprego, à flexibilização do trabalho, as terceirizações.

Mas a crise do capital não se refere a sua extinção, neste contexto Sader e Gentil et al (2008, p.51) salientam:

Qual seria o futuro do capitalismo? A Resposta a esta questão talvez seja hoje dramática: o futuro do capitalismo é o próprio capitalismo [...] O Futuro do capitalismo pode ser um capitalismo selvagem (mais selvagem ainda que o que conhecemos na atualidade), um capitalismo liberal ou social- democrata.

A saída da crise do capital pela via neoliberal é a maior das problemáticas, já que suas estratégias de enfretamento têm apresentado frágeis sucessos com altíssimo custo social “transformando ao próprio neoliberalismo em uma experiência débil” (ibid., p.52) como pode ser observado principalmente na America Latina com a ampliação das diferenças sociais. Neste contexto discutir-se-á a política neoliberal no subitem posterior.

2.3 A Política Neoliberal e as relações de trabalho

O Neoliberalismo nada mais é que um conjunto de idéias políticas e econômicas imposta pelo sistema capitalista, onde se defende uma política contra o Estado intervencionista e de bem-estar, ou seja, deve existir total liberdade de comércio (livre comércio), motivando a acirrada concorrência entre as empresas multinacionais. É uma ideologia inspirada, mas distinta do liberalismo clássico do século XIX que nasceu logo após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Portanto Hayek às vésperas da eleição geral de 1945 na Inglaterra toma como alvo o Partido Trabalhista Inglês que efetivamente venceria as eleições e expõe uma mensagem drástica “Apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderna inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão – uma servidão moderna”, portanto três anos depois, em 1947, Hayek convoca aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na estação de Mont Pelèrin, na Suíça, fundando-se a sociedade de Mont Pelèrin, uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, a qual tinha o propósito de combater o keynesianismo e o solidarismo, preparando bases para um capitalismo duro e livre de regras, conforme salientam Sader e Gentil et al (2008, p.9;10)

Hayek e seus colegas afirmaram que o fortalecimento dos movimentos operário pós-guerra (1960) e o poder excessivo dos sindicatos é que corroe as bases de acumulação capitalista, com suas pressões parasitárias para que o Estado aumentasse os gastos sociais, causando a chegada da grande crise do modelo econômico do pós-guerra, em 1973, quando o capitalismo avançado caiu em profunda recessão onde idéias neoliberais passam a ganhar terreno. A solução seria a contenção de gastos sociais e a restauração da taxa de desemprego, ou seja, a criação do exército de reserva relatado por Marx e assim quebrar os sindicatos e criar uma “saudável” desigualdade .

A hegemonia neoliberal levou em torno de uma década para se realizar, seus governos tomaram iniciativas como: elevar taxas de juros, baixar impostos sobre rendimentos altos, criar níveis de desemprego massivo, abolir controles sobre fluxos financeiros, cansar greves, imposição de legislação anti-sindical, corte de gastos sociais e ainda se lançaram num programa de privatização. O neoliberalismo começa com inimigos diretos como a social-democracia, mas posteriormente estes se mostram os mais dispostos a aplicar políticas neoliberais.

Segundo Sader; Gentil et al (2008, p.12) o tipo de hegemonia neoliberal:

[...] era a hegemonia alcançada pelo neoliberalismo como ideologia. No início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de

esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal.

No Brasil as mudanças se intensificaram a partir da década de 90 e propagou-se na mídia falada e escrita e nos meios políticos. O governo Collor foi marcado pelo neoliberalismo, mas na era FHC – Fernando Henrique Cardoso é que ele se legitima, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social e ainda desprezando as conquistas de 88 no terreno da seguridade social, conforme relata Behring e Boschetti (2007, p.148). Na década de 90, o Brasil vivenciou uma espécie de “reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva a lógica do capital” (ibid., p.151) e, portanto nasce uma natureza pragmática, imediatista, submissa e antipopular das classes dominantes brasileira, e ainda se desencadeia uma verdadeira campanha de mídia para facilitar as privatizações.

Os impactos dessa transformação têm sido agravante no conteúdo social e espacial e na reprodução da força de trabalho, enfraquecendo os sindicatos e a intervenção do Estado perante a questão social, tornando o trabalhador “apenas” uma parcela imprescindível para a geração de mais-valia. Antunes (2003, p.177) aponta que:

É preciso que se diga de forma clara: desregulamentação, flexibilização, terceirização, bem como todo esse receituário que se esparrama pelo “mundo empresarial”, são expressões de uma lógica societal onde o capital vale e a força humana de trabalho só conta enquanto parcela imprescindível para a reprodução desse mesmo capital. Isso porque o capital é incapaz de realizar sua autovalorização sem utilizar-se do trabalho humano. Pode diminuir o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. Pode precarizá-lo e desempregar parcelas imensas, mas não pode extingui-lo.

Diante da perspectiva que perpassa o mundo do trabalho frente ao contexto do sistema neoliberal, se faz necessário a formulação de estratégias de enfrentamento aos seus impactos de acumulação de mais-valia, pois o neoliberalismo vem mercantilizar os bens e serviços essenciais, até mesmo a cultura que é reduzida a mero entretenimento, a arte que passa a ter valor não pela estética da obra, mas pela fama do artista e a apologias aos bens materiais, a tecnologia e a padronização social são seus princípios. O Estado é reduzido a mero instrumento dos setores dominantes, como bem analisa Marx e passa apenas a preservar a ordem política e econômica, deixando livres as empresas para investirem no que for de seu interesse, passando a privatizar inúmeras atividades econômicas, antes controladas pelo Estado e então, algumas questões são atendidas á classe média e popular, mas desde que não influencie os interesses do capital dominante.

Perante as faces de todo impacto negativo da política neoliberal, fica claro que a pobreza tem crescido enormemente nos países de terceiro mundo, mas não somente neles, afirma Sader; Gentil et al (2008, p. 143). A desigualdade social tem se intensificado até mesmo entre os próprios pobres, pois as políticas neoliberais conduzem certos grupos sociais a uma rápida e profunda decomposição. Embora o neoliberalismo tenha logrado êxito relativos no controle da inflação, ele produz um retrocesso social com agravamento das desigualdades em todos os lugares em que ele foi implementado, mas qualquer desfecho para questão do neoliberalismo seria mera suposição, pois ele é um movimento inacabado relata o mesmo autor,

O Neoliberalismo pode ter fracassado economicamente, pois não conseguiu nenhuma revitalização básica, já socialmente ele atingiu muitos de seus objetivos, criando sociedade marcada pela desigualdade. Política e ideologicamente ele alcançou um êxito que nem mesmo seu idealizadores poderiam imaginar, disseminando a idéia de que não há alternativas sem neoliberalismo, portanto a sociedade tem que se adaptar, e assim sua hegemonia predomina e o no final as conseqüências é uma caixa de surpresas.

Uma importante abordagem vinculada à crise do capital e a ideologia neoliberal é a globalização da economia, que também vem trazer inúmeras mudanças nas relações de trabalho, portanto será discutida no subitem a diante.

2.4 A Globalização perante as transformações do mundo do trabalho

A Globalização é um fenômeno capitalista pertencente à década de 90 do século XX, mas “diz-se com freqüência, por exemplo, que tal ou qual fenômeno acontecido nos anos cinquenta já manifestava a globalização; e isto ocorria antes mesmo da existência da própria globalização” (KOCHER, 2005, p.90). Campos (1998, apud KOCHER, 2005, p.91) relata que “[...] a globalização contemporânea pós muro de Berlim é apenas uma retomada de tendência após um longo interregno coletivista”. Nesta perspectiva pode-se considerar que no começo deste milênio ouve a maior de todas as globalizações, a formada pelo império romano, onde o latim se torna língua franca de todo o mundo, como uma espécie de moeda única,

Schilling (2005, apud BATISTA et al, 2006, p.83) salienta a globalização em três etapas distintas:

A primeira fase da globalização, ou primeira globalização, dominada pela expansão mercantilista (de 1450 a 1850) da economia-mundo européia; a segunda fase, ou segunda globalização, que vai de 1850 a 1950, caracterizada pelo expansionismo industrial-imperialista e colonialista; e, por último, a globalização propriamente dita, ou globalização recente, acelerada a partir do colapso da URSS e da queda do muro de Berlim, de 1989 até o presente.

Durante os anos de 1450 á 1850 o expansionismo mercantilista da economia mundo Européia, resultado de uma rota marítima para as Índias que garantiu as primeiras feitorias comerciais européias na Índia, China e Japão, abrindo aos conquistadores as terras do Novo Mundo, salienta o mesmo autor. Portanto formam-se as colônias de exploração, no sul da América do Norte, Caribe e no Brasil, baseando-se geralmente em um só produto, utilizando-se de mão-de-obra escrava da África ou mesmo Indígena e ainda expropriando-se das terras indígenas, sufocando ou destruindo sua cultura e devastando este povo com as epidemias e doenças provindas do contato e maus-tratos a população nativa.

A Revolução Industrial caracteriza o segundo momento da globalização (1850-1950), marcada pela dominação da burguesia industrial e bancária e após o fim da segunda Guerra, o mundo presencia a chamada “Guerra Fria” onde neste período, os países se dividiram em torno de correntes políticas (comunistas x capitalistas) e, embora haja um aumento na integração entre os países, ainda existem barreiras ideológicas, que acabam apenas com o colapso da URSS e a queda do muro de Berlim, chegando à fase atual da globalização, sob a égide de uma só superpotência mundial: os Estados Unidos, Schilling (2005, apud BATISTA et al, 2006, p.84).

Com o fim da segunda guerra (1939-1945), as nações pretendiam impedir que novamente acontecesse uma destruição como a tal e acreditavam que a adoção de mecanismos diplomáticos e comerciais poderia aproximar as nações, começando a surgir o conceito de blocos econômicos. As Necessidades de ampliar o mercado e reconstruir o país proporcionaram aparatos para abertura de produtos de outros países, marcando a ampliação da ideologia econômica do liberalismo, relatada por Pochmann (1999, p.26):

Tratou-se na verdade de intensas transformações da ordem econômica mundial, das formas organizadas e das estruturas que sustentaram o capitalismo do pós-guerra, com as economias nacionais articuladas em torno de um Estado regulador e voltado ao bem-estar social ou de um Estado desenvolvimentista.

De todas as transformações, a questão cultural, e a alienação exercida pela globalização foi a que mais marcou este momento, influenciando diretamente a sociedade, a qual absorveu e tem absorvido os padrões de países dominantes, causando ausência de discussões e uma débil capacidade de construção de programas que apresentem resultado a Nação. Paulo Nogueira Batista (FSP, 9/4/1998, Caderno 2, p. 2)., professor e economista da FGV - Faculdade Getúlio Vargas relata que: “[...] o Brasil, sempre propenso a se encantar com os modismos internacionais mais vagabundos”, contestando a frase disposta pelo economista John Kenneth Galbraith, em sua passagem pelo Brasil em 1998, quando afirma á Folha de S. Paulo: “globalização não é um conceito sério”.

O segundo momento da globalização vem marcado por características abordadas por Mollo (2005) sendo estas: 1) Deslocamento espacial das diferentes etapas do processo produtivo, de forma a integrar vantagens nacionais diferentes 2) Desenvolvimento tecnológico acentuado, nas áreas de telemática e informática, usando-o de forma a possibilitar o deslocamento espacial das fases de produção e reduzindo tempo e espaço no processo de comercialização 3) Simplificação do trabalho, para permitir o deslocamento espacial da mão-de-obra 4) Igualdade de padrões de consumo, para permitir aumento de escala 5) Mobilidade externa de capitais, buscando rentabilidade máxima e curto prazo 6) Difusão (embora desigual) dos preços e padrões de gestão e produção, mantendo, todavia, diferenças de condições produtivas que são aproveitadas no deslocamento da produção.

Consideração todo o processo histórico da formação da globalização, ainda existem divergências conceituais perante o assunto, já que se pode afirmar existem etapas na economia política da globalização, que a globalização se formou pós queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, símbolo do fim da guerra fria com a vitória dos Estados Unidos ou então que a globalização é “um movimento novo de um processo antigo” (KOCHER, 2005, p.98). Após a queda do muro de Berlim, a China comunista começa a adotar reformas que visavam à modernização implantando indústrias multinacionais e desde então a economia capitalista toma forças, criando campo fértil para a imbatível globalização. Com o fim do comunismo, diante das novas tecnologias adquiridas pela revolução industrial e a emergência de uma economia global, o mundo abre espaço para que os atores internacionais entrem em cena, em um sistema complexo de relações interdependentes, internacionais e multifacetadas.

A Questão da globalização não está apenas ligada às questões econômicas, mas também a influência do Estado, onde este se modifica para atender a necessidades globais e não mais as nacionais. A cada dia surgem novidades tecnológicas e junto o desemprego, já

que a globalização vem atender ao sistema capitalista com todas as suas estratégias de acumulação de capital. Surgem nichos de desenvolvimento, por um lado a riqueza, o desenvolvimento, o progresso e por outro lado a miséria, a desigualdade, a falta de acesso ao desenvolvimento, ou seja, uma modernização que não proporcionou a maioria da população anseios de uma vida digna e humana, Pochmann (1999, p.28) afirma que:

[...] por um lado, retiram-se dos Estados nacionais a capacidade de efetivar políticas macro-econômicas voltadas ao pleno emprego e políticas sociais capazes de favorecer a distribuição de renda. Por outro lado, é no nível dos Estados nacionais que se plasman os efeitos perversos da busca de maior competitividade por parte das empresas. Paralelamente as inseguranças do mundo do trabalho (com ampliação do desemprego da heterogeneidade do mercado de trabalho e da desigualdade), dificulta-se a expansão do crescimento sustentado e durável, acentuando-se outras formas de insegurança em sociedade cuja sociabilidade esteve baseada no trabalho e ressurgem posições xenófobas e nacionalistas a cujo potencial de barbárie já se assistiu no século XX.

A globalização se torna muita mais excludente do que social, já que favorece as classes, sociedades e ideologias dominantes, ou seja, as quais detêm o poder, o capital e irreleva as necessidades da maioria da população, aumentando assim as desigualdades sociais. A globalização segundo Kocher (2005, p.98) significa:

A hegemonia do mercado sobre a intervenção e/ou o planejamento econômico realizado pelo Estado;
A Predominância do capital sobre o trabalho na determinação dos elementos constitutivos do “valor agregado” dos bens e serviços produzidos; A negação do trabalho (e, conseqüentemente, do sindicalismo e de outras formas de vida associativa da classe operária) como forma de compreensão deste mesmo “valor agregado”;
A restauração da hegemonia dos Estados Unidos da América na economia mundial, capaz de produzir um padrão de estruturação da globalização, malgrado a Alemanha e, principalmente, o Japão também possuam elementos de ampla inserção neste processo.

Devemos considerar que a globalização pode ser observada como algo que impõe ou vende ideologias, culturas, padrões, como algo perverso e de marcantes conseqüências. No intuito de legitimar as construções imaginárias do sistema, os formadores de opinião fazem uso de uma arma extremamente importante, a repetição, criando mitos globais.

Portanto esta mesma globalização que cria utopias faz alastrar males morais e sociais para uma esquecida maioria, marcando sua perversidade. Finalmente a esperança da globalização: de se revelar sua mentira ou de se amenizar sua verdade. Nesta perspectiva, Santos (2001, p.24) salta que “um mercado global utilizando esse sistema de técnicas avançadas resulta nessa globalização perversa. Isso poderia ser diferente se seu uso político fosse outro”. O poder destas técnicas utilizadas pela globalização mudaria a sociedade se seu uso político fosse outro, senão tornasse a sociedade refém dos detentores do dinheiro, do poder e da informação que é transmitida a maioria da população de forma manipulada.

Estamos diante de um novo encantamento do mundo, no qual o discurso e a retórica são o princípio e o fim. Esse imperativo e essa onipresença da informação são insidiosos, já que a informação atual tem dois rostos, um pelo qual ela busca instruir, e outro, pelo qual ela busca convencer. Esse é o trabalho da publicidade. (ibid., p.39)

Esse é o debate central, a busca de que a globalização fizesse o uso de suas técnicas de uma nova forma, permitindo-nos a esperança de utilizar este sistema técnico contemporâneo com outras formas de ação. Mas no que investe a globalização é o consumismo e a competitividade, levando a sociedade a um definhamento moral e intelectual, reduzindo-se a visão de mundo, de personalidade, fazendo com que a sociedade esqueça a diferença entre consumidor e cidadão. Ibid., p.65 descreve a história contraditória de uma globalização perversa:

É irônico recordar que o progresso técnico aparecia, desde os séculos anteriores, como uma condição para realizar essa sonhada globalização com a mais completa humanização da vida no planeta. Finalmente, quando esse progresso técnico alcança um nível superior, a globalização se realiza, mas não a serviço da humanidade. A globalização mata a noção de solidariedade, devolve o homem à condição primitiva do cada um por si, e como se voltássemos a ser animais da selva, reduz as noções de moralidade pública e particular a um quase nada.

A globalização, portanto, vem criar aceleradamente e artificialmente: necessidades materiais e anexas criam-se inevitavelmente situações de escassez, necessidades e desigualdades, posicionando a classe trabalhadora em uma convivência de escassez conflituosa, numa guerra para viver na esfera de consumo. Portanto devemos pensar que a globalização não é irreversível, ainda existe a oportunidade de começar uma história

verdadeiramente humana como a relatada:

A mesma materialidade atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica (emergência das técnicas da informação) e a mutação filosófica da espécie humana (capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada pessoa e também do planeta). (ibid.,p.174)

Portanto podemos concluir que a globalização apesar de possuir armas sociais extremamente fortes e que poderiam ser utilizadas para o bem-estar social, ainda vem trazendo desigualdade, escassez, necessidades, alienação. Uma realidade que pode ser modificada, desde que os seus mecanismos sejam utilizados na construção de um mundo mais humano.

A globalização marca a ampliação da competitividade entre os produtos, acirrando a concorrência e levando as empresas a buscarem elementos que reordenem o modo de produção de maneira que as organizações enfrentem a grande concorrência e amplie a acumulação do capital. Neste contexto, emerge a chamada reestruturação produtiva ou reestruturação do capital, a qual será tratada no próximo subitem.

2.5 A Reestruturação Produtiva no contexto do mundo do trabalho

O Processo de reestruturação produtiva é a resposta à crise estrutural do sistema, buscando reordenar a produção de modo que se aumente a acumulação do capital. Este processo traz repercussões consideráveis ao mundo do trabalho, alterando o processo de suas relações, as modalidades de gestão, de consumo e de controle da força de trabalho. O desafio da reestruturação do capital é a maior flexibilização do uso do capital e trabalho, reduzindo os custos, a ociosidade e os riscos da instabilidade financeira e dos mercados e ainda promover medidas voltadas para a redução do papel regulador das políticas públicas e dos mecanismos de negociação, o que tem provocado múltiplos efeitos sobre o mundo do trabalho (maior heterogeneidade, aumento de desemprego, da jornada de trabalho e da desigualdade social, conforme ressalta Pochmann (1999, p.25).

O Capitalismo tem capacidade de superar suas crises e veio mostrar isso com a

reestruturação produtiva, desenvolvendo mecanismos de revitalização de modo que aumente seus lucros, “o capitalismo tem um stock inesgotável de “achados” (para retomar uma expressão de Alain Lipietz) que lhe garantem a capacidade de se renovar e “inventar” novas formas que assegurem o seu dinamismo” (HUSSON, 1999, p.45 apud GRANEMANN, 2008, p.61) de forma que se torna possível refuncionalizar suas fraquezas.

Na primeira e segunda revolução industrial, as empresas também passaram por um processo de reestruturação, mas foi na terceira revolução industrial é que o setor primário da economia deixa de ter participação significativa, diminuindo o número de trabalhadores, dando espaço ao setor de serviços, marcado pela desregulamentação do mercado de trabalho, pela flexibilização dos contratos de trabalho, e das legislações sociais e trabalhistas, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves, demonstrando um maior grau de autonomia das empresas, segundo relato de Pochmann (1999, p.34).

A reorganização do capital se dá sob duas óticas: a reorganização caracterizada pelos grandes investimentos nos setores de ponta (informática, biotecnologia, telecomunicação) e pelo declínio dos setores tradicionais (siderurgia, têxtil) e a outra pela introdução de novos modelos de gestão/organização do trabalho, baseados pela individualização das relações entre capital/trabalho, com um inevitável enfraquecimento dos sindicatos.

Este processo tem como característica essencial à flexibilidade, seja ela no campo tecnológico através da substituição da automação eletromecânica pela microeletrônica, permitindo mudanças no processo produtivo como no campo da gestão apoiada na noção “just-in-time” que busca economizar todos os elementos de produção, eliminação de “desperdícios” de todas as sobras e tempo morto na jornada de trabalho, ou seja, eficiência e diminuição de custo através da racionalização do trabalho, colocando o trabalhador em tensão permanente. A flexibilidade também se dá na esfera da força de trabalho, que segundo o processo de reestruturação deve ser polivalente, qualificada, ter diferentes preocupações e realizar diversas tarefas, buscando um trabalhador mais capacitado e de maior iniciativa do que aquele do modelo “fordista”. As habilidades anteriores tornam-se obsoletas, cresce o individualismo e diminuem os laços de solidariedade:

As principais características do processo de reestruturação capitalista, [...] estão diretamente relacionados aos ganhos de produtividade e de competitividade e à redução do emprego. De um lado, postos tradicionais são eliminados por força dos investimentos em novas tecnologias, na racionalização das técnicas de produção e em novas formas de gestão de recursos humanos. (ibid., p.36)

A reestruturação produtiva visa o maior número possível de produtividade com o mais baixo custo. Conta com os avanços tecnológicos e contribui para o agravamento das expressões da questão do trabalho e com o acirramento da competição das empresas, estas começam a preocupar-se com estratégias de envolvimento dos funcionários, aderindo á programas de qualidade e produtividade como o “Qualidade Total”, reengenharia, downsizing etc., na busca incessante da qualidade e produtividade da empresa e na subordinação do trabalhador para que este pense e faça pelo e para o capital, criando uma modificação total no conteúdo do trabalho, (ibid., p.37) tornando cada vez maior a contradição entre o trabalho para satisfação das necessidades sociais coletivas e o trabalho como meio de subsistência individual. A reestruturação produtiva vem tornando crescente os requisitos de qualificação profissional, reduzindo o emprego estável, ampliando o desemprego e o subemprego, individualizando os salários, associando metas de produção e criando insegurança na representação sindical. Conseqüentemente acarretando intensas modificações na natureza, no significado e no conteúdo do trabalho e das relações de trabalho. Portanto relatar-se-á as novas determinações que estão postas ao mundo do trabalho.

3 AS NOVAS DETERMINAÇÕES DO MUNDO DO TRABALHO.

Desde o início do século XX, a Revolução Russa, a Grande Depressão de 30, as duas grandes Guerras Mundiais, as ações sindicais, a política de partidos de esquerda e a bipolaridade da Guerra Fria, influenciaram diretamente para uma sociedade capitalista menos desigual. No pós-guerra foram observados sinais de redução nos níveis de pobreza e de melhor distribuição de renda, por motivo da presença de um quase pleno emprego, do desenvolvimento do Estado de bem-estar social e da forte atuação dos sindicatos e partidos políticos, conforme relata Pochmann (1999, p. 13).

Durante o início da terceira revolução industrial, por volta do final da década de 40 e início de 50, tem-se início o mundo contemporâneo da uma revolução tecnocientífica, transformando profundamente as organizações da produção industrial, difundindo padrões de industrialização norte-americanos. No Final da década de 70 o ataque conservador obtém sucesso, e na década de 80, com o fracasso dos governos de esquerda, abre-se espaço para “[...] difusão do receituário neoliberal e seus efeitos sociais nefastos” (ibid., p.14).

A década de 80 presenciou profundas transformações no mundo do trabalho, o grande salto tecnológico, a automação, os novos modelos de gestão invadem as indústrias, permanece um processo de reestruturação das forças produtivas capitalistas, transformando o padrão de uso e remuneração da força de trabalho. As inovações tecnológicas, acompanhada de baixas taxas de crescimento econômico, tendendo a ampliação da desigualdade social, por meio da instabilidade no mundo do trabalho, da precarização das relações de trabalho e da permanência de elevadas taxas de desemprego (ibid., p.18). Portanto, segundo a obra de Neto (2001, p.54) se instala uma realidade de flexibilização, começando pela diminuição do trabalhador industrial, tradicional, manual, estável e especializado, devido à retração da estrutura Fordista, depois com o aumento do trabalho sob a forma precária, terceirizada, subcontratada, de economia informal, etc.

O Proletariado vai sendo reduzido com a reestruturação produtiva do capital, cedendo lugar ao trabalho desregulamentado e flexível e paralelamente aumentando o “novo” proletário fabril, aquele presente nas modalidades de trabalho caracterizado por uma sociedade de serviços. Ampliam-se as situações de desemprego e de precarização nas relações da força de trabalho que também são características do mercado de trabalho brasileiro.

Nesta perspectiva, Pochmann (1999, p.147) analisa que a

Insuficiência e inadequação das políticas públicas voltadas para a expansão do emprego e para garantia adequada de renda aos empregados de salário de base contribuem para maior desregulamentação ao funcionamento do mercado de trabalho e fragilização dos trabalhadores. O baixo dinamismo na criação de empregos regulares e a insuficiência das políticas públicas deixam sem alternativas de sobrevivência digna parte crescente da oferta da mão-de-obra, que tende a se situar, invariavelmente, nas situações de desemprego aberto, de ocupações autônomas e demais formas precárias de subemprego (desemprego disfarçado).

Portanto, apesar de nítida as dificuldades enfrentadas perante as situações de insuficiência de trabalho, emprego e geração de renda, uma preocupante ainda maior se coloca: os ideais dos especialistas neoliberais que ainda acreditam na necessidade de maior flexibilização nos contratos de trabalho e de redução de custos da mão-de-obra, desta forma, abrindo mais empregos com menos custo. Pochmann (1999, p.151) relata que este padrão flexível está diretamente relacionado com facilidades legais e informais quanto à contratação, a demissão, a existência abundante de mão-de-obra, a ausência de organizações dos empregados, o que vem favorecer amplamente a autonomia do empregador na gestão do

quadro de pessoal.

Com a desestruturação do Estado de bem-estar-social aliado às inovações tecnológicas e organizacionais trouxe profundo impacto sobre o emprego e a qualificação exigida e ainda sobre as condições de trabalho, como bem salienta Neto (2001, p.54). O capital implementa novas alternativas de acumulação como o aumento significativo do trabalho precário ou desemprego e um número cada vez maior de trabalhadores sem qualificação em contraponto ao minúsculo grupo de superqualificados, apontando para nova divisão do trabalho, onde os trabalhos de menor nível de qualificação são caracterizados por trabalho precários e preferencialmente destinados as classes sociais, gêneros ou etnias vulneráveis e os trabalhos que exige a superqualificação, destinados ao oportunistas do sistema.

A configuração como se dava no trabalho fordista vem mudando, onde o trabalho por tempo indeterminado está sendo substituído pelo trabalho temporário, por tempo determinado, pelo trabalho em casa, de aprendizes, estagiários, onde o empregador não mais dispõe de gastos com encargos sociais e benefícios como: auxílio-doença, seguro-saúde, férias e ainda os salários são de 30% a 50% menores que os trabalhadores diretamente empregados. Uma significativa mudança também pode ser vista na expansão dos trabalhadores terceirizados/subcontratados, (ibid.,p.56) que tem se tornado parte dos “ajustes” das empresas e realidade na conjuntura do trabalhador e tem acarretado consequências marcantes como desemprego estrutural, miséria e instabilidade social e política, o que induz a abordagem da tese de Karl Marx em “O Capital”, a qual garante que uma sociedade capitalista não gera riquezas sem a mediação do trabalho, deixando evidente o significado destas relações para a manutenção, ampliação e fortalecimento da sociedade capitalista. Como forma de manutenção do sistema, o capital utiliza-se de instrumentos de exploração, os quais serão abordados no próximo subitem.

3.1 Os Instrumentos do capital: Taylorismo, Fordismo, Keynesianismo e Toyotismo.

Em 1911 o engenheiro norte americano Frederick W. Taylor publicou “Os princípios da administração científica”, o qual propunha “[...] um brutal aumento da produtividade do trabalho a partir de decomposição do processo de trabalho em movimentos rigorosamente estudados, tendo em vista o controle do tempo, e um conjunto de estratégias

de gestão [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.87), ou seja, a intensificação da divisão do trabalho de forma que o trabalhador exercesse suas funções de maneira fracionada, ultra-especializada e repetida, acarretando a divisão entre o trabalho intelectual e manual.

De acordo com Slack (1999, p.209) os princípios básicos do Taylorismo estão pautados nos seguintes itens:

- Todos os aspectos do trabalho devem ser investigados de forma científica, para estabelecer as leis, regras e fórmulas que regem os melhores métodos do trabalho;

- Os trabalhadores devem ser selecionados, treinados e desenvolvidos metodicamente para desempenhar suas tarefas;

- Os administradores devem agir como os planejadores do trabalho enquanto os trabalhadores devem ser responsáveis por executar seu trabalho nos padrões estabelecidos;

- Deve ser atingida a máxima cooperação entre administração e funcionários.

Na Administração Científica o trabalhador é caracterizado por comportamentos estabelecidos de acordo com os princípios da organização de trabalho elaborada por Taylor. Segundo Chiavenato (1998): paradigmas e atitudes, conhecimentos e habilidades, atividades e relações interpessoais fazem parte do comportamento do trabalhador. Portanto, é possível citar os tipos de comportamentos que foram estabelecidos na Administração Científica, de acordo com a abordagem de Ferreira (1997, p.15-17) são eles:

- Paradigmas e atitudes das pessoas: Os trabalhadores exerciam a tarefa mais compatível com sua aptidão, pois tinham que atingir a produção padrão exigida pela gerência;

- Conhecimentos e habilidades: O conhecimento era supérfluo, pois cada trabalhador exercia sua tarefa, e quanto menor e mais simples a tarefa, maior seria a habilidade do operário para desempenhá-la;

- Tarefas e atividades: As tarefas eram monótonas, repetitivas e desarticuladas do processo como um todo;

- Relações interpessoais: As decisões desciam e as informações subiam, ou seja, o planejamento era de responsabilidade exclusiva da gerência e a execução das tarefas cabe aos operários e seus supervisores.

Na primeira metade do século XX o empresário estadunidense Henry Ford idealiza o chamado modelo “fordista” de produção em massa e “o que havia de novo em Ford era sua perspectiva de combinar produção em massa com consumo em massa, o que pressupunha um novo sistema de reprodução da força de trabalho [...]” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.87), sistema que revolucionaria a indústria automobilística utilizando-se a risca os princípios de padronização e simplificação de Frederick Taylor e acrescentado as técnicas de

linha de montagem, por ele criado, as quais controlam as fontes de matéria-prima e de energia, os transportes e a formação da mão de obra.

Ford adere aos princípios da intensificação, diminuindo o tempo de duração da produção com a rápida colocação no mercado; o princípio de economia, reduzindo ao mínimo o estoque de matéria-prima e o princípio da produtividade, aumentando a capacidade de produção do homem, no mesmo período de trabalho, por meio de especialização e linha de montagem. O binômio Taylorismo/Fordismo vigorou nas grandes indústrias ao longo do século XX, baseando-se na produção em massa, mas “o fordismo, então, foi bem mais que uma mudança técnica, com a introdução da linha de montagem e da eletricidade: foi também uma forma de regulação das relações sociais, em condições políticas determinantes” (ibid., p. 86), introduzindo jornada de oito horas de trabalho, buscando em troca um brutal aumento da produtividade através da decomposição do processo de trabalho, do rigoroso controle do tempo, monitoramento do fluxo de informações ou da autoridade no fortalecimento da fabricação interna, na racionalização das operações realizadas pelos trabalhadores, no combate ao “desperdício”, redução de tempo de produção e aumento do ritmo de trabalho, visando à intensificação e maior exploração. Esse processo transformou a produção industrial capitalista e implantou uma sistemática baseada na acumulação intensiva.

Nos anos de 1929-1932, perante as mudanças intensas no mundo do trabalho e da produção, por motivo do fordismo que se generaliza pós-guerra, John Maynard Keynes se preocupa em compreender e superar a crise de 1929, portanto em seu livro Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, publicado em 1936 ele defende a intervenção estatal na economia, buscando a reativação da produção.

Keynes rompe com os princípios do liberalismo, buscando “portas de saída capitalistas para a crise do próprio capitalismo” (ibid., p.84), através de uma doutrina que propõe a intervenção estatal na vida econômica, conduzindo a um regime de pleno emprego, considerando que o desemprego seria uma situação temporária, que desapareceria graças às forças do mercado. Ao observar a situação dramática de desemprego generalizado e a depressão da econômica, percebeu que a economia política não explicava todos estes acontecimentos, portanto questiona algumas leis econômicas concluindo que a economia é uma ciência moral, onde a moeda possibilita escolhas e opções, ponto de pensamento que o aproxima Marx, lembrando que Marx propõe uma crítica da economia política e da sociedade burguesa e por este motivo, as escolhas individuais por parte dos empresários, consumidores e trabalhadores poderia gerar crises. Segundo o keynesianismo seria papel do Estado controlar o volume de moeda, garantir investimentos, disponibilizar meio de pagamento, contrair déficit público, restabelecendo o equilíbrio econômico.

Na política keynesiana, o Estado deve evitar a crise através de alguns mecanismos, sendo eles, apregoados por Braz, Netto (2006 apud BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.84)

A planificação indicativa da economia, na perspectiva de evitar os riscos das amplas flutuações periódicas; a intervenção na relação capital/trabalho através da política salarial e do “controle de preços”; a distribuição de subsídios; a política fiscal; a oferta de créditos combinado a uma política de juros; e as políticas sociais.

Diante da intervenção do Estado Keynes acreditou que se manteria o crescimento da demanda em proporção a capacidade de produção da economia, garantindo o pleno emprego e maior igualdade social, pilares estes que deveriam ser pautadas pelas industriais da economia keynesiana, a qual deveria desenvolver programas fundados nestes dois pilares e que poderia ser alcançados por duas vias a partir da ação estatal:

Gerar emprego dos fatores de produção via produção de serviços públicos, além da produção privada;
Aumentar a renda e promover maior igualdade, por meio da instituição de serviços públicos, dentre eles as políticas sociais.
(ibid., p.86)

As Perspectivas keynesianista passa ter um papel ativo na macroeconomia e dispôs de grande influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado e apesar da teoria ter uma perspectiva que o bem-estar deve ser buscado individualmente no mercado, ainda se aceita intervenção global, incentivando o desenvolvimento de políticas sociais.

O keynesianismo agrega-se ao pacto fordista – da produção em massa para o consumo de massa e dos acordos coletivos com os trabalhadores em torno dos ganhos por produtividade, trazendo não só uma mudança técnica, mas uma regulação das relações sociais. Portando observa-se que a defesa de Ford e Keynes á ampliação da massa salarial certamente não foi por motivos nobres, mas porque a luta dos trabalhadores contra as péssimas condições de trabalho, contra o autoritarismo fabril e a super-racionalização do tempo imposto pelo taylorismo, contra o trabalho infantil nas fábricas, contra a superexploração do trabalho das mulheres, pela redução das longas jornadas, por direitos sociais previdenciários, a organização dos trabalhadores em sindicatos, a realização de greves, a quebra de máquinas, levaram o sistema a refletir sobre suas próprias necessidades (aumentar o mercado consumidor de seus produtos) e então á se preocuparem com questões

A administração japonesa, o chamado Toyotismo surgiu na metade do século XX, por volta de 1950, no Japão. Segundo Ferreira (1997, p.146), “a Administração Japonesa poderia ser classificada como um modelo de gestão fortemente embasado na participação direta dos funcionários”.

Salienta Womack (1992, p.39-40) que os engenheiros japoneses, Eiji Toyoda e Taiichi Ohno, chegaram à conclusão que a produção em massa não funcionaria no Japão, portanto desenvolvem um sistema de produção adequado às necessidades da empresa japonesa, as quais produziam pequenas quantidades de numerosos modelos de produtos. Este sistema foi chamado de Sistema de Produção Toyota, e também é conhecido como Toyotismo ou Produção Enxuta. O Toyotismo tinha como preocupação a qualidade do produto, a eliminação de desperdício, tanto de esforços materiais como de tempo, para reduzir o custo do produto (ibid.,p.44)

Ferreira (1997, p.151) afirma que o Toyotismo caracteriza-se pelos processos: Just in Time: sincronização do fluxo de produção, dos fornecedores aos clientes; Kanban: sistema de informação visual, que aciona e controla a produção; Muda: busca da eliminação total de qualquer tipo de desperdício e Kaizen: busca de melhoramento contínuo em todos os aspectos.

Assim como o Taylorismo, o Toyotismo também é caracterizado por determinados comportamentos, que de acordo com o mesmo autor são:

□□ Paradigmas e atitude das pessoas: O paradigma baseia-se na forma participativa de gestão, na qual os funcionários participam do processo decisório e têm participação nos resultados;

□□ Conhecimentos e habilidades: O treinamento é intenso e os funcionários são responsáveis pelo que fazem, sendo assim, eles são habilitados para desenvolver as tarefas;

□□ Tarefas e atividades: Busca-se uma harmonia entre o homem, a máquina e o processo. O trabalho padronizado é tido como fundamental para garantir um fluxo contínuo de produção.

□□ Relações interpessoais: O trabalho é realizado em grupo e conduzido por liderança, sendo assim, há uma relação entre os funcionários de confiança e responsabilidade, baseada no respeito à hierarquia, na participação das pessoas, no desenvolvimento das tarefas, nas decisões consensuais e na harmonia das relações. A comunicação é bilateral.

Neste contexto observa-se que os princípios da Administração Científica -

Taylorismo, do Fordismo e keynesianismo e da Administração Japonesa, o Toyotismo veio trazer mudanças intensas no processo de trabalho das indústrias e conseqüentemente aos princípios e a história intrínseca às relações de trabalho e do modo de vida do trabalhador, mudanças estas que colocam em cheque a centralidade do trabalho, a qual será discutida no subitem posterior.

3.2 O Trabalho como centralidade na sociedade?

A questão da centralidade do trabalho na sociedade tem que ser colocado com um processo de produção e reprodução material da vida humana em sociedade em suas relações sociais e com a natureza (MAAR, 2006, p.26). Nesta perspectiva, consideram-se dois pontos importantes, o primeiro que a sociedade capitalista não pode se reproduzir ou conservar, gerar riquezas sem a mediação do trabalho, tirando por conclusão, a centralidade do trabalho, e por segundo a existência da dependência social para com o trabalho e ao mesmo tempo a dominação social em função deste mesmo trabalho. A sociedade que está diretamente relacionado com seu tempo ou posto de trabalho, as relações que acercam o modo do trabalho ora pode trazer qualidade de vida, ora servir como agravante da qualidade de vida, marcado pelas condições preocupante do mundo do trabalho. O trabalho configura-se como um meio de oportunizar bens materiais necessários à vida humana, é o meio fundamental da garantia de sobrevivência.

O trabalho ao longo da história das sociedades tem sido percebido de formas diferenciadas, como lembra Peter Drucker é tão antigo quanto o ser humano, relata Moura (1998, p.42). Numa acepção bíblica, no começo dos tempos, o trabalho era a luta constante da sobrevivência. A necessidade de comer de se abrigar era quem determinava a necessidade de trabalhar. (ibid., p.43)

A dignidade do trabalho foi falsamente louvada por muito tempo, pois apesar de ser colocado como essencial, ele não merecia a atenção de pessoas educadas ou com autoridade, trabalho era função dos escravos, tendo sua concepção do latim vulgar “tripalium”, instrumento de tortura de três paus, entretanto, na conjuntura das relações de trabalho, trabalhar é sinônimo de emprego remunerado (ibid., p.41).

Com o avanço da agricultura e os instrumentos e ferramentas surgem progressos ao trabalho. Tempo depois, a Revolução Industrial viria afetar também o valor e as formas de trabalho e sua organização, criando-se a idéia do "emprego" e de políticas sociais. Perante o

êxodo rural e a concentração dos meios de produção, restava às pessoas oferecerem seu trabalho como moeda de troca. É nessa época que a noção de emprego toma sua forma. Singer (1999, p. x) afirma que emprego “[...] é o resultado de um ajuste para venda da força de trabalho ou da possibilidade de produção de um trabalhador para um determinado empregador [...].” Portanto, quando se fala em oferta de emprego, na verdade quem oferece o posto de trabalho não está “realizando um favor”, já que é o trabalhador quem oferece o seu produto.

Apesar de estarem associado, as palavras trabalho e emprego não são do mesmo significado. O trabalho existe desde o momento que o homem começou a transformar a natureza e o ambiente em que vivia, relata Moura (1998, p.41), por outro lado, o emprego é algo recente na história da humanidade, um conceito que surgiu por volta da Revolução Industrial, e que tem relação com a venda da força de trabalho, com a troca pelo chamado salário, pois trabalho é qualquer atividade executada, remunerada ou não, já o emprego é um tipo de trabalho remunerado, de vínculo permanente e formal, prestado a uma organização ou pessoa (doméstico), ou seja, emprego é carteira assinada. Portanto, quem tem emprego, trabalha, mas nem sempre quem trabalha tem emprego (carteira assinada).

A classe trabalhadora, durante anos viveu uma realidade do emprego, trabalho fabril da era fordista, lutou e conquistou direitos trabalhistas, fortaleceu os sindicatos e garantiu legalmente trabalho digno, mas com a reestruturação do capital a classe que vive do trabalho vem tomando novas formas ou até mesmo pode-se defender que está desaparecendo. As novas determinações têm acarretado a perda de referência do ser social que trabalha, crise nos sindicatos e a possibilidade de que a categoria trabalho não está mais sendo dotada como centralidade na sociedade contemporânea, mas Antunes, (2003) ao contrário de outros autores, defende que as alterações como: redução do número de trabalhadores, crescimento do emprego em serviços, qualificação, desqualificação e fragmentação da força de trabalho, entre outros não configuram uma tendência que pode ser generalizada e que caminha numa só direção. Para ele, trata-se de uma "processualidade contraditória e multiforme", ou seja, o operariado não desaparecerá tão rapidamente, nem mesmo num universo distante, é nenhuma a possibilidade de eliminação da “classe-que-vive-do-trabalho”.

Dentre estas transformações, o autor afirma que o toyotismo é a experiência com maiores chances de se propagar e por isso constitui um grande perigo para os trabalhadores, já que, no Japão, para que o modelo se estabelecesse foi necessário que as empresas empregassem uma repressão feroz contra o movimento dos trabalhadores.

Portanto, a centralidade do trabalho se coloca como processo de reflexão, já que as tendências do sistema capitalista tem se apresentado como forma de eliminação da

centralidade do trabalho, mas não se deve deixar de considerar que o sistema capitalista se transforma e esta realidade pode se posicionar frente às afirmações de Antunes (2003).

Perante todo contexto das relações de trabalho e o sistema capitalista citados até o momento, fica evidente que o sistema capitalista se fortalece através da força de trabalho, portanto relatar-se-á dois importantes contexto das relações de trabalho utilizados como forma de exploração e acumulação do capital: o trabalho infantil e o trabalho forçado.

3.3 Trabalho Infantil e o Trabalho Forçado: Formas de exploração do capital

Apesar de o Brasil ter apresentado nos últimos anos uma conjuntura evolutiva da questão do trabalho infantil, não significa a superação desta expressão tão preocupante. O trabalho infantil é um ponto de atuação que deve ser trabalhado por toda rede, não é trabalho exclusiva do Ministério do Trabalho, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome ou da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. É uma ação conjunta em favor da erradicação do trabalho infantil.

Visualizando o contexto do trabalho infantil, uma pergunta surge inevitavelmente, o trabalho infantil depende apenas da pobreza? Os autores Cacciamali e Tatei (2008, p.271) relatam que “a literatura especializada registra a pobreza como a principal causa para a prevalência do trabalho infantil no mundo”, neste contexto colocam-se duas possibilidades: que a educação e o lazer das crianças podem ser considerados bens de luxo, ou seja, na medida em que o nível de renda de uma família aumenta, a educação e lazer aumentam mais que proporcionalmente e outra que “o trabalho infantil pode ser substituto da mão-de- obra adulta com alguma correção de escala”. Acredita-se que a criança é capaz de realizar todo e qualquer tipo de trabalho que o adulto realiza, com alguma diferença na eficiência ou habilidade, derivadas da falta de força física, idade ou experiência, mas que ainda é vantajoso para as empresas devido ao menor custo. Os autores ainda afirmam que quando os salários dos adultos permitem a obtenção de um nível mínimo tolerável de consumo familiar, ela decide não utilizar a mão-de-obra de suas crianças. Por outro lado, quando esses salários não alcançam o nível de renda desejado e/ou necessário, as crianças passam a trabalhar para complementar a renda familiar.

Neste contexto, pode-se verificar que a questão do trabalho infantil é bastante complexa e não se resolve apenas com informação, já que muitas famílias sabem da ilegalidade do trabalho infantil, mas dispõem segundo sua realidade, da necessidade de que

seus filhos trabalhem. O aumento do desemprego estrutural, ocorrido em grande escala na última década pelo processo de reestruturação do capital, tem retirado das crianças a fase fundamental de sua formação para a vida adulta, levando estas a se inserirem no mercado de trabalho como forma de complementar a renda familiar.

O MTE desenvolve ações de fiscalização e de conscientização que atuam de forma a colaborar com o plano da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil do Governo Federal - CONAETI, coordenada pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego, com participação quadripartite, visando implementar a aplicação das disposições das Convenções n.ºs 138 e 182 da OIT, as quais tratam sobre idade mínima para admissão a emprego e as piores formas de trabalho Infantil. A principal atribuição da CONAETI é o acompanhamento da execução do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, por ela elaborado em 2003, que tem por finalidade coordenar diversas intervenções e introduzir novas, sempre direcionadas a assegurar a eliminação do trabalho infantil.

O Combate ao trabalho infantil para os casos que não estão previstos por Lei, o Ministério do Trabalho e Emprego conta com dois órgãos para combater o trabalho infantil, tendo o ideal de retirar as crianças do trabalho irregular e permitir-lhes acesso à educação. A primeira é a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) e o segundo a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) que fiscaliza empresas e irregularidades trabalhistas.

As ações de erradicação ao trabalho infantil contam com a legalidade do trabalho aprendiz que é permitido pelo artigo 7º da Constituição Federal para jovens menores de idade. Todavia apenas a partir dos 16 anos. A lei estipula ainda que em caso de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a permissão se dá apenas aos 18 anos. Se houver a correlação de trabalho à educação, o trabalhador pode ser empregado a partir dos 14 anos na condição de aprendiz. A Lei do Aprendiz - A Lei

10.097 estabelece que todas as empresas de médio e grande porte contratem adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos por meio de contrato especial de trabalho, o qual possui tempo determinado de, no máximo, dois anos. Em relação aos aprendizes com deficiência, não se aplica o limite de 24 anos idade para sua contratação. A jornada máxima de trabalho é de seis horas diárias para os que ainda não concluíram o ensino fundamental e recebam aulas de capacitação teórica, de acordo com as respectivas áreas de atuação. Para os demais, a jornada é de oito horas diárias.

Na contemporaneidade, em geral, a sociedade tem optado por subordinar a área social ao setor econômico, ou seja, acreditam que não havendo crescimento econômico, não há como desenvolver o social e assim prestam a qualquer ação para que o setor econômico

creança e tenha a cada dia mais lucratividade, mas deve-se pensar que a área social precisa ser priorizada, para que seja construída uma base sólida, para um desenvolver sustentável.

O Trabalho forçado também é uma preocupação no contexto social e apesar de grande parte da sociedade acreditar que esta forma de trabalho se extinguiu com a Lei Áurea em 13 de maio de 1888 ou que seja um assunto distante da realidade, ele ainda resiste às modernas legislações, e composições de trabalho. Segundo MTE entre 1995 e maio de 2006, mais de 19 mil trabalhadores foram encontrados em condições análogas à de escravo. Cazzeta (2007, p.101) garanti que “esse quadro não se restringe a distantes e “inatingíveis” pontos do território nacional, locais em que o imaginário coletivo facilmente denominaria de “perdidos no tempo””, esta realidade não está afastada de modernas instituições econômicas, está presente nas grandes capitais brasileiras do Sudeste, na exploração de imigrantes clandestinos, na repetição da exploração da miséria dos migrantes brasileiros ou, ainda, atingindo brasileiros que se lançam ao exterior, em razão do tráfico de seres humanos para prostituição, ou nas relações domésticas.

Uma das principais causas do trabalho análogo ao escravo é a impunidade e alta rentabilidade, conforme salienta Mello (2007, p.65) “A exploração do trabalhador, [...] é um negócio articulado e organizado, alimentado pela alta rentabilidade e estimulado pela ausência de punição efetiva dos criminosos”. A cada ano cresce o número de brasileiros que vivem e trabalham em condições subumanas, estes trabalhadores segundo o mesmo autor, ficam amontoados em alojamentos pequenos, sem ventilação, sujos e sem o mínimo de higiene, onde falta tudo: água potável, instalações sanitárias, alimentação adequada, remédios e assistência médica, portanto não faltam, bebidas alcoólicas e cigarros, pois incentivar a dependência dos trabalhadores é um dos meios utilizados pelos aliciadores para manter a vítima presa nesta rede de exploração. Essa prática, além de alimentar a servidão por dívida, escraviza pela dependência, diminuindo a possibilidade de fugas e denúncias.

Com a implementação do Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, lançado em 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, importantes resultados foram alcançados, dentre estes se destacam a criação do Cadastro de Empregadores pelo Ministério do Trabalho e Emprego, previsto na Portaria nº. 540/2004, que basicamente inclui o nome dos infratores flagrados explorando trabalhadores na condição análoga à de escravos, tendo atualização semestral; destaca-se ainda a definição do Supremo Tribunal Federal pela competência da Justiça Federal para julgamento do crime previsto no art. 149 do Código Penal que visando contribuir no enfrentamento desta realidade foi editada a Lei n. 10.803, de 11 de dezembro de 2003, dando nova redação ao delito previsto no artigo 149 do Código Penal – redução à condição análoga à de escravo, sendo que tal fato criminoso tem a

denominação criminal de "PLÁGIO", que significa a sujeição de uma pessoa ao domínio de outra. E a ainda destaca-se os crescentes resultados de resgate de trabalhadores da condição análoga à de escravo, onde o MTE por meio de ações fiscais coordenadas pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, desenvolvendo fiscalização nos focos previamente mapeados, visando regularizar os vínculos empregatícios dos trabalhadores encontrados e libertá-los da condição de escravidão.

O trabalho infantil e o trabalho forçado são expressões preocupantes e extremamente graves, as quais se articulam com as novas demandas e realidade do mercado de trabalho, onde o foco central é o desemprego. O indivíduo desempregado ou com medo de se inserir neste contexto se submete ao mais degradante trabalho e a criança se dispõe a trabalhar como forma de sustento da família, ou seja, o desemprego acaba sendo o pano de fundo destas expressões da questão social, portanto falar-se-á brevemente sobre ele.

3.4 O Desemprego como estratégia de acumulação do capital

Após a Segunda Guerra Mundial, se apresenta uma forte disposição pelos países capitalista em defender o pleno emprego e por três décadas ele se concretiza, portanto a partir da segunda metade da década de 70, por motivo de políticas econômicas e sociais comprometida com a inflação, o desemprego mostra sua face, relata Pochmann (1999, p.41). As inovações tecnológicas e o próprio crescimento econômico foram essenciais para crise do desemprego, pois o número de postos de trabalho, ofertados pelo capital, não foi e ainda não é suficiente para cobrir a demanda de vagas de emprego.

A crença de que o crescimento econômico seria condição suficiente para o alcance de uma situação de pleno emprego e distribuição de renda adequada foi desfeito a partir de meados dos anos 70 com a crise do petróleo e acentuada com a recessão mundial dos anos 80. (VALLE apud OLIVEIRA, M.A. (org.), 1998, p.226)

Portanto, apesar de ser unânime o entendimento da gravidade da questão do desemprego, ainda não existem diagnósticos ou tentativas de soluções consensuais perante a questão, pois acredita o Banco Mundial que o desemprego está relacionado à falta de plena liberdade comercial e ampla difusão tecnológica, já a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico identifica como consequência de uma forte regulamentação trabalhista e proteção social inadequada sobre o mercado de trabalho, já para

OIT - Organização Internacional do Trabalho estaria associada às taxas insatisfatória de crescimento econômico, relata Pochmann (1999, p.39).

O autor ainda observa que as velhas preocupações relacionadas ao desemprego novamente toma corpo no século XX, observando-se também uma mudança setorial na composição das vagas, caracterizado pelo aumento de vagas no setor terciário e o esvaziamento dos empregos no setor primário e secundário, o que vem caracterizando a deteriorização das relações de trabalho. Segundo exposição de Neto (2001, p.56) o jovem é o grupo mais atingido pela estrutura do desemprego e os mais expostos aos trabalhos precários, a falta de perspectiva e a exclusão social.

Silva e Yazbek et al (2006, p.12) afirmam que:

O Brasil vive a sua mais grave crise de emprego, Após a recessão entre 1990 e 1992, que elevou o desemprego no Brasil, assistiu-se a uma leve desaceleração nas taxas de desemprego durante o breve ciclo de recuperação econômica ocorrido entre 1993 e 1997. De 1998 até 2003, o desemprego registrou taxas ainda muito elevadas, somente suavizadas levemente no ano de 2004 devido à recuperação parcial da economia nacional.

O que deve ser lembrado é que segundo a teoria Marxista, exposta em “o capital”, o “exército de reserva” é uma estratégia de acumulação utilizada pelo capital, onde se mantêm um considerável número de trabalhadores em situação de desemprego para que se diminua o valor de sua força de trabalho e aumente a disposição de mão de obra para o capital, portanto o desemprego passa a ser interessante aos donos do capital.

O desemprego, na contemporaneidade vem se colocando de diferentes formas. O desemprego de exclusão, por exemplo, é aquele segundo Ramos (1997, p.17) onde o trabalhador adulto não está em condições de conservar seu emprego ou de ser empregado em outro setor, por motivos de idade avançada, inadequabilidade de sua formação, etc. Outro contexto do desemprego é o de inserção, que está mais relacionado ao jovem e a sua dificuldade de ingresso no mercado de trabalho pela inexperiência. Dentre estes também se apresentam os trabalhadores do setor informal, empregados nos setores tradicionais da economia, etc.

Alves e Vieira (1996, p.132) afirmam que uma “política de formação profissional deve dar atenção maior aos trabalhadores em situação de fragilidade; casos típicos são os desempregados”, portanto, a qualificação profissional vem se colocar como forma de enfrentamento e superação as expressões do desemprego.

A sociedade também tem recorrido às organizações na forma de economia solidária, como alternativas ao desemprego, sendo estes o sistema cooperativo e associativo, os quais têm definido uma nova forma de pensar o homem, o trabalho e o desenvolvimento social, portanto será contextualizado esta realidade no subitem abaixo.

3.5 A Economia Solidária como meio de superação ao desemprego

Kreutz (2004, p.5) relata que em advento a revolução industrial que modifica profundamente as relações de trabalho, principalmente pela necessidade de divisão do trabalho, as famílias que sobreviviam do trabalho artesanal nas antigas corporações e manufaturas, se viram obrigadas a vender força de trabalho, em troca de salário para sobreviver e esta intranqüilidade social se tornou campo fértil para a formação das mais diferentes oposições ao liberalismo econômico e assim surgiram as primeiras organizações dos trabalhadores (sindicatos, associações de operários, cooperativas de ajuda mútua, comitês de fábrica) desencadeando movimentos de reivindicação e reclamando por uma mudança social, econômica e política. Singer, (2008, p.04) salienta que a economia solidária foi inventada por operários, nos primórdios do capitalismo industrial, como resposta à pobreza e ao desemprego resultantes de todo o contexto relatado por Kreutz (2004, p.5) As cooperativas eram tentativas por parte de trabalhadores de recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas.

A Economia Solidária segundo Singer (2008, p.04) “nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo”, portanto é um movimento de organização da sociedade que, a partir do trabalho coletivo, passam a desenvolver formas de geração de renda, onde todos e todas têm suas necessidades satisfeitas e o uso dos recursos naturais é feito de forma responsável e consciente, ou seja, o trabalho não tem o dono do capital e o empregado, os produtores solidários se organizam em sistemas de autogestão. O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e a sua finalidade básica não é maximizar lucro e sim a quantidade e a qualidade do trabalho. Na realidade, na empresa solidária não há lucro porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital.

A realidade do mercado de trabalho, hoje, apresenta incertezas e grandes desafios e como forma de buscar a superação desta realidade a sociedade tem buscado alternativas que sejam viáveis no aspecto econômico, social e político e a economia solidária é uma delas. Pensando que a economia solidária pode ser legalizada na forma de cooperativas,

associações, empresas solidárias, etc., desde que valorizem e estimulem a participação de cada produtor, relatar-se-á o contexto dos dois principais empreendimentos: cooperativismo e associativismo.

Abordando primeiramente o cooperativismo deve-se relatar que “a finalidade principal de uma cooperativa tradicional é a melhoria da condição econômico-social de seus cooperados” (SILVA, 1994 apud JERÔNIMO; MARASCHIN; SILVA, 2006, p.73). A cooperativa é uma das alternativas mais avançadas de organização da sociedade, utilizando-se de uma organização sócio-econômica de administração autogestionada que busca respostas para a geração de empregos e redistribuição de renda.

O cooperativismo é um movimento presente em diversos países e setores o qual surgiu em 1892, em Rochdale, na Inglaterra, quando foi lançados o plano cooperativista e as normas de gestão das cooperativas, que foram divulgadas como “Princípios Pioneiros de Rochdale”, constituindo o corpo principal da “doutrina cooperativa” (PINHO, 1982). A Economia Solidária na sua essência é a concretização do sonho rochdaleano de uma sociedade mais justa, sem discriminações, desigualdade social, valorizando o homem sobre o capital, opondo-se assim ao sistema capitalismo. Mas mesmo com a existência das iniciativas rochdaleana, o cooperativismo somente se consolida em advento á Constituição de 1891, a qual permitia a liberdade de reunião.

Os princípios cooperativistas estão pautados na: adesão livre, administração praticada pelos próprios associados; juros módicos do capital social, divisão das sobras para todos associados; neutralidade política, social e religiosa, constituição de um fundo de educação e cooperação entre cooperativas, nos planos local, nacional e internacional (POLÔNIO, 1999 apud JERÔNIMO; MARASCHIN; SILVA, 2006, p.73). Todos estes princípios, portanto tornam-se uma possibilidade de transformação do contexto de deterioração da classe trabalhadora.

A Recomendação 127/66 da Organização Internacional do Trabalho, com sede em Genebra, na Suíça, estabelece parâmetros sobre o papel do cooperativismo, destacando-a como elemento fundamental no desenvolvimento econômico, social, cultural e político dos países, colaborando para o bem estar do povo. Esta recomendação aborda as principais contribuições do cooperativismo para o desenvolvimento do país, sendo estas a: melhoraria da situação econômica, social e cultural das pessoas com recursos e possibilidades limitadas, assim como para fomentar seu espírito de iniciativa; incremento dos recursos pessoais e o capital nacional mediante estímulo da poupança e sadia utilização do crédito; contribuição para a economia, através do controle democrático da atividade econômica e de distribuição eqüitativa dos excedentes; possibilidade de emprego mediante ordenada utilização de

recursos; melhoria das condições sociais e complemento aos serviços sociais nos campos da habitação, saúde, educação e comunicação; ajuda para elevar o nível de conhecimento geral e técnico de seus sócios. Dentre as contribuições do sistema cooperativo destaca-se a alternativa de trabalho, com o objetivo de prestação de serviços a seus associados e não o lucro, impondo-se os ideais dos próprios membros.

Kreutz (2004, p.10) observa que o cooperativismo não se sustenta sobre uma noção ou teoria social específica, mas sobre um conjunto de idéias e noções tais como: mutualidade, união de esforços, solidariedade, associação entre pessoas em função de objetivos comuns, e não exploração do homem pelo homem, justiça social, democracia e autogestão. Dentre este contexto observa-se a importância do sistema cooperativo no enfrentamento à exploração do capital ao trabalho.

Antes mesmo de teorizar o assunto associativismo, deve-se ter claro a diferença entre cooperativismo e o associativismo, portando descreve-se teoria de Melo (2006, p 224), o qual salienta que a associação tem por objetivo incentivar, auxiliar, orientar, reivindicar, defender e representar os associados nas suas atividades [...], com vistas à melhoria da organização, produtividade e qualidade de sua produção visando o seu desenvolvimento sócio-econômico. Já a sociedade Cooperativa [...] tem por objetivo a defesa econômica e social dos seus cooperados, através da prestação de serviços voltados para a venda em comum da produção, aquisição e fornecimento de insumos e materiais usados para a produção (ibid.,p.228). Neste contexto deve-se pensar a associação como uma organização com características sociais, que se desenvolve democraticamente sem fins lucrativos. A cooperativa vai representar e defender os interesses dos associados, estimular a melhoria técnica, profissional e social dos mesmos, com compromisso educativo, social e econômico.

O mesmo autor (ibid., p.221) relata que os homens primitivos viviam em bandos e perante a evolução agrupou-se em pequenas tribos, pois a convivência favorecia a aprendizagem coletiva. O associativismo, portanto, acompanha a evolução da humanidade e, com o passar do tempo, fez-se necessário estabelecer normas para que as pessoas pudessem se sentir seguras por estarem participando de grupos e movimentos que respeitam a vontade e o desejo de todos. Eis que surge a associação.

Na contemporaneidade verifica-se uma série de mudanças em relação a conceitos, tecnologia, educação, informação, etc. principalmente perante as expectativas voltadas a satisfação das necessidades de consumo das diferentes camadas sociais, mas o associativismo consiste basicamente, na união destas diversificadas pessoas que se colocam em prol das mesmas metas, de forma organizada.

As associações podem ser de diferentes tipos, que variam de acordo com o perfil,

objetivos e necessidades dos seus associados, podem ser: Associações Filantrópicas; Associações de Pais e Mestres; Associações em Defesa da Vida; Associações de Moradores; Associações Culturais, Desportivas e Sociais; Associações de Consumidores; Associações de Classe; Associações Ambientais/Ecológicas; Associações de Interesse Econômico (ibid., p.222). Na perspectiva da abordagem deste trabalho, as associações de interesse econômico se torna mais relevantes pelo seu contexto de geração de renda, principalmente porque sua forma mais usual é a associação de trabalho, onde se associam profissionais e trabalhadores, que se organizam para viabilizar suas atividades produtivas.

A associação de interesse econômico busca o fortalecimento econômico de seus associados, tornando-os mais competitivos, como forma de garantir a sua sobrevivência no mercado. Uma associação é uma sociedade de fins não- econômicos, e diferente de uma cooperativa admite pessoas jurídicas no seu quadro social, sendo um importante instrumento de defesa dos interesses dos seus associados, auxiliando no acesso ao mercado, estimulando a melhoria técnica, profissional e social e promovendo a qualidade de vida e desenvolvimento integrado e sustentável das comunidades e regiões.

A Economia Solidária, portanto, constitui-se como um modo de produção, fortalecido pelo trabalho coletivo, com força ampliada no mercado econômico, sendo geralmente uma medida bastante coerente, posta como alternativa às classes mais baixas da sociedade como estratégia de fortalecimento do empreendimento dos envolvidos e conseqüentemente possibilidade de concorrência com as demais empresas. A economia solidária, como as demais formas de trabalho devem ser protegidas pelo Estado na forma de políticas públicas, portanto relatar-se-á no próximo item o contexto e historicidade da política de trabalho, emprego e renda.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO BRASIL

Primeiramente devemos entender o conceito de “Políticas de Emprego” ou “Políticas de Emprego e Renda”, nesta perspectiva Ramos C.A. (2003, p.14), afirma que em princípio, o termo de Políticas de Emprego era bastante abrangente, podendo ser incluídas desde as políticas macroeconômicas do tipo keynesiana, já que as mesmas tinham como objetivo a elevação da oferta de empregos, até mudanças na legislação trabalhista, se esta fosse identificada como um obstáculo para novas vagas de emprego. Caberiam as políticas

de redução real do salário mínimo, as de formação profissional, etc. Ou seja, toda política com o objetivo de gerar novos empregos poderia ser definida como uma Política de Emprego. Porém, hoje, o termo Políticas de Emprego tem um leque bem menor de alternativas. Quando falamos em Políticas de Emprego devem-se entender somente aquelas medidas que tendem a afetar, a oferta e/ou demanda de trabalho. Por isso, estão descartadas todas as políticas macroeconômicas e as alterações no marco legal/institucional que regula o mercado de trabalho. Também não estão incluídas aquelas medidas que tendem a afetar a demanda de forma indireta e incerta, como o salário mínimo. Portanto o Ministério do Trabalho e Renda – MET delimita como política ativa: Legislação sobre a valorização da força de trabalho, Modernização da legislação trabalhista ou Política Macroeconômica do País.

Políticas de Emprego, portanto, define o ministério do trabalho, é “um conjunto de medidas que atua sobre a oferta de trabalho reduzindo-a ou alterando seu bem-estar ou sobre o nível de emprego, alterando a demanda de forma direta, com a criação de emprego público, por exemplo, ou indireta, com a formação profissional”. (BRASIL, MTE, 2008)

As Políticas de trabalho e renda teriam surgido associadas à Revolução de Trinta, junto dos efeitos provocados pela ocupação logo posterior a Depressão de 1929, elucida Silva e Yazbek (orgs) (2006, p.33), portanto ela se destaca no Brasil na década de 1940, auge do período desenvolvimentista e principalmente em 1943 com a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Neste mesmo momento criou-se o Sistema Público de Emprego – SPE como forma de buscar a formação de mão-de- obra especializada ao sistema capitalista. De acordo RAMOS D.A. (2006 apud AZEREDO; RAMOS, 1996, p. 31): “supunha-se que a baixa capacitação da mão-de- obra seria um dos principais entraves ao desenvolvimento da indústria nacional” e como forma de buscar sanar o problema criou-se o chamado “Sistema S”.

Perante as dificuldades do poder público em encontrar soluções para o agravamento do desemprego, da informalidade e da deterioração do mercado de trabalho, dado pela recessão do modelo desenvolvimentista e a ascensão de um modelo econômico e político neoliberal, as ações governamentais no mercado de trabalho perdem sua referência e entram em desagregação. Como forma de enfrentar estas dificuldades e minimizar a pressão social que se fazia pela população durante o regime militar, nas décadas de 1960 e 1970 surgem as primeiras medidas associadas ao tratamento social do desempregado, elucida Silva e Yazbek et al (2006, p.33), portanto em 1967 se instala o auxílio monetário a partir do rompimento do contrato de trabalho por meio do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e em 08/10/1975, pelo Decreto n.º 76.403, institui-se o Sistema Nacional de Emprego (SINE),

segundo Cacciamalli (1998, p. 173), “com finalidade, a consecução de várias ações, que visam à diminuição dos efeitos originados pelas transformações decorrentes do reordenamento do mercado de trabalho”. Ou seja, com o objetivo de:

- Atuar com vistas à intermediação da mão-de-obra;
- Criar um sistema de pesquisa e informação sobre o mercado de trabalho, visando municiar tanto os executores e capacitadores de mão- de-obra, e, ainda, para ser fonte de orientação sobre o mercado de trabalho em geral e da mão-de-obra em particular; e mais recentemente;
- Fomentar projetos de emprego e renda (ibid., p.173)

Como conseqüência a crise da dívida externa de 1981/83, o desemprego no Brasil atinge patamares até então desconhecidos. Este momento fica marcado por dois fatores: o surgimento do seguro-desemprego em 1986 e a redução da jornada de trabalho em 1988, expõe Silva e Yazbek et al (2006, p.33). Duas importantes medidas que irão garantir ao trabalhador desempregado uma fonte de renda e a redução da jornada que deverá gerar um adicional de vagas e maior qualidade de vida no trabalho.

O SINE, portanto cria forças com a criação do FAT – Fundo de amparo ao trabalhador pela Lei Federal n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que vem possibilitar o financiamento das políticas de proteção ao trabalhador através de recursos provenientes das contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Patrimônio do Servidor Público (PASEP). A Lei amplia significativamente a proteção ao trabalhador, mas não foi capaz de oferecer uma proteção efetiva, pois apesar do aumento dos recursos, cresceram também as demandas pelos programas, aumentando a vulnerabilidade dos trabalhadores perante a insegurança da economia Brasileira.

Os impactos negativos dos padrões de acumulação capitalista, relata Pochmann (1999, p.132), acarretou uma desarticulação entre os elementos chaves que determinam o emprego no capitalismo contemporâneo (política macroeconomia, paradigma técnico-produtivo, políticas de bem-estar-social, sistemas de relações de trabalho e políticas de emprego) comprometendo a possibilidade de ampliação de emprego e renda. Lembrando que as situações de miserabilidade registradas nos países em desenvolvimento como o Brasil, não conseguem mais ser ignoradas, influenciando diretamente na necessidade de redirecionar o papel e as ações do Estado e da sociedade, na importância de políticas de inclusão social.

O mesmo autor (ibid., p.133) apresenta uma alternativas de políticas ativas que poderiam ser implementadas com sucesso: o serviço social:

[...] serviço social, que por ser ainda pouco desenvolvido no país possibilita que a sua renovação e ampliação gerem renda e empregos adicionais. Constituem exemplos de atividades a serem desenvolvidas no âmbito do serviço social: os programas de trabalho de utilidade coletiva (frente de trabalho urbana e rural); a melhora na qualidade e eficiência dos serviços públicos; a ampliação das atividades de parceria entre as comunidades de assistência e de prestação de serviços; bem como os programas de estágios, de garantia de renda, de educação, saúde e previdência.

Levando em consideração que o sistema capitalista é um sistema que não dispõe de compromisso intrínseco com o emprego e o atendimento de necessidades sociais da população, conforme elucida Oliveira, M.A. et al (1998, p.74), fica sob responsabilidade das políticas de trabalho, emprego e renda, o desafio de diminuir os impactos do sistema capitalista sobre o mercado de trabalho, gerando empregos e capacitando para o trabalho (ibid., p.194). Servindo assim, como instrumento de enfrentamento da pobreza e da miséria e se apresentando como princípio fundamental para construção de uma nova ordem societária. As políticas de trabalho vêm mostrar o corpo de princípio indispensável para realidade das relações de trabalho, já que a melhor inclusão social se faz pela via do trabalho.

As atuais políticas no campo de trabalho passam por dificuldades perante suas referências, pois acabaram aprofundando a desestruturação do mercado de trabalho, necessitando assim passar por um processo radical de reformulação, expõe Silva e Yazbek et al (2006, p.40), pois o modelo neoliberal é de pouca efetividade neste campo, devido ao fato de não ter apresentado bons resultados nas últimas décadas, buscando a flexibilidade das relações de trabalho e acarretando impactos consideráveis na relação capital/trabalho.

As Políticas de Trabalho e Renda, em nível federal, salienta a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social do Estado do Ceará¹ (BRASIL, 2008) são coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cuja decisão é realizada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), conselho tripartite e paritário constituído por representantes do Governo Federal, dos empresários e dos trabalhadores.

¹ Dados eletrônicos. Para maiores informações acesse: <http://www.stds.ce.gov.br>

Esse modelo de representação se estende para os Estados, através dos Conselhos Estaduais do Trabalho (CET), e para os municípios, através dos Conselhos Municipais do Trabalho (COMUT). As políticas de mercado e trabalho podem ser de natureza Passiva ou Ativa.

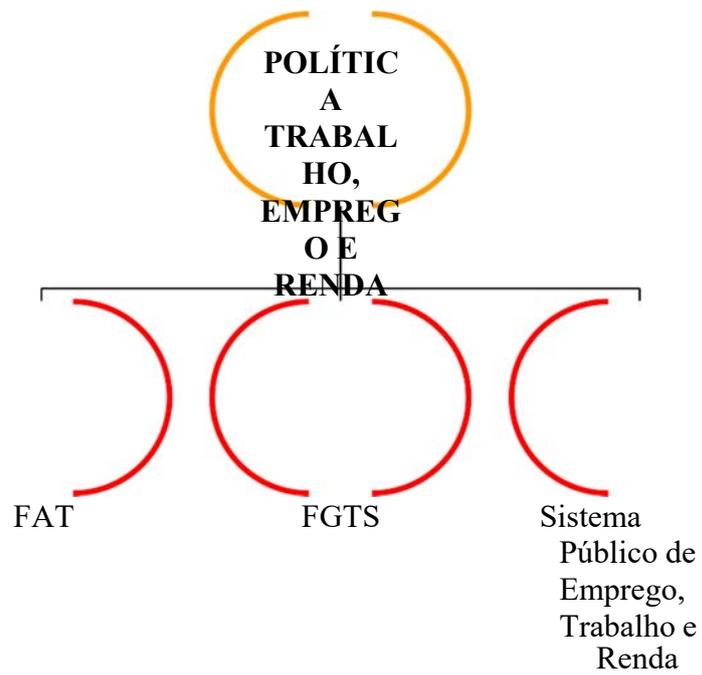
A Política de Trabalho, emprego e renda estão divididas entre passivas e ativas. As Políticas Passivas de Emprego e renda englobam aquelas ações que não influenciam diretamente na geração de novos postos de trabalho, seu objetivo é assistir financeiramente o trabalhador na condição de desemprego, expõe o Ministério do Trabalho e Renda (BRASIL, 1998), de forma que se criem oportunidades de sobrevivência e condições de busca de novos postos de trabalho. São medidas de natureza passiva, segundo Silva e Yazbek et al (2006, p.35), o instituto do Seguro-Desemprego; e Intermediação para o Trabalho.

As Políticas Ativas consistem, conforme abordagem do Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 1998) em políticas macroeconômicas e de desenvolvimento, inclusive as ações destinadas a atrair investimentos privados e a promover investimentos regionais e setoriais; políticas de valorização da força de trabalho através dos investimentos em educação fundamental e de qualificação e requalificação profissional e a modernização da legislação trabalhista, inclusive as propostas destinadas a instituir novas formas de contrato e a reduzir o custo não-salarial do trabalho.

As Políticas ativas, segundo Silva e Yazbek et al (2006, p.35) são identificadas pelo: Programa Nacional de Formação Profissional – PLANFOR (extinto e substituído pelo PNQ), Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, Programa de Emprego - Proemprego, e as iniciativas de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

As ações da Política de trabalho, emprego e renda abordam os programas do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT; do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e do Sistema Público de Emprego, o qual realiza suas intervenções através do abono salarial, da carteira de trabalho e previdência social – CTPS, intermediação de mão-de-obra - IMO (SINE), políticas de juventude, programa de geração de emprego e renda – PROGER, programa nacional de microcrédito produtivo orientado – PNMPO, qualificação profissional, salário mínimo, seguro- desemprego e o sistema nacional de emprego – SINE.

Verifica-se abaixo a figura a qual apresenta a estrutura da política:



Portando descreverá o sistema público de emprego, trabalho e renda no subitem posterior, mas antes será abordado um breve histórico do Ministério do Trabalho e Emprego, de forma a entender o contexto da política.

4.1 Um histórico do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

Conforme relato do Ministério do Trabalho (BRASIL,2008), no ano de 1912 é constituída a Confederação Brasileira do Trabalho - CBT, durante o quarto Congresso Operário Brasileiro, realizado nos dias sete e quinze de novembro, destinado a promover um longo programa de reivindicações operárias, sendo estas: jornada de oito horas de trabalho, semana de seis dias de trabalho, construção de casas para operários, indenização para acidentes de trabalho, limitação da jornada de trabalho para mulheres e menores de quatorze anos, contratos coletivos ao invés de contratos individuais, seguro obrigatório para os casos de doenças, pensão para velhice, fixação de salário mínimo, reforma dos impostos públicos e obrigatoriedade da instrução primária.

Em 1918 é criado o Departamento Nacional do Trabalho, por meio do Decreto nº 3.550, de 16 de outubro, assinado pelo Presidente da República, Wenceslau Braz P. Gomes autorizando o presidente da república a reorganizar, sem aumento de despesas, a diretoria do serviço de povoamento dando-lhe a denominação de departamento nacional do trabalho.

No ano de 1923 é criado o Conselho Nacional do Trabalho, por meio do Decreto nº 16.027, de 30 de abril, assinado pelo Presidente Artur Bernardes. Em 1928 é alterada a redação do Decreto que criou o Conselho Nacional do Trabalho por meio do Decreto nº 18.074, de 19 de janeiro, assinado pelo Presidente Washington Luiz, dando novo regulamento ao Conselho Nacional do Trabalho.

Em 1930 é criada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio do Decreto nº 19.433, de 26 de novembro, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, assumindo a pasta o Ministro Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor. (o chefe do governo provisório usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º do decreto n. 19398, DE 11/11/1930). O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio é organizado pelo Decreto nº 19.667,

de 4 de fevereiro de 1931, com a estrutura: Secretário de Estado; Departamento Nacional do Trabalho; Departamento Nacional do Comércio; Departamento Nacional de Povoamento; Departamento Nacional de Estatística. No ano de 1932 o Ministro de Estado Lindolfo Leopoldo B. Collor solicita sua demissão no dia 2 de março, sendo seu sucessor o Ministro Joaquim Pedro Salgado Filho, o qual cria as Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por meio dos Decretos n.ºs 21.690 e 23.288, de 1º de agosto de 1932 e 26 de outubro de 1933, respectivamente.

Em 1933 é criado as Delegacias do Trabalho Marítimo, por meio do Decreto nº 23.259, de 20 de outubro, para inspeção, disciplina e policiamento do trabalho nos portos. No ano de 1940 as Inspetorias Regionais foram transformadas em Delegacias Regionais do Trabalho, por meio do Decreto-Lei nº 2.168, de 6 de maio.

Pela Lei nº 3.782, de 22 de julho de 1960 o Ministério passa a ser denominado de Ministério do Trabalho e Previdência Social. Em 1964 é criado o Conselho Superior do Trabalho Marítimo, por meio da Lei nº 4.589, de 11 de dezembro, constituído por representantes dos Ministérios do Trabalho e Previdência Social, da Marinha, da Agricultura e dos Empregadores e Empregados. No ano de 1966 é criada a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO, por meio da Lei nº 5.161, de 21 de outubro, para realizar estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene e medicina do trabalho. É Criado o Serviço Especial de Bolsas de Estudos - PEBE, órgão autônomo vinculado ao Ministério, extinto o Conselho Nacional do Trabalho, por meio do Decreto nº 57.870, de 25 de fevereiro. Em 1971 fica estabelecida, provisoriamente, por meio do Decreto nº 69.014, de 4 de agosto, a estrutura básica do Ministério: Gabinete do Ministro; Consultoria Jurídica; Divisão de Segurança e Informações; Secretaria Geral; Inspetoria Geral de Finanças; Conselho Nacional de Política Salarial; Comissão da Ordem do Mérito; Secretaria do Trabalho; Secretaria da Previdência Social; Secretaria da Assistência Médico-Social; Departamento de Administração; Departamento do Pessoal.

Em 1972 é criado o Conselho Consultivo de Mão-de-obra, por meio do Decreto nº 69.907, de 7 de janeiro. Já em 1974 o Ministério passa a ser denominado de Ministério do Trabalho, por meio da Lei nº 6.036, de 1º de maio. Em 1976 é criado o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural, SENAR, órgão autônomo vinculado ao Ministério, por meio do Decreto nº 77.354, de 31 de março. No ano de 1977 o Conselho Nacional de Política de Emprego, por meio do Decreto nº 79.620, de 18 de janeiro e em 1978 é alterada a denominação da FUNDACENTRO para Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho, por meio da Lei nº 6.618, de 16 de dezembro. Foi alterada a

denominação do Conselho Consultivo de mão-de-obra para Conselho Federal de mão-de-obra, por meio do Decreto nº 81.663, de 16 de maio. Em 1980 cria o Conselho Nacional de Imigração, por meio da Lei nº 6.815, de 19 de agosto.

No ano de 1989 extingue as Delegacias do Trabalho Marítimo, o Conselho Superior do Trabalho Marítimo, o Conselho Federal de mão-de-obra e o PEBE, por meio da Lei nº 7.731, de 14 de fevereiro e cria o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por meio da Lei nº 7.839, de 12 de outubro.

Em 1990 é criado o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, por meio da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro. Por meio da Lei nº 8.028, de 12 de abril, foram criados os seguintes órgãos: Conselho Nacional de Seguridade Social; Conselho Nacional do Trabalho; Conselho de Gestão da Proteção ao Trabalhador; Conselho de Gestão da Previdência Complementar; Conselho de Recursos do Trabalho e Seguro Social. Foram também extintos os seguintes órgãos: Conselho Nacional de Política Salarial; Conselho Nacional de Política de Emprego. A referida Lei também alterou a denominação do Ministério, que passou a se chamar Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

No ano de 1991 é extinto o Serviço Nacional de Formação Profissional Rural - SENAR, por meio do Decreto de 10 de maio. Em 1992 o Ministério passa a ser denominado Ministério do Trabalho e da Administração Federal, por meio da Lei nº 8.422, de 13 de maio. Por meio do Decreto nº 509, de 24 de abril, é criada a DRT no Estado de Tocantins e extintos os seguintes órgãos: Conselho Nacional de Seguridade Social; Conselho de Gestão da Proteção ao Trabalhador; Conselho de Gestão da Previdência Complementar; Conselho de Recursos do Trabalho e Seguro Social; Conselho Nacional do Trabalho.

Por meio da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho e o Ministério passou a ser denominado de Ministério do Trabalho. Em 1995 o Ministério do Trabalho passa a ter nova estrutura organizacional por meio do Decreto nº 1.643, de 25 de setembro. A Secretaria de Controle Interno - Ciset foi transferida para o Ministério da Fazenda por meio do Decreto nº 1.613, de 29 de agosto. No ano de 1999 o Ministério passou a ser denominado Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Medida Provisória nº 1.799, de 1º de janeiro. Com o Decreto nº 3.129 de 9 de agosto de 1999 o Ministério passou a ter seguinte estrutura organizacional: Gabinete do Ministro; Secretaria- Executiva; Consultoria Jurídica; Corregedoria; Secretaria de Políticas Públicas de Emprego; Secretaria de Inspeção do Trabalho; Secretaria de Relações do Trabalho; Delegacias Regionais do Trabalho; Conselho Nacional do Trabalho; Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço; Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador; Conselho Nacional de Imigração; Fundação Jorge Duprat

Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO

No ano de 2003 é aprovada a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Trabalho e Emprego pelo Decreto nº 4.634, de 21 de março; O Decreto nº 4.764, de 24 de junho, estruturou a Secretaria Nacional de Economia Solidária; e Foi instituído o Fórum Nacional do Trabalho pelo Decreto nº 4.796, de 29 de julho.

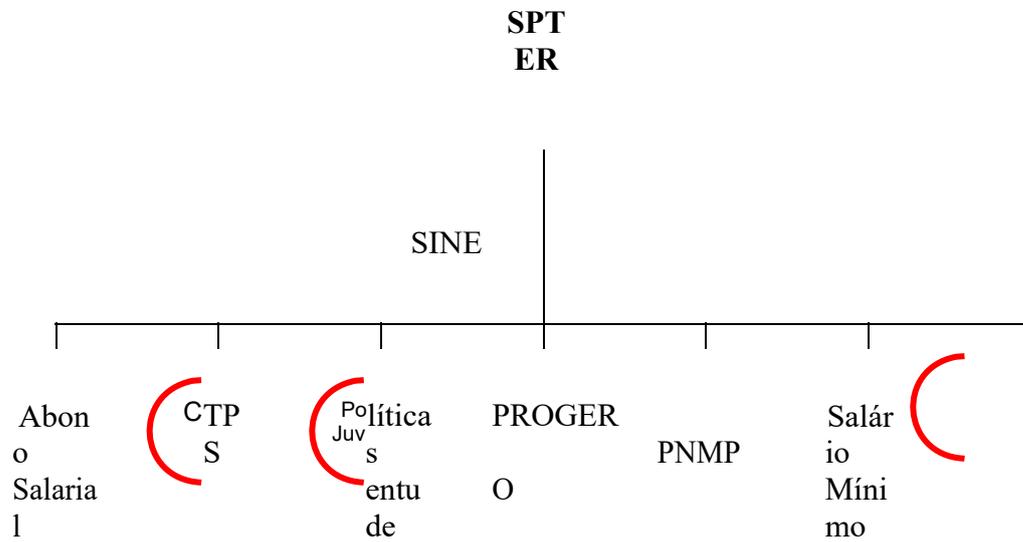
O Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, dá nova Estrutura Regimental ao Ministério do Trabalho e Emprego, estruturando a Ouvidoria-Geral e o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude.

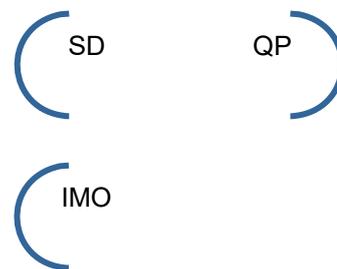
E em 2008 o Decreto nº 6.341, de 3 de janeiro alterou a nomenclatura das Delegacias Regionais do Trabalho para Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, das Subdelegacias do Trabalho para Gerências Regionais do Trabalho e Emprego e das Agências de Atendimento para Agências Regionais. As Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego passaram a ser competentes pela execução, supervisão e monitoramento de todas as ações relacionadas às políticas públicas do Ministério do Trabalho e Emprego.

Após a abordagem do histórico do ministério do trabalho e emprego será tratado sobre o sistema público de trabalho, emprego e renda.

4.2 O Sistema Público de Trabalho, emprego e Renda - SPTER

Para maior clareza, verifica-se na figura abaixo a estrutura o sistema público de trabalho, emprego e renda, os quais serão tratados individualmente nos próximos subitens:





4.2.1 *O Abono Salarial e a Carteira de Trabalho e Previdência Social*

O Abono Salarial, segundo o Ministério do Trabalho ² (BRASIL, 2008) “É o pagamento de um salário mínimo anual aos trabalhadores que tem direito”, sendo estes os trabalhadores que receberam em média, até 02 (dois) salários mínimos mensais no ano anterior; estiverem cadastrados no Programa de Integração Social (PIS) ou Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) há pelo menos 5 (cinco) anos e que tenha trabalhado no ano anterior, com vínculo empregatício, pelo menos 30 (trinta) dias.

O Programa está regido pela Lei Nº 7.998, de 11/01/1990, a qual regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências.

A Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS é o documento que reproduz a vida funcional do trabalhador, sendo obrigatório para toda pessoa que venha a prestar algum tipo de serviço à outra pessoa, garantindo assim o acesso aos principais direitos trabalhistas, como: seguro-desemprego, benefícios previdenciários e FGTS. Ela foi instituída pelo Decreto nº 21.175, de 21 de março de 1932 e posteriormente regulamentada pelo Decreto nº. 22.035, de 29 de outubro de 1932.

4.2.3 *Política de Juventude e o Programa de Geração de Emprego e Renda.*

² Dados eletrônicos. Para maiores informações acesse: <http://www.mte.gov.br>

No ano de 2004 foi criado o Departamento de Políticas de Trabalho e Emprego para a Juventude – DPJ no Ministério do Trabalho e Emprego com o objetivo de atuar na promoção de oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda para juventude. Estas políticas obedecem aos mesmos princípios que norteiam as ações voltadas à qualificação profissional e intermediação de mão-de- obra de todos os usuários do Sistema Público de Emprego e desenvolve o Programa ProJovem Trabalhador, uma das modalidades do programa unificado ProJovem, com o objetivo de qualificar jovens com idade entre dezoito e vinte e nove anos, que já tenham concluído o Ensino Fundamental.

O PROGER é um conjunto de linhas especiais de crédito que visa financiar aos trabalhadores informais, pequenos empreendedores familiares, pequenos e microempresários, micro ou pequenos empreendedores, de cooperativas ou associações urbanos e rurais, professores da rede pública e privada de ensino, para aquisição de equipamento de informática, pessoas físicas, para aquisição de material para construção ou para aquisição de unidade habitacional, crédito para iniciar ou investir no crescimento do empreendimento. O objetivo do programa é gerar e manter emprego e renda.

4.2.4 Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado e o Salário Mínimo

O microcrédito produtivo orientado – PNMPO é um crédito concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, baseando-se no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica. O Programa busca incentivar a geração de trabalho e renda, disponibilizar recursos para o microcrédito produtivo orientado e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo orientado, buscando o fortalecimento institucional destas para a prestação de serviços aos empreendedores populares.

Quanto ao salário mínimo, o Ministério do Trabalho e emprego aponta como valor nominal R\$ 415,00, sendo que este é o menor salário que deverá ser pago por uma organização. O Salário mínimo é estabelecido por lei e é reavaliado periodicamente com base no custo de vida da população.

4.2.5 *O Sistema Nacional de Emprego e o Programa Seguro Desemprego*

O principal instrumento da Política de Trabalho e Renda é o Sistema Nacional de Emprego - SINE que segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, (BRASIL, 2008), tem como coordenador e supervisor o Ministério do Trabalho conferindo-lhe a competência para "definir as prioridades das áreas a serem abrangidas pelo SINE, estabelecer os programas necessários a sua implantação e as normas administrativas e técnicas para o seu funcionamento" (art. 5º do Decreto n.º 76.403, de 08/10/1975 de criação do SINE), por intermédio da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. Sua criação é fundamentada na Convenção n.º 88 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que trata da organização do Serviço Público de Emprego do Brasil.

Segundo o ministério do trabalho, a principal finalidade do SINE, no momento de sua criação, era promover a intermediação de mão-de-obra, desenvolvendo de uma série de ações relacionadas a essa finalidade como: organizar um sistema de informações sobre o mercado de trabalho, identificar o trabalhador por meio da Carteira de Trabalho e Previdência Social e fornecer subsídios ao sistema educacional e de formação de mão-de-obra para a elaboração de suas programações.

Perante a criação do Programa do Seguro-Desemprego e a instituição do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, os recursos do SINE passam a ser financiados pelo FAT, provenientes em parte do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) e em parte, de uma parcela da arrecadação do PIS/PASEP. As normas e diretrizes do SINE, então, passaram a ser definidas pelo Ministério do Trabalho e pelo Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT, o qual é instituído pela Lei nº. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, a mesma que cria o Programa de seguro- desemprego.

O CODEFAT é constituído por representantes dos empregadores, dos trabalhadores e do governo, responsáveis pela gestão do FAT, tendo a competência de gerir o FAT e deliberar sobre as seguintes matérias: aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho Anual do Programa do Seguro-Desemprego e do abono salarial e os respectivos orçamentos; deliberar sobre a prestação de conta e os relatórios de execução orçamentária e financeira do FAT; elaborar a proposta orçamentária do FAT, bem como suas alterações; propor o aperfeiçoamento da legislação relativa ao seguro-desemprego e ao abono salarial e regulamentar os dispositivos a lei no âmbito de sua competência; decidir sobre sua própria

organização, elaborando seu regimento interno; analisar relatórios do agente aplicador quanto à forma, prazo e natureza dos investimentos realizados; fiscalizar a administração do fundo, podendo solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; definir indexadores sucedâneos no caso de extinção ou alteração dos referidos da Lei; baixar instruções necessárias à devolução de parcelas do benefício do seguro-desemprego, indevidamente recebidas; propor alteração das alíquotas referentes às contribuições a que alude o art. 239 da Constituição Federal, com vistas a assegurar a viabilidade econômico- financeira do FAT; fixar prazos para processamento e envio ao trabalhador da requisição do benefício do seguro-desemprego, em função das possibilidades técnicas existentes, estabelecendo-se como objetivo o prazo de 30 (trinta) dias e deliberar sobre outros assuntos de interesses do FAT.

Neste contexto, a Lei nº. 8.019, de 11.4.90, altera a Lei nº. 7.998/90 e estabelece no art.13 que “as ações do Programa do Seguro-Desemprego serão executadas, prioritariamente, em articulação com os estados e municípios, por intermédio do Sistema Nacional de Emprego”, este é o mencionado princípio da descentralização, que vem direcionar os programas as necessidades de nível local ou regional. Portanto o SINE vem se apresentar como um sistema, o qual executa articula algumas ações do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda.

A partir da criação do Programa do Seguro-Desemprego, passou-se a entender o Sistema Nacional de Emprego - SINE como rede de atendimento de ações desse Programa, geralmente realizado de forma integrada, o SINE executa a ação de pagamento do benefício do seguro-desemprego, mas que é operacionalizada pela Caixa Econômica Federal - CEF. Portanto, o Programa do Seguro-Desemprego, no âmbito do SINE, significa todas as ações desse Programa que são executadas nos postos de atendimento do SINE.

Os instrumentos da Política de Trabalho e Renda, executadas pelo SINE são: Plano de Intermediação para o trabalho; Programa de Qualificação Profissional; Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE); Programa de Seguro Desemprego e Abono Salarial e Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER). (BRASIL, MTE, 2008). O SINE também é o responsável pela definição das prioridades e implementação dos programas relacionados a Qualificação profissional, foco desta pesquisa.

Tratando-se de recursos, da receita do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, 40% são repassados ao BNDES para aplicação no financiamento em programas de desenvolvimento econômico e o restante dos são destinados ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, que compreende: o pagamento do benefício do Seguro-Desemprego, inclusive o benefício do Pescador Artesanal, a orientação, a intermediação de mão-de-obra e

a qualificação profissional executadas pelos Estados e DF mediante convênios; do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER; do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF; do Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador - PROEMPREGO e ao pagamento do Abono Salarial do PIS- PASEP. O que leva a concluir que o programa de seguro-desemprego é o principal destinatário dos recursos do FAT, com 60% de seus investimentos.

4.2.5.1 A Intermediação da mão-de-obra

O Instrumento Público de Intermediação do trabalho foi introduzido no Brasil em 1976, um ano após o SINE, buscando recolocar o trabalhador no mercado de trabalho através de um trabalho de intermediação, ligação entre a empresa e o trabalhador, cruzando as necessidades do posto de trabalho com as necessidades do trabalhador. As informações são passadas pelos empregadores e disponibilizadas junto aos postos de atendimento. O seu objetivo é reduzir o desemprego, contribuindo para que os postos de trabalho vagos não sejam extintos por dificuldades no preenchimento da vaga, diminuindo assim o tempo de espera de um novo emprego.

Segundo o Ministério do Trabalho (BRASIL, 2008) a atividade objetiva da intermediação da mão de obra é (re)colocar o trabalhador no mercado de trabalho. Para isso, o Sistema Nacional de Emprego dispõe de informações acerca das exigências dos empregadores ao disponibilizarem suas vagas junto aos postos de atendimento do SINE, buscando, dessa forma, a redução dos custos e do tempo de espera tanto para o trabalhador, quanto para o empregador.

Perante o contexto do programa, Chahad (2002 apud BILANCIERI, 2006, p.23) aponta algumas dificuldades, sendo elas:

...as divergências entre o perfil demandado pelo capital e o perfil ofertado pela classe trabalhadora, a busca de vagas que nem sempre são as esperadas, a falta de recursos humanos especializados para realização das buscas e o próprio instrumento de convênio a ser realizado, que se traduz pelo alto grau de burocracia.

Portanto, se faz necessário articular a relação capital x trabalho de forma que os usuário da IMO atendam as demandas do capital, bem como sejam revistos os processo de trabalho, com o propósito de atender o objetivo da inserção do usuário no mercado de

trabalho.

O SINE, segundo Pochmann (1999, p.120) encontra-se atualmente na maior parte dos estados brasileiros, realizando as atividades de alocação de mão-de-obra, apresentando sinais de crescimento quantitativo nas últimas décadas, mas este crescimento não foi acompanhado pela melhoria da qualidade e dos serviços prestados, podendo observar até mesmo uma perda de eficácia, que pode ser justificada por motivos de que a intermediação da mão-de-obra não substitui a geração de emprego, mas é complementar.

O que deve ser considerado também neste aspecto é que em países desenvolvidos, os serviços de intermediação de mão-de-obra são responsáveis por até um quarto das oportunidades de emprego, já no Brasil é quase insignificante a responsabilidade do SINE no encontro de uma ocupação para o desempregado, levando-nos a concluir que não pertence à cultura, buscar empregos por intermédio dos serviços de intermediação de mão-de-obra.

4.2.5.2 O Seguro-Desemprego

No âmbito das políticas compensatórias, o seguro desemprego compreende importante função, salienta Pochmann (1999, p.126), portanto segundo o Ministério do Trabalho (BRASIL, 2008):

O seguro-desemprego é um benefício integrante da seguridade social, garantido pelo art.7º dos Direitos Sociais da Constituição Federal e tem por finalidade prover assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado involuntariamente.

Apesar de o seguro-desemprego estar previsto na Constituição de 1946, ele foi introduzido no Brasil apenas no ano de 1986, pelo Decreto-Lei n.º 2.284, de 10 de março de 1986 e regulamentado pelo Decreto n.º 92.608, de 30 de abril de 1986. Após a Constituição de 1988, o benefício do Seguro-Desemprego passou a integrar o Programa do Seguro-Desemprego, criado pela Lei n.º. 7.998, de 11 de janeiro de 1990, tornando-o hoje, o mais antigo dos programas voltados ao mercado de trabalho (OLIVEIRA, C.R., 1998, p.128).

Segundo o Ministério do Trabalho, o programa de seguro-desemprego tem por objetivo prover assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado em virtude de dispensa sem justa causa e garantir-lhe a manutenção e busca de emprego, promovendo, portanto, ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. Os Programas de Seguro desemprego conforme expõe Oliveira, C.R. (1998, p.128) representam

parte importante dos desafios que tem se colocado no campo das políticas de emprego, portanto deve se reconhecer que o seguro desemprego não é um instrumento de combate a pobreza ou aos problemas do mercado de trabalho e sim um direito social básico do trabalhador, que deverá trazer-lhe proteção, assegurando condições de sobrevivência nos momentos de desemprego.

A característica marcante do seguro desemprego é sua importância em termos da proteção social ao trabalhador, mas Pochmann (1999, p. 126) também ressalta que o seguro desemprego refere-se apenas aos trabalhadores assalariados com registro em carteira e que existe uma boa porção de brasileiros sem nenhum benefício financeiro. Considerando também a colocação de Oliveira, C.R. (1998, p.130), de que estamos tratando apenas do mercado formal de trabalho, que representa hoje cerca da metade dos trabalhadores ocupados no país. A questão do mercado informal é uma característica do mercado de trabalho brasileiro e que vem sendo agravado pelos ajustes produtivos e que apesar de ser um objetivo importante da política social, não cabe ao programa de seguro desemprego sua solução, mas sim especialmente da política pública de assistência social, conforme pode ser verificado na política nacional de assistência social, conselho nacional de assistência (2003, p.31-32), onde a proteção social deve garantir as seguranças de sobrevivência (rendimento e de autonomia); de acolhida; e, convívio ou vivência familiar, sendo a segurança de rendimentos não uma compensação do valor do salário-mínimo, mas a garantia de que todos tenham uma forma de rendimentos para garantir a sobrevivência em padrão digno e cidadã.

O Trabalhador, segundo o Ministério do Trabalho (BRASIL, 2008), com contrato suspenso, devidamente matriculado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador pode desde que atenda os requisitos do MET, receber o seguro desemprego - bolsa qualificação. O Pescador Profissional de atividade artesanal também poderá receber assistência financeira temporária quando tiver suas atividades paralisadas no período de “baixa temporada”, o chamado seguro desemprego – Pescador Artesanal. O Empregado doméstico desempregado, inscrito no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS dispensado sem justa causa poderá receber o seguro desemprego – Empregado Doméstico. E ainda o auxílio temporário concedido ao trabalhador resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, o chamado seguro desemprego – Trabalhador Resgatado. Apesar de todos os atendimentos oferecidos pelo programa de seguro-desemprego, a crise da economia mundial trouxe novos desafios, pois, como efeito deste contexto, o mercado de trabalho ganha espaço para o desemprego de longa duração, o desemprego de inserção (dificuldade do primeiro emprego) e o desemprego de exclusão (trabalhadores com mais de 55 anos, por exemplo), os quais não são atingidos pelo

programa.

A questão da qualificação profissional será tratada com maior atenção no item posterior, devido à relevância desta ação e por ser foco deste trabalho. Esta política engloba uma série de ações públicas destinadas a atuar diretamente sobre a oferta ou demanda de trabalho, buscando possibilitar aos desempregados novas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e ainda a capacitação profissional.

5 QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Perante às presentes transformações nas relações de trabalho, decorrentes do processo de globalização da economia e ideologia neoliberal, Manfredi (1999, p.13) relata que a realidade posta está fazendo ressurgir, com muita ênfase, acalorados debates relativos a temas que remetem às relações entre trabalho, qualificação e educação (especialmente a formação profissional).

Todas as mudanças econômicas e sociais descritas em itens anteriores deixam claro que na forma de superar a competitividade decorrente da globalização e das inovações tecnológicas, as organizações passam a exigir “trabalhadores com grau de conhecimento condizente com as necessidades desse modelo” (VIEIRA; ALVES, 1995, p.8). Os trabalhadores capacitados irão garantir as organizações rapidez nos aprendizados relativos ao trabalho, assegurando sucesso da modernização e garantia de qualidade.

As organizações passaram de um processo tecnológico (fordismo), que não requeria a motivação nem a qualificação dos trabalhadores, para outro que, ao contrário, requereria um trabalhador muito mais qualificado e motivado.

O Modelo de gestão “qualidade total” tem se apresentado como requisito essencial às organizações, pois os consumidores têm exigido a cada dia maior qualidade nos produtos. Para garantir a qualidade e a diferenciação de seus produtos em busca de conquistar mercados, as organizações necessitam de um novo perfil de qualificação do trabalhador.

Nesta perspectiva, o trabalhador se depara com a necessidade da formação profissional ou reciclagem de seus conhecimentos para que tenha a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho dos setores modernos ou então de se manter no próprio emprego. O trabalhador que não esteja em condições de se inserir neste contexto enfrentaria o processo de exclusão social, em outros termos, deveria enfrentar um desemprego de exclusão,

conforme salienta Ramos (1997, p.17). Perante os Jovens, os quais não estão inseridos no mercado de trabalho esta questão se coloca de forma diferente, ele deve elevar tanto sua escolaridade quanto a inter-relação entre o sistema educacional formal e o mundo do trabalho, pois sua dificuldade está mais em se inserir no mercado de trabalho, ou seja, desemprego de inserção

No processo de produção contemporânea prevalecem os padrões de qualidade e diferenciação de produtos, ressalva (Vieira e Alves, 1995, p.12) e este contexto associado com os novos modelos de gestão as organizações “passam a exigir outras qualificações dos trabalhadores, tais como o trabalho em grupo, a politecnia, a capacidade de interpretar instruções e a habilidade para utilizar equipamentos e materiais mais sofisticados”. Todas estas exigências se deparam com o campo da qualificação profissional, pois as novas competências se “colocarão de maneira muito mais acentuada a importância da educação formal e da complementação profissional, de modo a propiciar a formação integral do trabalhador em um processo de educação continuada”.

A qualificação profissional apenas se colocará como forma de inclusão da classe trabalhadora se a sua discussão se der na perspectiva da qualidade do ensino público e a necessidade de reformular os currículos escolares para aproximá-los das novas exigências da vida moderna e das tecnologias existentes, apregoa os mesmos autores (ibid., p.12). A formação profissional apenas se desenvolverá como forma de emancipação dos trabalhadores se for vista como extensão do ensino regular, entrelaçando-se como forma de buscar um conhecimento amplo e de construção de cidadania.

A oferta de qualificação profissional, com os conteúdos e objetivos descritos anteriormente, poderá evitar que os processos de flexibilização, terceirização, etc., decorrentes do processo de modernização produtiva, levem o emprego e a ocupação a uma situação precária. (ibid., p.15), portanto, a qualificação profissional se coloca como forma de enfrentamento as novas determinações do mundo do trabalho.

Ao se tratar de qualificação profissional, se faz necessário primeiramente entender conceitos. Segundo Manfredi, (1999, p.16) a concepção de qualificação nasceu associada à concepção de desenvolvimento econômico e foi elaborada a partir da “Teoria do Capital Humano” cujos principais expoentes foram economistas americanos como Theodore Schultz (1974) e Frederick H. Harbison (1974) e frente a este contexto, a história dos sistemas Brasileiros de formação profissional se enquadra “dentro desta lógica da qualificação entendida como preparação de mão de obra especializada (ou semi-especializada), para atender às demandas técnico- organizativas do mercado de trabalho formal”.

Conforme salienta a mesma autora e tomando como referencial a teoria de Bruner (1969), a qualificação profissional é entendida como um “processo por meio do qual se efetiva um cruzamento estreito entre a aquisição da experiência adquirida e os conteúdos (saberes) necessários para fazer frente às situações e condições de trabalho, em geral suscetíveis de modificação, ao longo do tempo”.

Tratando do conceito de competência profissional retratado pela mesma autora e referenciado pelos conceitos de Meghnagi (1992):

Competência profissional englobaria, entre outras dimensões, uma de ordem individual de caráter cognitivo, relativa ao processo de aquisição e produção de conhecimento que o autor define como sendo um processo de construção ativo, referendado em teorias de aprendizagem - o autor adota o enfoque construtivista e sociointeracionista.

Quando se aborda a questão da formação profissional observa-se uma concepção mais rígida, de objetivos técnico-operacionais, ou seja, uma profissionalização para as demandas do capital. Kuenzer (1985 apud Manfredi 1999, p.19) relata que a formação para o trabalho é definida como:

Treinamento básico, conhecimento ou formação escolar necessários para o exercício da função; esse conhecimento ou formação podem ter sido adquiridos ou por instrução formal ou por treinamento preliminar em trabalhos de menor grau, ou pela combinação desses meios.

Dentre os conceitos relatados perante as terminologias, o programa de qualificação profissional será a mais abordada por se tratar de um campo da política de trabalho, emprego e renda e campo desta pesquisa. Portanto, considera-se também, neste contexto, a concepção expressa pelas novas diretrizes do PNQ (BRASIL, 2003), o qual ressalta a Qualificação Social e Profissional como “aquela que permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas”, sendo esta:

Um conjunto de políticas que se situam na fronteira do Trabalho e da Educação (articulando-os) e que se vinculam, intrinsecamente, a um Projeto de Desenvolvimento de caráter incluyente, voltado à geração de trabalho, à distribuição de renda e à redução das desigualdades regionais.

Portanto, considera-se qualificação uma parte inseparável das políticas públicas de emprego, trabalho e renda, voltadas à construção de um Sistema Público de Emprego no país; é uma forma de educação profissional básica, que por sua vez deve estar articulada com a educação de jovens e adultos, à educação do campo e a educação profissional de nível técnico e de nível tecnológico; é um processo de construção de políticas afirmativas de gênero, etnia e geração, tendo como pressuposto o reconhecimento da diversidade das formas de trabalho e das múltiplas capacidades individuais e coletivas; é uma forma de reconhecimento social do conhecimento dos trabalhadores, que por sua vez requer uma política de certificação profissional e ocupacional, articulada com classificações de ocupações, profissões, carreiras e competências; tornando-se uma necessidade para o jovem e o adulto, em termos de orientação profissional, tendo em vista sua inserção digna no mundo do trabalho.

A Qualificação Profissional é uma responsabilidade pública do Estado e da sociedade civil organizada, especialmente no que se refere às representações dos trabalhadores e dos empresários, com a negociação coletiva da qualificação e certificação profissionais devendo integrar um sistema nacional democrático de relações de trabalho.

As transformações decorrentes do mundo do trabalho, acarretado pela globalização não é apenas globalização do capital, mas está acompanhada da globalização do trabalho, afirma Ianni (1996 apud Freire, Freire e Castro 2008, p.32) e estas transformações passaram a exigir do trabalhador novas qualificações em um ritmo acelerado acarretando mudanças que de um lado trazem um cenário de rapidez, eficiência, racionalização e por outro, a impessoalidade das relações, caráter alienante do trabalho e dependência tecnológica, expõe Freire, Freire e Castro (2008, p.33):

o obscurecimento mistificado da desigualdade é também ampliado, através dos equipamentos eletrônicos em todos os locais do planeta, criando a “ilusão de que o mundo é imediato, presente, miniaturizado, sem geografia nem história [...] [enquanto subsume e tensiona] indivíduos, famílias, grupos e classes, nações [...], etnias e raças [...] recriando e multiplicando articulações e tensões”.

Portanto, essas mudanças produzem ganhos e perdas consideráveis, tendo como pano de fundo um cenário tecnológico sofisticado. O mundo globalizado passa a exigir a capacidade de lidar com conceitos abstratos, empregar a potencialidade da tecnologia e trabalhar em grupo, se faz necessário "aprender a aprender, condição indispensável para poder acompanhar as mudanças e avanços cada vez mais rápidos que caracterizam o ritmo da

sociedade moderna" expõe Ferrete et al (1999, p.125). Portanto, a qualificação profissional passa a ter um papel importante na sociedade, possibilitando conhecimento teórico, técnico e operacional em um caráter de informação a classe trabalhadora.

Frente recentes transformações no mundo do trabalho, a questão da qualificação, requalificação, treinamento e educação profissional, se tornam de extrema importância, ganhando maior atenção nas decisões governamentais de financiamento das políticas compensatórias de emprego, exposto Pochmann (1999, p.122). A qualificação profissional vai possibilitar ao trabalhador novos conhecimentos e competência para que este possa se inserir no mercado de trabalho, já que no Brasil encontra-se outra complexidade chamada: baixo nível de escolaridade da força de trabalho, salienta Oliveira, C.R. (1998, p.138), dificultando o processo de inserção ao mercado de trabalho.

Devido as mudanças na estrutura produtiva nos processos de trabalho, o trabalhador passar a sofrer exigências cruciais quanto a versatilidade, levando o país face á problemas de modernização, sem mesmo ter resolvido a questão da educação básica. Portanto a Educação Tecnológica surge da preocupação em proporcionar uma formação que dê conta das exigências advindas das inovações da sociedade industrial, conforme salientam Salm e Fogaça (1994 apud OLIVEIRA C.R, 1998, p.139):

[...] a educação tecnológica corresponde a uma boa educação básica, que associa ciência, tecnologia e criatividade. (...) A única saída é salvar a rede pública de ensino [...] Este fato implica que não há atalhos, tão ao gosto daqueles que propõem substituir a educação básica pela aprendizagem de um ofício.

Portanto a educação profissional deve se expressar no contexto da ampliação de conhecimentos e não na substituição da educação básica, por esta. Ambas se complementam. A Qualificação Social e Profissional se apresenta como direito e condição indispensável para garantia de trabalho decente á população.

Perante os novos paradigmas postos á qualificação profissional, as formas adotadas para a educação em geral e as intervenções de inclusão social passam a ter maior relevância, já que a globalização exige da classe trabalhadora, novos conhecimentos e atitudes. Portando tratará do processo histórico da política pública de qualificação profissional no subitem posterior, como forma de reconhecimento do processo da política como direito público.

5.1 A Qualificação Profissional como Direito e como Política Pública

Pochmann (1999, p.123) ressalta que a experiência empresarial voltado para formação profissional, se dá em longa data, desde início do século (1909), com as Escolas de Aprendizes e Artífices, mas a discussão sobre educação e qualificação profissional de forma mais conseqüente, inicia-se, de acordo com Vieira e Alves (1995, p. 10,) com o período de aceleração da industrialização nos anos 50, ditado pelo processo de substituição de importações, como a educação pública, não tinha capacidade de responder, com rapidez, às necessidades do mercado de trabalho emergente, o governo promove a expansão do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), para prover a capacitação da força de trabalho na quantidade e qualidade requeridas. Ao se observar os primeiros sinais de esgotamento do modelo de crescimento, a discussão sobre a importância da educação ganha força. “Surge a teoria do capital humano, com a argumentação de que investimentos em recursos humanos evitam o subaproveitamento dos investimentos realizados em capital físico”. Neste contexto, a oferta educacional se expande rapidamente em todos os níveis, principalmente no ensino superior, com perdas crescentes de qualidade.

O Sistema “S”, portanto é gerido especialmente pelo patronato, a partir de arrecadação de recursos públicos, expõe Silva e Yazbek et al (2006, p.33), formado inicialmente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (SENAC) e posteriormente é composto por SENAI/SESI - Indústria, SENAC/SESC (Comércio e serviços), SENAR (Agricultura), SENAT/SEST (Transportes) e SEBRAE (Micro e Pequenas Empresas). Entretanto, a iniciativa fracassou no sentido de atendimento integral ao trabalhador, já que os programas se restringem a dar resposta às necessidades do sistema capitalista e servir como aparelho de transferência da hegemonia do capital, como elucida Mota (1997, p.61):

O capital privado já tem “seus aparelhos privados de hegemonia” o caso típico aqui é o SEBRAE e o chamado no sistema S (SENAI, SESC e SESI); agora quer transformar os antigos centros comunitários, as associações profissionais e os conselhos populares nas novas escolas e agências de trabalho precário.

Estas instituições de formação profissional constituem-se na rede paraestatal de ensino profissionalizante e movimentam volumes consideráveis de recursos voltados, atualmente, para cursos de curta duração, na sua maior parte com caráter de mera

qualificação profissional, elucidam Vieira e Alves (1995, p.15). Neste contexto é necessário que o setor público recuperar a capacidade de planejar e articular as ações na área da formação e desenvolvimento profissional, para evitar a privatização dos recursos públicos nessa área.

Pochmann (1999, p.123) ressalta a existência de duas vertentes no processo de educação: aos filhos de pobres a possibilidade da educação para o trabalho e para os bem-nascidos a educação geral, marcando certo preconceito em relação à qualificação profissional. Ressaltando que o sistema “S” opera com recursos parafiscais (contribuições sobre o custo de contratação do empregado), as escolas técnicas (federais, estaduais e municipais) são financiadas por recursos públicos fica claro que os empresários deixam de ter investimentos na qualificação dos empregados, também porque o mercado de trabalho se tornou bastante flexível e instável e quando necessário o empregador dispõe de condições de dispensar a mão-de-obra não qualificada e realizar um processo seletivo para substituição por uma mais qualificada (ibid., p.124). Faz-se necessário que a formação profissional seja tratada de forma que atenda um desenvolvimento integral do trabalhador e que não seja formulada apenas como forma de atender uma classe que não dispõe de possibilidade de cursar nível superior, ela deve ter o foco na emancipação e inclusão de seus usuários.

O processo educativo para o trabalho não deve ser apenas voltado para atender a demanda do capital, ele tem que, “obrigatoriamente, contribuir para o desenvolvimento integral do ser humano, incentivando e educando-o para a prática da participação individual e coletiva. Para tal, deve ser orientado para aprender a pensar e para o aprender a aprender” (VIEIRA; ALVES, 1995, p.11). Mas a realidade da instituições de qualificação profissional voltadas para a específica formação para o trabalho se dá pela perda de controle do poder público sobre as instituições que atuam de forma independente e paralela aos sistemas de educação regular e ainda trabalham sob a força do direcionamento da oferta do empresariado pela qualificação profissional.

O Instrumento público que vem avançar na questão da qualificação profissional se deu somente nos anos 90, salienta Pochmann (1999, p.124) e apesar de já vir sendo trabalhado desde 95 pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, (OLIVEIRA, C.R. 1998, p.139), em 30 de junho de 1994, pela Lei Federal n.º.900 é instituído o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR, o qual era gerido pela Secretaria Pública de Políticas de Emprego – SPPE e financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, com o propósito explícito de propiciar uma oferta de educação profissional suficiente para qualificar, a cada ano, pelo menos, 20% da População Economicamente Ativa – PEA, algo em torno de 15 milhões de pessoas com idade superior

aos 16 anos, segundo Ministério do Trabalho (BRASIL, 2003).

O Plano Nacional de Qualificação Profissional (PLANFOR), expõe Pochmann (1999, p.124), vem representar uma marco na ação governamental nesta área, representando uma estratégia de qualificação desenvolvida de forma descentralizada e em parcerias com diversas instituições. Oliveira, C.R. (1998, ressalta que o plano era custeado pelo FAT, coordenado pelo ministério do trabalho, em parceria com estados e municípios, e apoiado nas comissões de emprego, além do CODEFAT, proporciona-lhe um vínculo muito estreito com todo processo recente de organização de políticas públicas de emprego.

Com a assinatura de um Plano Plurianual em 1996 com os estados, o orçamento, já para o primeiro ano é de R\$ 289 milhões, salienta Oliveira, C.R. (1998, p.140), quase 1,2 milhões de trabalhadores recebem algum tipo de curso de formação profissional, sendo 24% para setor primário da economia, 10% para o setor secundário e 66% para o setor terciário (POCHMANN, 1999, p.124), desafiando a política de qualificação a assumir novas perspectivas. O Plano Pluri Anual – PPA resgata a participação popular e desenvolve importante instrumento de enriquecimento perante o planejamento da gestão das políticas públicas marcando uma nova relação entre Estado e Sociedade. A articulação do PPA estava pautado em torno de três mega-objetivos descreve o Ministério do Trabalho (BRASIL,2003): “inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; e promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia” levando á um processo de descentralização, fortalecimento local e regional, parceria com a sociedade civil, avaliação, adotando estratégias de modernas políticas sociais e que hoje representam uma tendência mundial, inclusive no caso do mercado de trabalho.

No primeiro ano do PLANFOR, salienta Oliveira, C.R (1998, p.140) foi marcado pela heterogeneidade de desempenho dos estados, pois muitos deles não tinham sequer secretarias próprias para cuidar do assunto e em alguns casos os assuntos relacionados ao mercado de trabalho eram inseridos nas secretarias de Assistência Social e o que mais chama a atenção foi a questão do Rio de Janeiro que conseguiu devolver uma quantia superior a verba recebida pelo MTE, ou seja, não foram capazes de se organizar para assumir as funções, já os estados de Santa Catarina, Distrito Federal, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás, Ceará, Paraíba, Paraná e Mato Grosso tiveram um eixo organizador que funcionou muito bem segundo relatos do Ministério do Trabalho (BRASIL,2003).

Ao final dos dois quadriênios de vigência do PLANFOR, 1995-1998 e 1999 - 2002, tornou-se evidente a necessidade de mudanças profundas, após intenso desgaste institucional, uma flagrante baixa qualidade dos cursos, em geral, e uma baixa efetividade social das ações

do PLANFOR reforçaram tal desgaste e levaram o MTE a extinguir o PLANFOR, e nasce então o novo Plano Nacional de Qualificação – PNQ, trazendo mudanças consideráveis, principalmente as voltas para a descentralização (BRASIL, MTE, 2003).

O MTE faz uma análise do momento em que se extingue o PLANFOR e se instala a PNQ e evidencia importantes lacunas, incoerências, limitações, tais como: pouca integração entre a Política Pública de Qualificação Profissional e as demais Políticas Públicas Trabalho e Renda (seguro-desemprego, crédito popular, intermediação de mão-de-obra, produção de informações sobre o mercado de trabalho, etc.); falta de articulação desta em relação às Políticas Públicas de Educação; fragilidades das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho – CETs e CMTs, como espaços capazes de garantir uma participação efetiva da sociedade civil na elaboração, fiscalização e condução das Políticas Públicas de Qualificação; baixo grau de institucionalidade da rede nacional de qualificação profissional, que reserva ao Estado, por meio do MTE, o papel de apenas definir orientações gerais e de financiamento do Plano Nacional de Qualificação, executado integralmente por meio de convênios com terceiros; ênfase do PLANFOR nos cursos de curta duração, voltados ao tratamento fundamentalmente das “habilidades específicas”, comprometendo com isso uma ação educativa de caráter mais integral; fragilidades e deficiências no sistema de planejamento, monitoramento e avaliação do PLANFOR.

Perante este contexto, o MTE extingue o PLANFOR e implanta o atual PNQ, o qual se fundamenta em seis dimensões principais, sendo elas:

1) No âmbito político, a compreensão da qualificação profissional como direito, como Política Pública, como espaço de negociação coletiva e como um elemento constitutivo de uma política de desenvolvimento sustentável. Firmando-se como fator de inclusão social, numa concepção de qualificação entendida como Construção Social, realçando o papel do trabalhador na construção do conhecimento, não apenas técnico, mas social.

2) Na dimensão ética, no propósito de garantir transparência no uso e gestão dos recursos públicos.

3) No campo conceitual, adquire prevalência de noções como: educação integral; formas solidárias de participação social e gestão pública; empoderamento dos atores sociais (na perspectiva de sua consolidação como cidadãos plenos); qualificação social e profissional; território (como base de articulação do desenvolvimento local); efetividade social; qualidade pedagógica; reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores.

4) A dimensão pedagógica, a qual se refere mais diretamente ao processo de construção, transmissão e acesso de conhecimentos. Nesta dimensão, a Política busca

garantir: aumento da carga horária média; uniformização da nomenclatura dos cursos; articulação prioritária com a educação básica (ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos); exigência para as instituições que vierem a ser contratadas para a realização dos Planos Territoriais e Projetos Especiais, de formulação e implementação de projetos pedagógicos; garantia de investimentos na formação de gestores e formadores; constituição de laboratórios para discussão de referenciais nos campos metodológico, das Políticas Públicas de Qualificação e da certificação; investimento na sistematização de experiências e conhecimentos; desenvolvimento de sistemas de certificação e orientação profissional; apoio à realização do censo da educação profissional pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP/MEC.

5) Perante a dimensão institucional, passa a ser estratégica a integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas em relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento, dentre outras. Além disso, torna-se ainda mais estratégico o papel do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT e das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, para garantir uma efetiva participação e controle social. Os Municípios, antes excluídos do acesso aos recursos da qualificação, passam a ser agentes do processo vinculados ao desenvolvimento local.

6) No que se refere à dimensão operacional, é preciso garantir: o planejamento como ponto de partida de chegada na elaboração dos planos e projetos; um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos do PNQ, em todos os seus níveis de realização; a adoção de critérios objetivos de distribuição dos recursos do FAT entre os Planos Territoriais e os Projetos Especiais; o estabelecimento de um calendário plurianual, sem reprogramação; diminuir a quantidade do número de parcelas de desembolso de recursos; instrumentos de análise das prestações de contas.

Dentre as dimensões da qualificação profissional e social, uma população usuária se prioriza, as quais, segundo o art. 8º da Resolução n.º 333 do CODEFAT, compreendem: trabalhadores sem ocupação, egressas do Sistema SINE e/ou beneficiárias das demais políticas públicas de trabalho e renda, particularmente: ações de primeiro emprego, seguro desemprego, intermediação de mão de obra, microcrédito, economia solidária; Agricultores familiares e outras formas de produção familiar e atividades sujeitas a sazonalidades por motivos de restrição legal, clima, ciclo econômico e outros fatores que possam gerar instabilidade na ocupação e fluxo de renda; Pessoas que trabalham em condição autônoma, por conta própria, cooperativada, associativa ou autogestionada; Trabalhadores domésticos; Trabalhadores de empresas afetadas por processos de modernização tecnológica, privatizações, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação

produtiva; Pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social; de ações afirmativas de combate à discriminação; de ações envolvendo segurança alimentar e de políticas de integração e desenvolvimento regional e local; Trabalhadores egressos do sistema penal e jovens submetidos a medidas sócio-educativas, trabalhadores/as libertados/as de regime de trabalho degradante análogo à escravidão e de familiares de egressos do trabalho infantil; Trabalhadores do SUS, Educação, Meio Ambiente e Segurança e Administração Pública; Trabalhadores/as dos setores econômicos beneficiados por investimentos estatais; setores exportadores da economia; setores considerados estratégicos da economia, segundo a perspectiva do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda; Gestores e gestoras em políticas públicas e representantes em fóruns, comissões e conselhos de formulação e implementação de políticas públicas e sociais.

Portanto, seja qual for o segmento citado, a preferência de acesso aos programas são pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, particularmente trabalhadores com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho (desempregados de longa duração, afrodescendentes, indígenes, mulheres, jovens, portadores de necessidades especiais, pessoas com mais de quarenta anos etc.).

Perante todo o público posto como prioritário da qualificação profissional e social, se faz necessário um processo de avaliação contínua com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a execução do plano, buscando reconhecer o tipo de serviços que estão sendo oferecidos, os usuários da política que estão sendo atingidos e seus impactos em termo de melhora na empregabilidade do trabalhador, devendo também se levar em conta a deficiência dos recursos-humanos qualificados nestes serviços, pois a capacitação profissional é crucial para uma política pública de inclusão e não tem recebido a devida atenção, como salienta Oliveira, C.R. (1998, p.142). Outro ponto que bem destaca o autor (ibid., p.143) é no âmbito da eficácia da qualificação profissional destinada a população mais pobre, em geral ligado ao mercado informal. Neste contexto deve-se ofertar cursos de alfabetização ou que aumentem o nível de escolaridade do trabalhador, e que antes de mais nada é uma questão de cidadania.

Nesta perspectiva, o Ministério do Trabalho (BRASIL, 2003) também ressalta a necessidade de enfrentamento de alguns desafios postos a política, como a integração desta política com as Políticas Públicas de Trabalho como um todo, visando reconhecer a qualificação profissional como uma construção social, como algo que vai além da dimensão pedagógica, e de favorecer efetivamente a construção de um sistema público de trabalho, emprego e renda, ou a integração da qualificação profissional com as Políticas Públicas de

Educação tem como propósito contrapor-se à separação entre educação básica (fundamental, média e de jovens e adultos) e formação profissional e a integração desta com as Políticas Públicas de Desenvolvimento, objetiva-se contribuir para uma real superação da sua condição de política eminentemente compensatória. O Plano Nacional de Qualificação, portanto vem buscar maior ênfase para a integração destas políticas, principalmente da qualificação profissional, junto às demais políticas de trabalho, emprego e renda, a política de educação e a de desenvolvimento.

Os Principais objetivos deste plano, postos pelo Art. 2º da Resolução nº 333/2003 do CODEFAT são:

I – A formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos/as trabalhadores/as brasileiros/as;

II – Aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e de renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;

III – Elevação da escolaridade dos trabalhadores/as, por meio da articulação com as Políticas Públicas de Educação, em particular com a Educação de jovens e adultos;

IV – Inclusão social, redução da pobreza, combate à discriminação e diminuição da vulnerabilidade das populações;

V – Aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade ou aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo;

VI – Elevação da produtividade, melhoria dos serviços prestados, aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda;

VII – Efetiva contribuição para articulação e consolidação do Sistema Nacional de Formação Profissional, articulado ao Sistema Público de Emprego e ao Sistema Nacional de Educação.

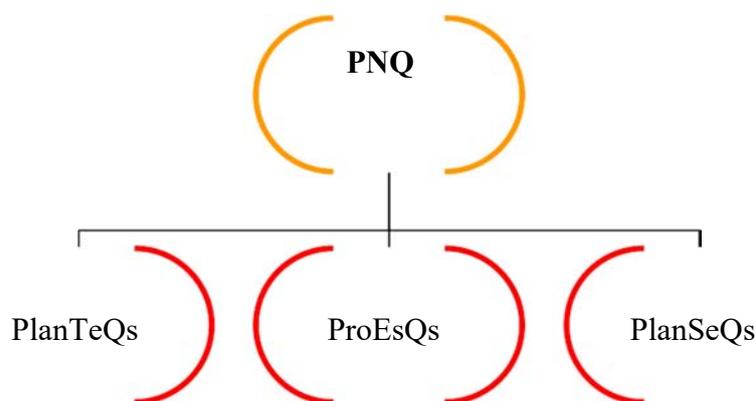
Nesta perspectiva observa-se que a política de qualificação profissional vem se modificando e ganhando um contexto de construção social, de direito e cidadania, de educação integral dos trabalhadores e a de atenção a diversidade social, visto que o mercado de trabalho vem se tornando a cada dia mais exigente e de exploração da classe trabalhadora, onde a política pública se insere como forma de proteção desta classe. Mészáros (2002, p.993) aborda que :

Se hoje o tom da política tradicional modifica-se, isso se deve ao fato

de que as contradições objetivas da situação atual já não podem ser contidas, seja por meio do puro poder e da força bruta, seja pelo suave estrangulamento promovido pela política de consenso.

Portanto, as transformações do mundo do trabalho, decorrentes das forças impostas pelo capital estão postas, cabendo às políticas públicas a intervenção como forma de redução das desigualdades sociais. Neste contexto, as políticas de trabalho, emprego e renda devem, principalmente serem implementada em um eixo articulado entre trabalho e educação, como forma de inclusão social, de geração de trabalho, de distribuição de renda e redução das desigualdades regionais, operacionalizando-se sob as diretrizes institucionais, mas com a condução descentralizada, por meio de dois mecanismos distintos: Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs, de Projetos Especiais de Qualificação - ProEsQs e de Planos Setoriais de Qualificação - PlanSeQs, viabilizados mediante convênios ou outros instrumentos legais pertinentes, firmados entre os respectivos executores e o MTE, por intermédio do DEQ/SPPE/MTE. Ministério do Trabalho e Emprego.

Objetivando maior clareza perante a estrutura da qualificação profissional, segue figura:



No subitem posterior será contextualizado toda a estrutura.

5.1.1 O Plano Nacional de Qualificação

Segundo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 203) cabe a ele, por meio do

Departamento de Qualificação da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, sob a aprovação do CODEFAT, o papel de gestor, co-elaborador, co-identificador de demandas, co-supervisor, co-avaliador, co-financiador do PNQ.

Às Delegacias Regionais do Trabalho – DRTs compete o papel de auxiliar o DEQ/SPPE/MTE na fiscalização e supervisão dos Planos Territoriais de Qualificação e de participar como membros dos conselhos estaduais e municipais. Aos Ministérios, através do estabelecimento de protocolos de cooperação, o papel de co-autor dos termos de referência das populações prioritárias de sua área de atuação, acompanhamento, avaliação e co-financiamento das ações.

Cabe aos Governos Estaduais (Secretarias do Trabalho) e Municipais (secretarias municipais e/ou Arranjos Jurídicos envolvendo vários municípios, do tipo consórcios municipais) o papel de gestores locais e co-financiadores dos respectivos Planos Territoriais de Qualificação, sob a aprovação e controle das Comissões, Conselhos Estaduais e Municipais de Trabalho Emprego.

Ressaltando que o PNQ prevê a realização de convênios nacionais, regionais e locais, com entidades da sociedade civil (centrais sindicais, confederações patronais, instituições educacionais, Sistema “S” e ONGs), para desenvolver projetos especiais de qualificação.

Os Planos Territoriais de Qualificação - PlanTeQs (Antigos PEQs – Planos Estaduais de Qualificação), conforme resolução Nº 333, de 10 de julho de 2003 são desenvolvidos no âmbito Municipal, Microrregional e Macrorregional, (Municipal ou Estadual) são implementados através de uma gestão compartilhada entre as Comissões/Conselhos de Trabalho/Emprego e as Secretarias de Trabalho ou outros órgãos gestores dos Arranjos Institucionais Intermunicipais.

Suas ações estão voltadas exclusivamente para qualificação social e profissional vinculada ao desenvolvimento do território (oportunidades de desenvolvimento, vocação, implantação de empresas, etc.) e ações em complementaridade com as ações de âmbito estadual. Este programa, descreve o Ministério do Trabalho (BRASIL, 2003), orienta-se para o público prioritário do PNQ, deve estabelecer vínculos claros e viáveis para política pública de emprego, de educação (elevação de escolaridade), e de desenvolvimento regional, estadual e local; deve incluir ações de orientação e encaminhamento ao mercado de trabalho ou a outras formas de vínculos de trabalho e geração de renda; deve reconhecer e valorizar os saberes e capacidades adquiridos e construídos pelos trabalhadores no trabalho e outras experiências de vida; basear-se em instituições reconhecidamente eticamente idôneas, habilitadas tecnicamente e identificadas com os objetivos estratégicos da política pública de

qualificação social e profissional; indicar, de maneira explícita e fundamentada, os canais, metodologias e instrumentos que garantirão uma gestão participativa e apresentar metas/produtos alinhados qualitativa e quantitativamente com os objetivos do PNQ.

Os ProEsQs - Projetos Especiais de Qualificação contempla a elaboração de estudos, pesquisas, materiais técnico-didáticos, metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional destinadas a populações específicas ou abordando aspectos da demanda, oferta e do aperfeiçoamento das políticas públicas de qualificação e de sua gestão participativa, implementados em escala regional ou nacional, por entidades de comprovada especialidade competência técnica e capacidade de execução, de acordo com as diretrizes fixadas anualmente pelo DEQ/SPPEMTE, aprovadas e homologadas pelo CODEFAT (art.3º, § 5º da resolução 333 do CODEFAT). Os ProEsQs só podem ser desenvolvidos em escalas nacional ou regional. Devem envolver a presença de pelo menos 03 (três) Estados de uma mesma região – quando adquirem caráter regional - ou pelo menos 08 (oito) Estados abrangendo todas as regiões do país – quando adquirem caráter nacional (Art. 3º § 6º da Resolução 333 do CODEFAT), tendo como objetivo o atendimento a populações específicas; abordagem de aspectos da demanda e da oferta de qualificação; aperfeiçoamento das políticas públicas de qualificação; articulação e integração com as demais políticas de emprego e renda, as políticas de educação e as políticas de desenvolvimento e experimentação e validação de metodologias/ tecnologias em escala regional ou nacional.

Os PlanSeQs – Plano Setorial de Qualificação, foi instituído por meio da Resolução nº 408, do CODEFAT, de 28 de outubro de 2004, e segundo a resolução, faz parte do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, sendo um instrumento complementar dos PlanTeQs, dado a partir de iniciativas governamentais, sindicais, empresariais ou sociais, cujo atendimento não tenha sido feito por parte federativa ou municipal. O PlanSeQs é um espaço de integração entre políticas de desenvolvimento, inclusão social, e trabalho (intermediação de mão-de-obra, geração de trabalho e renda e economia solidária, qualificação profissional), articulada com as reais oportunidades de ocupação, tendo como público prioritário trabalhadores desocupados e as populações socialmente vulneráveis definidas nos incisos I a IX do art. 8º da Resolução 333/03 do CODEFAT de 10 de julho de 2003, tendo prioridade de atendimento os trabalhadores inscritos nas agências do Sistema Nacional de Emprego – SINE. Os PlanSeQs pode ser propostos ao DEQ/SPPE/MTE, para fins de pacto e cofinanciamento, por uma ou mais entidades demandantes. A apresentação de proposta deverá ser seguida por debate participativo do projeto, por meio de uma ou mais audiências públicas. Portanto o PlanSeQs deverá prever a articulação da qualificação social e profissional aos processos de certificação e orientação profissional, a depender de viabilidade

técnico-econômica.

5.1.2 *A Descentralização da Política de trabalho, emprego e renda. O Poder Local na efetivação da qualificação profissional*

Em uma ótica neoliberal o Estado teria que reduzir suas funções na área social, (crise do Estado de Bem-Estar-Social), centralizando-se nas políticas compensatórias, ou seja, programas assistenciais de auxílio à pobreza conforme Draibe (1993 apud JUNQUEIRA, 1997, p.33).

A Descentralização tem sido uma estratégia de mudança na relação: Estado e sociedade como alternativa á crise dos anos 70, iniciado pelos países centrais democráticos, sendo um “pressuposto que tem informado as iniciativas de mudanças que ocorrem na gestão do setor social nas duas ultimas décadas. É um processo dialético que se dá em relação ao poder centralizado” (ibid.). A descentralização ganha forças, a partir da década de 80, com a reestruturação do Estado e da gestão das políticas sociais, por ocasião de discussões perante as mudanças de regimes políticos autoritários, que se consolidaram por alto grau de centralização político administrativo e exclusão social, conforme salienta Junqueira (1997, p.33).

O Processo de descentralização tem trazido aos municípios uma realidade antes superficial na questão da gestão da política pública, portanto Inojosa (1998 apud Westphal; Mendes, 2000, p.53) salienta que estes municípios:

Começam a enfrentar o desafio de atender a urgências sociais que ultrapassam as limitadas e pontuais intervenções que no campo social desenvolviam anteriormente. Os problemas de habitação, saúde, educação, emprego, alimentação e outros começam a constituir matéria cotidiana de atenção municipal.

E o caráter participativo da política de qualificação profissional assumido frente às diretrizes do Plano Plurianual 2004-2007 veio enriquecer o planejamento e a gestão desta política, agora descentralizada, reforçando a perspectiva de cidadania ativa e o fortalecimento da democracia. Um ponto importante é que o programa de qualificação para o trabalho é o único programa ou instrumento descentralizado da política do emprego – PPE, segundo o Ministério do Trabalho (BRASIL, 2008), sendo ele a esperança do atendimento as demandas locais, já que é no município onde as relações sociais acontecem.

Assim, a descentralização passou principalmente pela discussão da democratização e da participação social como motor das políticas públicas, puncionando a efetivação da inclusão social. Segundo Junqueira (1997, p.34) os conceitos descentralização, participação social e democratização caminharam tal ponto juntos que em alguns momentos foram tomados como sinônimo.

A esfera municipal ao longo da história dispôs de dificuldades em controlar e orientar o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas, já que estas eram repassadas de forma centralizadas e não atendiam as demandas locais. Após mais de dez anos de tramitação no Congresso Nacional foi aprovado o Estatuto da Cidade em 10 de julho de 2001, através da Lei nº. 10.257. Esta legislação estabelece normas que regulam o uso da propriedade urbana, visando uma melhor execução de suas políticas. O Estatuto é um marco regulatório para a política urbana levando á, importantes avanços enaltecidos pelo Plano Diretor.

Perante o processo de descentralização das políticas, a Participação Social se fortalece e desta forma punciona o poder público a desenvolver estratégias que atendam as demandas sociais locais, pois uma sociedade organizada, necessariamente traz consigo forças de enfrentamento, tendo o poder para exigir mudanças sociais. Junqueira (1997, p.34) relata que a

descentralização constitui um fator importante para estimular a dinâmica participativa mediante a abertura de canais de comunicação entre usuários e as organizações descentralizadas, permitindo, no mínimo, que façam chegar suas necessidades a quem tem o poder de decidir

Neste ponto, pode-se garantir que a descentralização, bem como a democratização e a participação social são pré-requisitos para a execução de políticas que realmente atendam as demandas da classe trabalhadora e de todos os usuários de políticas públicas.

A Descentralização política, além de distribuir as diversas atividades estatais, vem criar entes que dispõem a possibilidade em âmbito territorial de criar suas próprias leis, atendendo, assim, demandas locais. A autonomia para legislar, para gerir seus recursos financeiros arrecadados, enfim, a possibilidade de cada território possuir suas atribuições que não será alvo de interferência de outro é a base da descentralização, sendo esta essencial para que se atinja uma política de inclusão social.

A Importante participação social nos conselhos, que se fazem frutos das demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país está inscritos na

Constituição de 1988 na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população e por isso se faz de extrema relevância na descentralização das políticas públicas como forma de garantir a participação social local. Os Conselhos são os responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das políticas de qualificação, tendo em seu bojo a visão de todos os ângulos, já que são compostos por representantes do poder público e da sociedade civil organizada e integram-se aos órgãos públicos vinculados ao Executivo.

Objetivando trazer o contexto social para a qualificação profissional, tratar-se-á no item posterior, o serviço social e a importância deste profissional inserido na política de trabalho, emprego e renda.

6 O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O Serviço Social conforme elucidada Silva (2008, p.176) é a especialização do trabalho coletivo e está inserido na sociedade capitalista em determinadas funções estabelecidas por aqueles que a contratam (Estado, empresas privadas ou públicas, ONGs, etc.) atendendo o público que muitas vezes não conhecem sua correta função, mas que espera uma resposta aos seus problemas.

Apesar do contexto social da profissão estar gestada pelas relações de poder da sociedade capitalista e portanto, permeada pelas contradições dos interesses de classes, o profissional de serviço social também faz parte do trabalho socialmente produzido pelo conjunto da sociedade em uma forma de produção e reprodução da riqueza social, conforme elucidada Yamamoto (2001, p.23-24). Seu trabalho não gera apenas serviços úteis; ele tem efeito de produção e redistribuição do valor e da mais-valia, portanto, o trabalho do assistente social se insere também nas relações de poder, podendo servir ao capital ou ao trabalho no tratamento da questão social, por meio da implementação de políticas sociais, da formulação e planejamento dos serviços sociais que se insere no mundo do trabalho.

A profissão Serviço Social foi regulamentada no Brasil, em 1957, porém a primeira Escola de Serviço Social surgiu em 1936 e hoje é regulamentada pela Lei n.º 8662/93. A profissão surgiu em decorrência das questões sociais que se colocavam naquele momento e segundo Silva (2008, p.178) estava diretamente ligada ao pensamento católico, por meio de segmentos femininos.

Yamamoto (2004, p.93) salienta que ao se institucionalizar e conseguir

reconhecimento junto ao Estado e as classes dominantes, o serviço social deixa de lado seu “caráter missionário”. Portanto, Silva (2008, p.178) ressalta que a partir dos anos de 1960, com a onda desenvolvimentista, a profissão se apropria do funcionalismo corrente que se firmava na visão de comunidade como unidade harmônica, de equilíbrio social, negação de conflitos e contradições, mas neste mesmo ano esta prática profissional é questionada perante a crise do pós regime militar, a qual traz as lutas pela redemocratização brasileira e segundo Yamamoto, (2003, p.215) tornam-se meios os quais geram a base histórica que torna possível uma profunda, plural e abarcada renovação do Serviço Social no Brasil.

Desde seu surgimento aos dias atuais, a profissão tem se redefinido, considerando sua inserção na realidade social Brasileira e com a emergência do movimento de reconceituação, os assistentes sociais repensam a prática e se aproximam da matriz crítica inspirada na tradição marxista (SILVA, 2008, p.178), entendendo que seu significado social se expressa pela demanda de atuar nas expressões da questão social como a pobreza, violência, fome, desemprego, dentre outras, garantindo os direitos sociais da população.

Apesar de que a profissão sofreu e ainda sofre para romper com traços conservadores, em 1982 a formação profissional recebe a reformulação do currículo, orientado para uma formação crítica e comprometido com a classe subalterna. O Destaque também pode ser dado para a revisão do código de ética de 1986, o qual apontou limitações, preservou avanços, destacou compromisso com os trabalhadores e privilegiou, entre outros valores, a liberdade, portanto o projeto ético político do serviço social traz novos valores, novas acepções de homem e de mundo e no Brasil ele se coloca contrário não só ao conservadorismo da profissão, mas ao conservadorismo das instituições, a precariedade das políticas sociais e a ausência do Estado no atendimento às demandas trabalhistas, aos modelos políticos paternalistas e clientelistas.

6.1 O Serviço Social na contramão da lógica do mercado e a ofensiva neoliberal

Conforme citado em tópicos anteriores, na década de 70 acontece a grande recessão pós-guerra e o capitalismo utiliza-se de diferentes estratégias como forma de enfrentamento da crise que se apresenta e renovação do processo de acumulação do capital e no século XIX o capitalismo se depara com o confronto de classes, devido ao processo de organização do proletário, sendo assim, a burguesia, elucida Silva (2008, p.181) precisa organizar os trabalhadores de modo a criar um proletariado despolitizado, sem envolvimento com sindicatos e/ou outras formas de representação, portanto foram construídas estratégias que

nortearam as maneiras de administrar o processo de trabalho e produzir bens e mercadorias que serviram para “domesticar” o trabalhador, sendo estas: o taylorismo e o fordismo, ambos fortalecidos politicamente pelo Estado keynesiano no início do século XX, salienta e Ribeiro (1995 apud Silva, 2008, p.181).

Nesta perspectiva, como pode ser visto em tópicos anteriores, o taylorismo, fordismo e keynesianismo veio configurar estratégias de enfrentamento a crise, despolitizando a classe operária, garantindo forças ao sistema capitalista, o qual cresce mundialmente e principalmente alienando a classe trabalhadora de forma que estes cheguem a acreditar ser algo interessante para ambas as partes, o capital elimina neste momento a consciência de classe, já que na década de 70, no período pós-guerra, no chamado “anos dourados”, o capitalismo entra em franca expansão, mantendo altas taxas de crescimento, acarretando o desenvolvimento acelerado das forças produtivas, propiciando a elevação do padrão de vida e levando os trabalhadores a diminuírem as reivindicações, conforme apregoa Mattoso (1995 apud Silva, 2008, p.182). Levando o trabalhador a inserir-se completamente num processo de alienação ao capital.

O Serviço Social, portanto vem neste momento defender os direitos da classe trabalhadora e como bem salienta Silva (2008, p.188), analisar o compromisso do código de ética profissional e relacioná-lo aos princípios norteadores da ação do capital na atualidade. Compreendendo portanto, que é bastante complexa a ação dos assistentes sociais, já que estes acabam assumindo uma postura na contramão da lógica do capital e que sendo este, um trabalhador, acaba enfrentando o processo de precarização da força de trabalho, o que pode levá-los a desenvolver ações voltadas aos interesses institucionais. Freire, Freire e Castro (2008, p. 49), expressa muito bem este assunto quando trata do profissional de Serviço Social no setor empresarial, onde estes acabam interagindo com a cultura construída no trabalho e incorporam parte da visão veiculada pela empresa, evidenciando o poder do mercado globalizado, em relação aos ideais neoliberais incorporados pela maioria dos profissionais no setor empresarial, inclusive por assistentes sociais. Situação decorrente da visão do mercado como força soberana capaz de derrubar conquistas sociais e éticas dos direitos fundamentais do trabalho.

A prática profissional acaba sendo conflituosa, pois o profissional se depara com as demandas profissionais e o compromisso com o Código de Ética Profissional, sendo que, nem sempre a instituição ao qual este profissional está inserido dispõe de programas e políticas necessárias para o atendimento dos usuários, sendo estas precárias ou restritas a determinado público alvo, mas ele se depara com os princípios do código de ética, o qual expressa que cabe a este profissional se empenhar na viabilização dos direitos sociais por

meio de programas e políticas sociais.

Portanto se a categoria profissional se coloca em uma postura ética oposta a lógica da exploração capitalista, como atender o projeto ético-político e ao mesmo tempo se manter no mercado de trabalho, esta questão deve ser respondida pelo Serviço Social, por seus agentes, tanto na elaboração teórica, como em seu agir profissional conforme elucida Silva (2008, p.189), que também declara ser imprescindível a clareza de que a lógica capitalista e o projeto ético político são contrários, porém disputam espaço numa mesma realidade, tornando-se necessário conhecê-los para distingui-los e tratar as contradições.

6.2 Os Desafios postos ao Serviço Social perante as transformações do mundo do trabalho

Em tópicos anteriores, abordaram-se os efeitos nocivos das transformações do capital perante a classe trabalhadora, portando o Serviço Social deve dispor de atenção especial perante o assunto, pois neste contexto pode ser constatado o aumento significativo das expressões da questão social, objeto de trabalho do assistente social, principalmente pelo aumento da pobreza e miséria.

As transformações sociais, conforme salienta Silva (2008, p.191) precarizaram o conjunto da classe trabalhadora, tanto nos termos de organização como nas condições de trabalho e vida. Por todo o mundo se apresentam manifestação de intolerância, aumento de violência, práticas racistas e xenófobas, drogas, prostituição, tráfico e ainda um processo de deteriorização da saúde do trabalhador, conforme exposto por Santos (2005, p.74)

Para tanto, evidencia no contexto do mundo do trabalho a exploração mais ativa da força de trabalho na atualidade, inserida no avanço tecnológico que introduz a automação não no sentido de minimizar o desgaste do trabalhador, mas no sentido de aumentar a produtividade visada pela ótica do capital. Esse procedimento do trabalho torna o trabalhador um apêndice vivo da máquina que chega ao limite humano, apresentando implicações na sua saúde.

O ritmo de trabalho intenso e a competição existente entre os trabalhadores, para manter a empregabilidade, acaba provocando acidentes e problemas de ordem psíquicas derivadas do estresse da produção e com a aceleração da produtividade agrava-se a questão ambiental, que afetam sobretudo os mais pobres (SILVA, 2008, p.191). Os impactos são

inúmeros e os desafios de enfrentamento do Serviço Social são cada vez mais complexos, já que a classe trabalhadora está cada vez mais fragmentada, heterogeneizada e fragilizada, justamente por depender de seu trabalho para sobreviver.

O profissional de Serviço Social segundo Yamamoto (2001, p.21) deve romper com as atividades burocráticas dentro da instituição, pois fazem com que o trabalho do assistente social se limite ao cumprimento de determinado horário, à realização de um leque de tarefas direcionadas, à idealização de atividades predefinidas, e segundo sua concepção o trabalho profissional é mais do que isso, é ter capacidade de propor, de negociar com a instituição e apresentar propostas que preservem o campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais. Esta seria uma resposta de enfrentamento da nova dinâmica do capital, bem como se deve ter claro, que apesar de muitas instituições apresentarem um espaço de controle, exclusivamente cumpridoras de normas, Faleiros (1993, p.46-47) evidencia que sempre existe espaço para lutas sociais de outras classes, não apenas as dominantes, que há espaço para um processo de alianças e de negociação da sociedade existente. Pois apesar de as instituições imporem valores contrários ao da ética profissional, é através destas imposições que se podem construir estratégias de enfrentamento aos princípios do poder institucional.

Silva (2008, p.193) também observa que o enfrentamento das questões sociais não é exclusividade do serviço social e outras profissões, partidos, sindicatos, movimentos sociais e associações também o fazem e através da troca de conhecimentos e experiências podendo surgir novas idéias que contribuam para o atendimento das demandas dos usuários.

Levando em consideração que as estratégias do capital se dão no campo da produção, da política, da economia e ideológica, a autora (ibid.) expressa ser necessário que a contra-estratégia se dá no campo de combate aos avanços do capital, tanto na teoria como na prática. No campo teórico desvendado os reais interesses do capital e os impactos das exigências da reestruturação do capital perante sua relação com o trabalho e intervir de forma de se transforme a ordem societária posta.

Neste sentido, o primeiro desafio posto para o serviço social diz respeito à: identificação das necessidades subjacentes às exigências de refuncionalização. Neste caso é preciso refazer teórica e metodologicamente o caminho entre a demanda e suas necessidades fundantes, situando as na sociedade capitalista contemporânea, com toda a sua complexidade. (MOTA, 1997, p.53)

Portanto no campo da prática deve articular estratégias de defesa dos direitos sociais, defendendo a presença do assistente social na elaboração de projetos, programas e

políticas. O profissional de serviço social sendo competente na intervenção e gestão de políticas contribui efetivamente na construção e defesa dos direitos sociais, tornando-se essencial nas políticas sociais, exatamente pelo seu comprometimento ético, apregoado pelo código de ética profissional, o qual defende os valores pessoais, respeita às diferenças e potencialidades, garanti a defesa intransigente dos direitos humanos, a liberdade, a cidadania, a democracia, a equidade e a justiça social, pelo compromisso com a eliminação de qualquer forma de preconceito, da exploração de classes, etnias e gêneros. Este profissional é formado perante uma capacidade crítica/reflexiva tornando-se essencial para a compreensão das transformações que se desenvolvem no mundo do trabalho. O Profissional, portanto deve ter suas capacidades constantemente avaliadas e redimensionadas, já que as transformações provindas do mundo do trabalho, direcionadas pelo processo de reestruturação produtiva do capital se desenvolvem de forma acelerada e constante.

Em princípio é necessário reconhecer que as exigências do processo de reestruturação produtiva, desencadeadas das mudanças no mundo do trabalho, afetam imediatamente o processo de trabalho e, mediamente o controle da força de trabalho, materializando mudanças de ordem técnica amparadas em práticas essencialmente políticas. (MOTA, 1997, p.60)

Ao se reconhecer as exigências do processo de reestruturação produtiva, a partir da onda neoliberal, fica claro que os direitos sociais vêm sendo subtraídos, elucidada Silva (2008, p.193) e o papel do assistente social é defender estes direitos, devendo conhecer claramente os direitos da população usuária para que seja possível uma intervenção competente.

Sposati (1997, p.17) aborda uma competência importante, porém pouco discutida, a questão orçamentária, relatando-a como ponto importante da profissão, já que o profissional que dispõe de conhecimentos perante esta área pode dimensionar e propor programas de enfrentamento à miséria gerada pela crise do neoliberalismo. E, portando articulando seus conhecimentos técnicos sobre direitos sociais e apropriação financeira será possível realizar um confronto com as estratégias do capital.

Em busca de contribuir para a transformação da realidade desvelada pela análise do contexto a qual a sociedade está inserida, se faz necessário rever a polêmica da teoria e prática, como observa Souza (2001 apud Silva, 2008, p.194), entendendo que prática é a transformação do conhecimento em ação, numa relação de construção coletiva entre o assistente social e o usuário numa relação que emerge a práxis. O profissional deverá fazer um recorte, no sentido de avaliar, o conjunto das políticas sociais e sua atuação e assim buscar a qualificação, coerência e aperfeiçoamento com o projeto ético político profissional,

de forma que ao longo do percurso haja discussões propositivas para a aplicação de programas, projetos e políticas que estejam pautadas no código de ética, desenvolvendo uma intervenção primada na igualdade e justiça.

Os desafios frente a este contexto são inúmeros, desde a avaliação, planejamento e execução das políticas do trabalho á intervenção profissional, porém poderão e deverão ser enfrentados pelo profissional da área, dada a relevância de sua inserção nesta política.

7 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A POLÍTICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO CAMPO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A Política da assistência é posta como Política Pública de Seguridade Social pela Constituição de 1988 (art.194, Título VIII – Da Ordem Social), tendo como princípio a Universalidade, que será prestada a quem dela precisar (Art.2003); a desmercadorização, não contributiva (Art.203) e a Igualdade, uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (art.194).

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (Lei 8.742/1993)

Nestes princípios se constitui a política da assistência que tem como objetivo segundo LOAS, Art. 2º: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; O amparo às crianças e adolescentes carentes; A promoção da integração ao mercado de trabalho; A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

Portanto, considerando que a política da assistência tem como um de seus objetivos: a promoção e integração ao mercado de trabalho, estreitam-se a relação política de trabalho, emprego e renda e assistência Social, tornando sua articulação de extrema relevância no enfrentamento ao desemprego, visando o enfrentamento a pobreza, provendo condições

para atender contingências sociais, universalização dos direitos sociais e a provisão dos mínimos sociais. (LOAS, Art.2º, parágrafo único) como forma de garantir às necessidades básicas (LOAS, Art.1º).

A Garantia as necessidades básicas ou mínimos sociais podem se dar através de programas de transferência de renda, que são extremamente relevantes ao contexto da sociedade brasileira e:

... merecem reconhecimento: o Benefício de Prestação Continuada - BPC, previsto na Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Loas em 1993 e implantado em 1996, que, apesar do baixíssimo "corte" de renda para selecionar seus usuários, alcança aproximadamente 1 milhão e 400 mil beneficiários; o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - Peti; e o Programa Bolsa-Escola, que, embora constitua um benefício bastante modesto, hoje alcança todos os municípios do país, configurando uma emergente rede de proteção social. (YASBEK, 2004, p.)

Pode se efetivar, também, por meio da inclusão produtiva ou a articulação entre ambas, já que, apesar da transferência de renda ser necessária e imprescindível, a inclusão no mercado trabalho vem possibilitar não somente a garantia aos mínimos sociais, mas a inclusão social.

As políticas de trabalho, emprego e renda, porém, atingem uma forma de respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia na forma da inclusão produtiva, princípios que estão pautadas as ações da política da assistência social, que tem como um de seus objetos específicos à segurança a rendimentos e desenvolvimento da autonomia, por isso a importância da integração de suas ações com a política pública de trabalho, emprego e renda e ainda o importante papel de seus programas e projetos para o enfrentamento da questão do desemprego.

As ações voltadas para qualificação, formação, educação profissional ou geração renda, conforme se queira referir, ligam estreitamente as políticas de trabalho, emprego e renda e políticas de assistência social, em muitos momentos até se confundem pela estreita relação. Esta estreita ligação se dá principalmente pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), criado em 18 de abril de 2004 (Portaria nº 78), pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS que hoje é principal programa de Proteção Social Básica, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), desenvolvendo ações e serviços continuados para famílias em situação de vulnerabilidade social em unidades dos CRAS - Centros de Referência de Assistência Social, unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, referenciando um total

de 5.000 famílias o qual executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços sócio-assistenciais locais da Política da Assistência Social, constituindo-se na porta de entrada dos usuários da rede de proteção social básica do SUAS (BRASIL, PNAS, 2004) em relação às seguranças de rendimento, autonomia, acolhida, convívio ou convivência familiar e comunitária.

Portanto, a política de assistencial social na proteção social básica, através da segurança de rendimentos realiza intervenções para qualificação profissional objetivando impulsionar a inclusão social. E assim a necessária articulação entre ambas as políticas de forma que sejam efetivadas de forma universal e atinjam a equidade de acesso dos cidadãos aos direitos sociais, independentemente do nível de renda ou da inserção no mercado de trabalho, conforme salienta Cohn (1996, p.6). E esta garantia de equidade destas políticas somente se dará pela articulação estreita entre ambas.

7.1 A Intersetorialidade e relações intersecretarial

Apesar de ser relevante a visão do Ministério do Trabalho e Emprego, que acredita que a qualificação profissional aumenta as chances do trabalhador em inserir-se no mercado de trabalho, pois o torna mais competente e ampliando as oportunidades de geração de renda, também devemos pensar que embora a educação profissional seja apontada como um direito do trabalhador, e seja extremamente necessária, ela sozinha não garante o emprego, pois não há postos de trabalho para toda a população economicamente ativa, portanto a extrema necessidade de uma relação intersetorial entre as políticas.

Partindo do princípio de que as políticas públicas “tratam do que é mais precioso: a vida, o destino, a liberdade dos indivíduos, das coletividades e, por conseguinte, da humanidade” (WESTPHAL; MENDES, 2000, p.53) é necessário que estas políticas efetivem os direitos da população usuária com eficiência e eficácia.

Perante o contexto das descentralizações, tratado em subitem anterior, os municípios tem se deparado com a necessidade de criar estratégias para a superação às demandas locais, já que anexo ao processo de descentralização se apresentam uma gama de complexidade das expressões da questão social, as quais vêm impondo a necessidade de ações intersetoriais como forma de superação á este contexto. Mazini, Covre (1996 apud JUNQUEIRA, 1997, p.36) observa que a intersetorialidade “é um processo de aprendizagem e de determinação dos sujeitos, que resulta também na gestão integrada das políticas sociais, para responder

com eficácia os problemas da população de um determinado território. Desta forma, vem se apresentando como forma de superação as expressões da questão social.

Para Junqueira (1997, p.37), a intersetorialidade pode ser entendida como “a articulação de saberes e experiências no planejamento, a realização e a avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando a um efeito sinérgico no desenvolvimento social”. Essa dinâmica supõe uma nova forma de gerir as políticas públicas, “buscando superar a fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade. Isto passa pelas relações homem/natureza, homem/homem que determinam a construção social da cidade” (ibid.).

Para efetivação de políticas públicas que atendam o cidadão em sua totalidade, construindo redes intersetoriais capazes de responder as demandas sociais numa perspectiva de garantia dos direitos fundamentais, principalmente dos segmentos mais empobrecidos, material e culturalmente, pelo processo de exclusão social, com isso, é necessário “fugir da estrutura de maneira a possibilitar a integração, trabalho numa força tarefa com representantes de diferentes partes do sistema” (MALIK, 1997, p.26), portanto deve-se eliminar a visão de política social como burocracia, estrutura para reconhecê-la como parte de um sistema/rede que deverá em seu objetivo final atender as necessidades da população usuária, deve-se reconhecer que não é possível esquecer que não existe uma única estrutura em relação à qual haja consenso e cujas conseqüências sejam ações integradas (ibid.).

Portanto, se faz necessário reconhecer que em um contexto de divergências e falta de consenso, no mínimo a se realizar são ações integradas entre si, pois a intersetorialidade é gradual, depende de esforços e requer tempo para ser aprendida e a superação se dá quando os envolvidos primeiramente reconhecem a existência de fragmentação, depois que esta fragmentação é inadequada a uma gestão de políticas públicas e então o esforço coletivo para o desenvolvimento de ações intersetoriais.

Em alguns municípios a política de trabalho, emprego e renda ainda é gerida pela política de assistência, nas secretarias de habitação, desenvolvimento social entre outras, como no caso do município de Angra dos Reis, relatado por Freire; Freire e Castro (2008, p.165) “a política de assistência na região incorporou como principal objetivo a geração de trabalho e renda [...] responsabilidade da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social”. Neste contexto visualiza-se a estreita relação entre estas políticas, e assim a necessidade, ainda maior, da efetivação da intersetorialidade como forma de atender a população usuária de forma universal.

O próximo item tratará o cenário da pesquisa, uma contextualização do município de Lençóis Paulista/SP

8 O CENÁRIO DA PESQUISA

Para que se possa entender os fatos ou conceitos, se faz necessário entender o cenário em que os envolvidos vivem. Portanto, neste capítulo, será descrito o espaço, os aspectos históricos, o cenário, de forma que se esclareça o contexto das falas dos sujeitos.

Primeiramente será apresentado o município de Lençóis Paulista, sua economia, infra-estrutura, dados estatísticos. Posteriormente relatar-se-á o movimento histórico da formação, implantação e fortalecimento da política de trabalho, emprego e renda no município, buscando relatar desde a formação da autarquia centro de formação profissional “Ideval Paccola”, até as ações mais recentes.

8.1 Lençóis Paulista: a cidade do livro

Lençóis Paulista, não se pode negar, nos últimos anos se tornou uma cidade aparentemente muito atraente, já que tem apresentado uma estrutura cuidada, arrojada e bastante organizada. Destacando a Avenida Padre Salústio Rodrigues Machado, avenida principal da segunda entrada da cidade, que se apresenta muito bem organizada, de forma prática, com anel viário ligando os bairros do lado direito do rio Lençóis ao lado esquerdo, faixas de sinalizações, semáforos. As novas pontes construídas sob o rio Lençóis, movimentam a cidade em todas suas vias. A avenida Papa João Paulo II, responsável pela terceira entrada do município também apresenta uma estrutura agradável, ladeada por estacionamentos e uma grande indústria. As vias municipais, muito bem organizadas, conduzem a maior Biblioteca Pública do Interior do Brasil, levando o cognome "Cidade do Livro".

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, da ONU, considerando o ano de 2000, classifica Lençóis Paulista na 316ª posição nas cidades brasileiras em qualidade de vida, com índice de desenvolvimento humano de 0,813, sendo que em relação á outros municípios do Brasil, Lençóis Paulista apresenta uma situação boa, ou seja, 315 municípios (5,7%) estão em situação melhor e 5191 municípios (94,3%) estão em situação pior ou igual.

Segundo classificação do PNUD, o município está entre as regiões consideradas de alto

desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8). Os seus 63.407 mil habitantes, segundo fundação SEADE, 2008 e área geográfica de 803,86 km² fazem dela uma cidade de médio porte. No período de 2000 á 2008, a população de Lençóis Paulista teve um crescimento médio anual de 1,81%, percentual acima da média Estadual com 1,48%, o que leva a pensar que é necessário que se trabalhe para que este desenvolvimento seja de forma sustentável.

A agricultura movimenta a economia do município, com base na Cana-de- açúcar, Milho, Feijão e Madeira. Mas, ainda é a cana-de-açúcar que ganha destaque no município, segundo estatísticas do IPEADATA, com fonte no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2005, Lençóis Paulista ocupava a 8º posição das cidades com maior produção em toneladas de cana-de-açúcar do país. A Cultura canavieira está representada no brasão do município, observa chitto e chitto (2008, p.13), onde o pé de cana de açúcar ao natural, no campo amarelo ouro do segundo quartel do brasão, que caracteriza o elemento básico da agricultura e do povoado de Lençóis Paulista. O amarelo ouro do campo lembra a riqueza que representa a cana-de-açúcar para o município, para São Paulo e para o Brasil.

Lençóis Paulista tem se apresentado um município agradável para se viver, mas que também tem reproduzido as contradições sociais de uma sociedade capitalista, que tem se evidenciado principalmente nos últimos anos, devido seu crescimento e a intensificação mundial da desigualdade social.

8.1.1 *A biblioteca municipal*

Lençóis Paulista abriga a maior Biblioteca Pública do Interior do Brasil, que conforme dados da BMOL (2008) ³, possui um acervo superior a 90.000 livros e mais de 20.000 documentos, desde Decreto de D. João V, dispondo de autógrafos diversos; acervo especial com peças raríssimas, que destacam a Biblioteca, entre muitas outras do país.

O Decreto Executivo 50/84 de 22/09/84 institui o slogan "Lençóis Paulista - Cidade do Livro" pelo escritor, teatrólogo e médico Dr. Pedro Bloch, por haver em Lençóis um número superior de livros ao de habitantes. A Biblioteca Municipal é um órgão de difusão cultural, criada e mantida pelo Poder Municipal com prédio próprio conforme Lei nº. 448, inaugurada em 28/04/1963, criada pelo Prefeito Antônio Lorenzetti Filho e fundada por Zanderlite Duclerc Verçosa, em 21 de Dezembro de 1961, funcionando provisoriamente no prédio do Ubirama Tênis Clube.

A Biblioteca é formada, em especial, por pertences pessoais de Olavo Bilac; Guimarães Rosa; Cora Coralina; Manuel Bandeira; Procópio Ferreira e Manuscritos de Orígenes Lessa. Acervo de documentos completos de: Orígenes Lessa; Procópio Ferreira; Carlos Lage; Cora Coralina; Guilherme Figueiredo; Pe. João Amâncio da Costa Novaes e Dr. Antônio Tedesco. Propicia cursos, exposições, palestras, jogos recreativos, concursos literários de âmbito nacional e internacional. Segundo dados da própria biblioteca, atende em média, mais de 300 pessoas por dia.

O apoio de Orígenes Lessa sempre foi fundamental para o enriquecimento da Biblioteca e, graças a ele e a colaboração de muitos escritores. Possui acervo circulante adulto com cerca de 75.000 livros; obras de referência; discos, slides, fita cassete, selos, revistas, jornais, hemeroteca; sala infantil, com mais de 1.000 livros e brinquedoteca; museu literário com obras raras, que foi inaugurado no dia 29 de janeiro de 1.983, instalando-se no piso superior da Biblioteca.

A Logomarca da biblioteca municipal foi criada por Ciro Fernandes, em sua visita numa "Caravana de Escritores", por ocasião da Semana de Cultura promovida pela BMOL. Hoje, Lençóis se orgulha de possuir um dos maiores acervos Municipais, levando o cognome "Cidade do Livro".

³ Dados eletrônicos. Para maiores informações acesse:
<http://www.lencoispaulista.sp.gov.br/bmol/>

8.2 Histórico do município de Lençóis Paulista/SP

Conforme relatos de Guirado e Fernandes (2008) para suprir com mantimentos, defender com força militar os territórios do ouro e trazer o metal para o litoral, de onde seria enviado para Portugal, começava o movimento das monções, expedições através dos rios rumo ao interior do Brasil. Foi em abril de 1769, que o sargento-mor Teotônio José Juzarte partiu de Porto Feliz em direção a Iguatemi, numa corrida para conhecer e estruturar o rio Tietê e no dia 19 de abril de 1769 é avista por ele, o Rio Lençóis, denominado assim, segundo IBGE (2008) ⁴, por suas espumas brancas semelhantes a lençóis.

As aventuras de ocupar o oeste brasileiro custaram muitas vidas, os ataques indígenas eram a maior das ameaças as expedições. Durante décadas, Lençóis, teve sob sua jurisdição um vasto território compreendido pelos rios Tietê e Paranapanema, onde tribos indígenas viviam em semi-nomadismo, portanto estes índios passam a defender suas terras com bravura, mas foram sendo aos poucos acudados e dizimados. “Eles conheciam as terras, mas o homem branco conhecia a pólvora”

É provável que os primeiros povoadores de Lençóis tenham vindo nas primeiras décadas do século 19, entre 1800 e 1830. Sabe-se que Pedro Nardes Ribeiro se apossou de terras às margens do Ribeirão Grande, nas proximidades de Aimorés (atual distrito de Bauru) e Guaianás (distrito de Pederneiras). Pedro Francisco Pinto também atravessou a serra dos Agudos e tentou se instalar na bacia do Rio Batalha, mas foi morto por índios. Em novembro de 1863, Francisco Rodrigues de campos registrou em Lençóis a venda de vários lotes de terras, das quais teria tomado posse entre 1830 e 1835. O capitão José Gomes Pinheiro, que esteve envolvido na revolta liberal de 1842, em Sorocaba, precisou refugiar-se na sua fazenda, distante de oito a dez léguas da atual Botucatu. Joaquim Gabriel de Oliveira Lima que se tornaria proprietário da fazenda Faxinal. Mas a participação de mineiros foi a mais importante para formação de lençóis, um deles José Teodoro de Souza, que se tornou figura lendária na região, fundando povoados, abrindo caminhos e trazendo povoadores de Pouso Alegre.

⁴ Dados eletrônicos. Para maiores informações acesse: <http://www.ibge.gov.br>

Lençóis Paulista foi conhecida como “Boca do sertão”, segundo Holtz; Nogueira (2007, p.6), por ser, em meados do século 19, o último povoamento antes do extenso e fechado sertão do Oeste Paulista. A Terra roxa e extremamente produtiva atraiu imigrantes italianos que aqui se instalaram e plantaram café que iria trazer o sustento da família, posteriormente o café, veio a tão conhecida desta cidade, a cana, com seus principais produtos a aguardente, açúcar e álcool. Segundo fonte IBGE (2008), o patrimônio do Bairro de Lençóis, no território de Botucatu, teve início com a construção da capela em louvor à Padroeira Nossa Senhora da Piedade.

O bairro foi elevado a freguesia em 28 de abril de 1858 pela Lei n.º 36 da Província de São Paulo, ficando subordinada à vila de Botucatu. Sete anos depois, em 25 de abril de 1865, pela Lei n.º 90, a freguesia foi elevada a Vila de Lençóis e em 7 de maio de 1877 é criada a comarca que é instalada em 20 de outubro do mesmo ano. Pouco tempo depois ela desmembra-se de Botucatu, onde algumas localidades passaram a ser vinculadas como suas freguesias. (GUIRADO; FERNANDES, 2008)

De acordo com IBGE, a Lei n.º 514, 02 de agosto de 1897, cria um Distrito de Paz no Distrito Policial de São Paulo dos Agudos, no Município e comarca de Lençóis. A Cidade perderia a comarca que foi transferida para a Vila de São Paulo dos Agudos conforme Lei n.º 635, de 22 de julho de 1899, passou a denominar-se comarca dos Agudos pela Lei n.º 785, de 15 de julho de 1901. Segundo Guirado e Fernandes (2008, p.36) a comarca foi transferida por gestões do político Delfino Alexandrino de Oliveira Machado, ex-morador e vereador de lençóis que havia fixado residência em Agudos e que naquele momento tentava incrementar sua carreira política.

Segundo IBGE (2008), em divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1956 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto Lei Estadual n.º 9073, de 31 de março de 1938, o Município de Lençóis pertence ao termo Judiciário de Agudos, da comarca de Agudos, e se divide em 3 Distritos: Lençóis, Alfredo Guedes e Borebi e pertence ao termo de Agudos. Por existir na Bahia uma localidade chamada Lençóis, mais antiga, sua denominação foi alterada em 1944 pelo Decreto-Lei Estadual n.º 14334, de 30 de novembro, para Ubirama, escolhida em virtude de a cana-de-açúcar ser cultivada em grande escala no Município. O primitivo nome foi novamente adotado em 1948 pela lei Estadual n.º 233, de 24 de dezembro, acrescentando-lhe "Paulista" para diferenciar da Cidade baiana.

A recuperação da comarca viria na década de 1950, após um longo movimento das forças econômicas e políticas da cidade, conforme relata Guirado e Fernandes (2008, p.36).

Portanto a lei Estadual n.º 6445, de 09 de janeiro de 1990, desmembra de Lençóis Paulista o Distrito de Borebi. Em divisão territorial datada de 01 de junho de 1995, o município é constituído de dois distritos: Lençóis Paulista e Alfredo Guedes. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 15 de julho de 1999.

8.3 A trajetória política do município

Com intuito de abordar os fatos que mais marcaram o desenvolvimento da população Lençoense atual, abordam-se os fatos políticos mais recentes. Segundo relatos de Guirado e Fernandes (2008) mesmo sendo uma pequena cidade nos anos 30 e 40 Lençóis repercutia o grande conflito entre as ideologias de esquerda e direita e dezenas de Lençoenses tinham seus nomes fichados nos arquivos da polícia de Vargas, o Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e eram vigiados, por supostamente serem comunistas. Em relação nominal entre ao departamento em fevereiro de 1948, entre os listados estavam os Lençoenses Abraão Maluff, Ludovico Olegário, Geraldo Guedes, Issa Maluf. O delator dos comunistas Lençoenses se identificava pelo pseudônimo de João Brasil e segundo historiadora Beatriz de Miranda Brusantin, a documentação da Deops identifica João Brasil como sendo o padre Salústio Rodrigues Machado, vigário da cidade nesta época.

Após tentativa naufragada de lançar a candidatura de padre Salústio Rodrigues Machado na primeira eleição á prefeito em Lençóis, por voto direto, em 1948, Geraldo Pereira de Barros ganha com candidatura única. Em março de 1950 substituindo o prefeito assumi o comando Gino Augusto Antônio Bosi e em julho de 1950 assume novamente o prefeito Geraldo Pereira de Barros. Em julho de 1951, o Prefeito é substituído por Gino Augusto Antônio Bosi.

Em 1952 é eleito o segundo prefeito, Virgílio Capoani e em 1956 é eleito mais uma vez a família Barros para o comando do município e assume a prefeitura o Oswaldo de Barros que acabou renunciando ao cargo e em seu lugar entrou o vice- prefeito Archângelo Brega que segundo o jornalista e historiador Benedicto Blanco, na sua gestão como prefeito, (1956-1960) realizou obras de vulto para Lençóis, terminando, inclusive as obras do serviço de tratamento de água iniciadas por seu antecessor Oswaldo de Barros, organizou os festejos do primeiro centenário de Lençóis Paulista. Foi fundador e presidente do UTC (Ubirama Tênis Clube), proprietário da Rádio local, presidente do Clube Atlético Lençoense, iluminou a praça Padre José Maganani, entre outras tantas obras. No dia 22 de março de 1969, no

cemitério, próximo ao túmulo de sua família, sem se saber o motivo, o ex-prefeito, com um tiro de revólver, pois fim à sua existência.

Em 1960 é eleito Antonio Lorenzetti Filho e em 1964 presencia-se o golpe militar e mais uma vez Lençóis não escapa da vigilância e o vereador Waldemar Geraldo Motta chega a ser preso para averiguação, pois dois livros de doutrina marxista foram encontrados no quarto de hotel em que ele vivia. Motta era negro, vendedor de tecidos e destacava-se na oposição pelos discursos e debates acalorados, mas não existiam registros de que ele tenha tido militância subversiva. (Ibid.).

Neste momento, Lençóis se insere em uma década de poder das famílias Zillo e Lorenzetti que por 12 anos tem em suas mãos o poder político e econômico, 1960 á 1964 é Antônio Lorenzetti Filho o prefeito, de 1965 á 1968 Dr. Paulo Zillo e de 1969 á 1972 novamente Antônio Lorenzetti Filho. A Família Zillo e Lorenzetti instaura o domínio do poder público, por ficarem 12 anos no comando do município e o econômico, por serem proprietárias da principal empresa de Lençóis Paulista naquele momento, uma usina de açúcar. Este contexto marca um período de domínio político e econômico que acentua por anos uma alienação da cultura, do pensar, do agir, do desenvolvimento dos munícipes, que vem sendo superado atualmente com a terceira geração posterior á este legado.

Depois de 12 anos com o poder nas mãos de um único grupo político chega a hora das eleições de 1972 que coloca Rúbens Petraróia, com um governo marcado pela industrialização, desastres naturais e vitórias no esporte. Ézio Paccola ganha as eleições de 1976 com um governo de continuidade da gestão anterior. A sucessão de Ézio Paccola acompanhou a onda que varreu o país e levou a uma avassaladora vitória da oposição, em 1982. Ideval Paccola, a oposição no poder, ajudou a sepultar as esperanças de parte dos militares que resistiam à volta da democracia, Ideval foi o primeiro político Lençoenses a ser eleito duas vezes pelo voto direto e foi ele quem constrói o Centro de formação profissional “Ideval Paccola”. Em 1992 é eleito Dingo, o mais jovem prefeito e em 1996 é eleito Pradinho marcado por uma história singular de mirim á prefeito. (Ibid.)

Em 2002 o bancário José Antônio Marise chega à administração da prefeitura e fica no comando por dois governos. Marise tem um governo marcado no investimento na informatização do atendimento nos serviços da prefeitura. Embora militasse no PMDB, seu pensamento era alinhado com a filosofia de administração que pregava o PSDB e a idéia central era que o serviço público deveria funcionar com a eficiência das empresas privadas, portanto funcionário de carreira do Banco do Brasil, Marise encarna a figura do administrador austero, em contraposição à filosofia de políticos que priorizavam as grandes obras sem se preocupar com o equilíbrio entre receitas e despesas e não por acaso, sua

principal promessa era trazer para o serviço público uma visão empresarial.

Os dois primeiros anos da administração de Marise foram ocupados em recuperar a estrutura operacional da prefeitura, pagar dívidas e organizar a estrutura funcional. Outro exemplo de que a administração se espelhava na iniciativa privada foi o investimento num sistema de informações integrado que de um lado possibilitava ter mais informações do uso da população aos serviços públicos e de outro permitia aumentar a eficiência da cobrança de impostos, melhorando a arrecadação.

O Segundo mandando de Marise foi marcado por recuperação da infra- estrutura da cidade, com o recape das principais avenidas e da maioria das ruas e a pavimentação dos bairros que não o possuíam, ele regulamentou o loteamento do Júlio Ferrari e do Jardim Primavera que foram feitos sem aprovação do loteamento pelos órgãos competentes e do Distrito Industrial onde a prefeitura teve que construir um emissário para captação de esgoto, com extensão de quatro mil metros, em parceria com as empresas Lwart. Marise construiu praças de esporte e lazer nos bairros e nos últimos dois anos iniciou dois grandes projetos: a construção da estação de tratamento de esgotos e o teatro municipal. Na saúde Marise adotou os princípios disseminados pelos tucanos e foi um dos principais defensores da idéia de que o poder deveria firmar parcerias com organizações sociais para o desenvolvimento de programas e administração de unidades de saúde, ele firmou parceria com a OCAS (Organização Cristã de Ação Social) para a execução do Programa Saúde da Família e do Programa de Agentes Comunitário de Saúde. De 2001 a 2007, a gestão Marise implantou oito equipes de Programa Saúde da Família e cobriu toda a cidade com os agentes comunitários. Outra prioridade foi a saúde bucal, instituindo programa para atender as crianças desde a creche até o ensino fundamental e a construção e manutenção das unidades de saúde. Na educação a gestão de Marise ficou caracterizada por investimentos na infraestrutura física e na inclusão digital e de pessoas com necessidade especiais, os alunos passaram a receber uniformes e material didático apostilado.

No aspecto físico, todas as escolas e creches municipais foram reformadas, ampliadas e passaram a ganhar manutenção regular, foram construídos escolas e creches. Também iniciou um projeto piloto de escola em horário integral, a experiência começou em 2006, na escola Ézio Paccola, no Jardim Primavera e foi estendida em 2008 para escola Maria Zélia Camargo Pradinho, no Júlio Ferrari.

8.4 A População e a economia do município

O município está localizado na região centro-oeste, no km 300 da Rod. Mal. Rondon, região administrativa de Bauru e segundo fundação SEADE, 2008 possui uma população de 63.407 mil habitantes, sendo que 23,95% tem 15 anos ou menos e 9,61% tem 60 anos ou mais. Do ano de 2000 á 2008 apresentou uma taxa geométrica de crescimento anual de 1,81%, maior que a média do Estado com 1,48%.

Distante 300 km da capital do Estado, seu povoamento se deu por volta de 1818, sendo emancipada em 1858. Segundo Holtz e Nogueira (2007) a agricultura, a pecuária e a indústria são as bases de sustentação da economia. No setor primário duas monoculturas se destacam; o café e a cana-de-açúcar. Na indústria destacam- se os antigos alambiques e hoje as modernas usinas de cana-de-açúcar. O maior uso do solo se dá para a cana-de-açúcar com em média 44.328,7 hectares de área, com produtividade de 72 toneladas em média. Outra atividade bastante importante é o reflorestamento, sendo 20.000 hectares de eucaliptos e 1.500 hectares de Pinus, sendo o Pinus destinado ás serrarias e o eucalipto á energia, sendo também matéria-prima para produção de chapas de madeira e celulose.

Os vínculos empregatícios da população do município na sua maioria são com o setor de indústrias com 31,27% dos vínculos empregatícios no ano de 2007, segundo dados da fundação SEADE, em segundo fica o setor de serviços com 26,10% e o agropecuário com 22,25%.

Segundo fundação SEADE Lençóis Paulista tem apresentado nos últimos anos índices de crescimento acima das médias paulistas e brasileiras, principalmente por ter mão-de-obra qualificada, formada na própria cidade, em especial no SENAI, uma das mais modernas unidades. As atividades econômicas estão distribuídas: 60% agroindústria, 30% indústria e 10% comércio e prestação de serviços. A economia que dependia do setor sucroalcooleiro, hoje tem outras atividades industriais, destacando: celulose, alimentos, frigorífico, têxtil, metalúrgica e siderúrgica, destilarias de álcool e distribuidoras de aguardente artesanais conhecidas em todo o Estado.

A agroindústria canavieira é a principal atividade econômica do município, a cultura da cana-de-açúcar mostra importância desde o início do século XX, quando a produção era quase toda voltada para a fabricação de cachaça. Chitto e Chitto (2007 p.249) salientam que “a cana no seu desenvolvimento superou todas as expectativas, influenciando grandemente no balanço da nossa economia”. O município fortalece a cana-de-açúcar e chega a abrigar cinquenta e dois engenhos primitivos que ficaram reduzidos a cinco (ibid.).

Nos anos 40, surgem as usinas de fabricação de açúcar e álcool. Atualmente, a

economia Lençoenses é diversificada, com grande número de pequenas e médias empresas e algumas grandes indústrias, produz celulose, papel, biscoitos, vinagre, macarrão, fios para tecelagem, estruturas metálicas, impermeabilizantes, carne, sabão e recicla 70% do óleo lubrificante usado no Brasil. Lençóis Paulista está hoje, dentre as cem cidades do Estado de São Paulo com maior PIB per capita, com 18.889,02 mil reais.

O diferencial de Lençóis Paulista é o investimento na formação profissionalizante, sendo que a prefeitura mantém uma autarquia, o Centro Municipal de Formação Profissional “Ideval Paccola, como a porta de entrada para a educação profissionalizante. Ele oferece cursos de eletricidade residencial, informática, inclusão digital, marcenaria, artesanato, costura industrial, mecânica automotiva e reparador de eletrodomésticos. No município se instala uma das mais modernas unidades do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), instalada em 1994. A escola oferece o curso técnico de Eletrônica-Automação da Manufatura, em nível médio. Para adolescentes entre 14 e 18 anos, a unidade oferece cursos nas áreas de mecânica automotiva, eletricidade, eletro-eletrônica, metalurgia, informática, marcenaria, recursos humanos e segurança. Ainda oferece ainda cursos específicos conforme a necessidade das empresas. O assunto de formação profissional será tratado mais detalhadamente em tópico posterior.

Quesito que também merece destaque é o orçamento público que desde 2001 teve um aumento de quase 156%, ou seja, uma média de 22,29% a.a., fechando 2007, com uma receita de 94.820.790,75, segundo dados da prefeitura municipal, situação nada surpreendente quando lembrado que os oito últimos anos a prefeitura foi gerida pelo prefeito Marise, conforme citado em tópico anterior, que teve como princípio de seu governo gerir o município como uma empresa. Abordando esta questão, numa visão holística da realidade, leva-se a considerar que a cobrança tão austera dos impostos em atraso, em especial a população baixa renda levou o município a esgotar as negociações e entrar com processo judicial contra os devedores, não se questiona a legalidade da atuação do município, mas, a falta de habilidade e articulação política para entender que prefeitura não é empresa e sim uma instituição que deve ser defensora dos direitos sociais.

8.5 Infra Estrutura Urbana e Serviços Sociais

Lençóis Paulista segundo dados SEADE, tem hoje um percentual de 96,26% de urbanização, área esta com 99,61% (2000) de abastecimento de água tratada, que desde

início deste ano (2008), é tratada com uma nova técnica que trocou o uso do cloro na forma de gás por um sistema que obtém o elemento químico a partir do sal de cozinha, garantindo maior segurança, já que o manuseio do gás cloro é altamente tóxico para o ser humano, animais e plantas. A rede de esgoto atinge (2000) 98,73% da população e está em andamento a obra da Estação de Tratamento de Esgotos, a obra passou por terraplanagem, pela construção de lagoas de tratamento a construção da estação elevatória, que vai ligar o emissário de esgotos do Rio Lençóis e as lagoas de tratamento. No total, o município investiu R\$ 12 milhões no sistema de tratamento de esgoto ao longo dos últimos oito anos. Foram mais de 15 quilômetros de tubulações coletoras ao longo dos rios da Prata, Corvo Branco, e Lençóis, nas estações elevatórias e na estação de tratamento.

Quanto à questão do lixo, o município dispõe do projeto Cidade Limpa e Solidária, desenvolvido pela prefeitura de Lençóis Paulista em parceria com a Cooperativa dos Recicladores de Lençóis Paulista (COOPRELP) e Associação dos Deficientes Físicos de Lençóis Paulista (ADEFILP), o projeto foi vencedor do Prêmio Melhores Práticas em Gestão Local em 2005, conferido pela ONU e Caixa Econômica Federal. O projeto teve início em agosto de 2003, quando a prefeitura incentivou a formação de uma cooperativa reunindo os catadores de recicláveis da cidade. Eles passaram a ser responsáveis pela coleta de casa em casa e pelo trabalho na esteira de separação, substituindo os funcionários públicos, a usina de compostagem de lixo recebe em torno de 42 toneladas/dia de lixo que é levado a usina, realizado a compostagem e 17 toneladas/dia são rejeitados ao aterro, segundo Holtz e Nogueira (2007, p.39).

A estrutura inclui oito containeres, dois caminhões especiais para o transporte dos containeres e uma perua Kombi. Todo dia, os containeres são levados para pontos nos bairros; os catadores vão de casa em casa recolhendo os materiais que a população já separou e levam para os containeres, separando por tipo (plástico, metal, vidro e papel). No fim da manhã ou no fim da tarde, o caminhão busca esse container e o leva até a Usina de Reciclagem, onde a carga é descarregada. A Coleta Seletiva ocorre em toda a cidade e recolhe 35 toneladas/dia. Pilhas e baterias são coletadas em 20 pontos da cidade e restos de poda são triturados e vendidos para produção de energia. (ibid.)

O material retirado pelos 54 cooperados é vendido pela própria cooperativa. O valor obtido pela venda do material é dividido entre os cooperados. Além de possibilitar renda para os cooperados, o projeto prolonga a vida útil do aterro sanitário. O projeto Cidade Limpa e Solidária foi premiado em 2005 pela Caixa Econômica Federal como uma das 10 melhores práticas em gestão local do país.

Quanto á segurança pública entre as cidades do mesmo porte, Lençóis Paulista tem

os menores índices de criminalidade, levantamento feito pela Central de Jornalismo Tribuna (CJT) com base nos dados da Secretaria de Segurança Pública, aponta que entre as cidades do mesmo porte populacional, Lençóis Paulista tem os menores índices de criminalidade. O capitão Alan Terra, comandante da 5ª Companhia da Polícia Militar, admite que a cidade é uma das mais tranqüilas da região. A base do Corpo de Bombeiros em Lençóis Paulista estará funcionando até o início de dezembro deste ano, segundo o diretor da Defesa Civil, José Alexandre Moreno. A base está sendo construída em local estratégico, porque está próximo de pontos de deslocamento rápido para as rodovias e para todas as áreas da cidade. A corporação entrará com o efetivo, de 12 bombeiros, mais uma viatura multi-funcional, que pode ser utilizada tanto para combate a incêndios quanto para socorro em casos de acidentes de trânsito. O município dispõe de uma Delegacia de Polícia com Cadeia Pública com capacidade para 30 detentos, a 5º Cia. P.M. do Estado de São Paulo e a Junta de Serviço Militar.

A cidade possui apenas uma empresa concessionária de transporte urbano, sendo que não existe a integração tarifária e as redes de linhas e horários traçados de forma inadequada, gerando ineficiência e qualidade insatisfatória. Quanto a leitura comunitárias do Plano Diretor, 2006, na conclusão por temas, no transporte coletivo é colocado algumas prioridades como o aumento da oferta de transporte coletivo; a melhoria de acesso nos pontos de ônibus; instalação de pontos de ônibus, e mais horários nos bairros; melhor prestação de serviço de circulares, mais pontos; linha de circular com preço melhor; melhoria do transporte coletivo; ônibus para o bairro aos sábados e domingos na hora do almoço. Realidade ainda presente no contexto do município.

Perante os meios de comunicação, o município conta com duas emissoras de rádio, três jornais, serviços de Telefonia e dois PX Clube, entidade sem fins lucrativos, que tem por objetivo único prestar serviços aos usuários do radioamadorismo e a faixa do cidadão (PX), bem como atender e auxiliar a coletividade em casos de real necessidade, prestando socorro através do rádio.

Quanto à saúde, o município, segundo dados IBGE, 2005, conta com vinte e dois estabelecimentos de saúde, sendo um hospital, um pronto socorro, quinze clínicas particulares, seis postos de saúde. Os Serviços de saúde sob responsabilidade do município são gerenciados pela Diretoria da Saúde, órgão subordinado ao gabinete do Prefeito e por parceria firmada com a OCAS - Organização Cristã de Ação Social, que executa o Programa Saúde da Família e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde. O município também conta o atendimento á saúde bucal para jovens e adultos, com dentistas que durante o ano trabalham no atendimento aos alunos da rede municipal de ensino e creches. A Diretoria de

Saúde de Lençóis Paulista também desenvolve desde o ano de 2005, um programa específico para os trabalhadores, com atendimento no período noturno, nas unidades básicas de saúde do Núcleo Luiz Zillo e da Cecap e na unidade Móvel de Odontologia que permanece estacionada ao lado da UBS do Núcleo. Para o atendimento, não é preciso comprovação de emprego.

As mortalidades no município, no ano de 2007 foram de 174 óbitos, conforme fonte do Ministério da Saúde, Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS 2007: IBGE, 2007, sendo que as principais causas de morte foram doenças originárias de aparelho circulatório, do aparelho respiratório e neoplasias, tumores. No período de 1991-2000, segundo dados atlas de desenvolvimento humano do Brasil, a mortalidade infantil com crianças de até um ano de idade diminuiu 57,45%, passando de 28,2 (por 1000 nascidos vivos) em 1991 para 12,0 no ano de 2000. A esperança de vida ao nascer aumentou 5,4 anos, sendo no ano de 1991 68 anos, passando para 73,4 anos no ano de 2000. Quanto à taxa de fecundidade de 1991 à 2000, diminuiu 15,38% passando de 2,6 para 2,2 filhos.

Conforme fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP, Censo Educacional 2007: IBGE, 2007, o município conta com vinte e quatro escolas de ensino fundamental, sendo sete na esfera pública estadual, quatorze, públicas municipais e três privadas. No Ensino médio, o município conta com dez escolas, sendo seis, públicas estaduais e quatro privadas. O Ensino pré-escolar conta com vinte e cinco escolas, sendo dezoito públicas municipais e sete privadas. O Ensino superior conta com duas escolas privadas, sendo uma direcionada ao ensino a distância. No ano de 2007 foram 724 matrículas no ensino superior.

Ao todo, no ano de 2007 foram 1.701 mil crianças matriculadas na pré- escola, 2.677 mil alunos matriculados no ensino médio e 9.030 mil alunos matriculados no ensino fundamental, abrangendo municipal, estadual e privado. No ano de 2002, conforme dados SEADE, o município registrou uma taxa de evasão escolar de 1,77% no ensino fundamental e 8,33% no ensino médio, sendo consideradas as esferas: municipal, estadual e privada.

Conforme atlas de desenvolvimento humano no Brasil, o município demonstrou uma queda nas taxas de analfabetismo, considerando o período de 1991-2002, sendo que no ano de 2000 a taxa de analfabetismo de crianças de 07 á 14 anos era de 4,2%, 10 á 14 anos, 1,2%, 15 á 17 anos, 1,6% e de 18 á 24 anos 1,1%. No ano de 2000 25,6% da população de 10 á 14 anos tinham menos de quatro anos de estudo, 32,5% da população de 15 á 17 anos tinham menos de oito anos de estudo. Em nível de população adulta (25 anos ou mais) no ano de 2000 10,4% desta população era analfabeta,

29,2% com menos de quatro anos de estudo e 68,3% com menos de oito anos de estudo. A média de anos de estudo desta população era de 5,8.

O município também conta com o ensino profissionalizante o qual será tratado em especial em tópicos posteriores.

Quanto a cultura, o município conta com a Casa da Cultura, Conservatório Musical, Museu Histórico Alexandre Chitto, a Biblioteca municipal com mais de 84.000 livros e mais de 20.000 documentos e aguarda ansiosamente a construção do teatro municipal, que segundo o atual prefeito José Antônio Marise (PSDB) será entregue a população até o fim de 2008, quando encerrar seu mandato e o Centro de Convivência da Melhor Idade que está sendo concluído no bairro Cecap. Um dos objetivos colocados no plano diretor, 2006 foi possibilitar o desenvolvimento cultural do Distrito de Alfredo Guedes e neste ano ganhou uma biblioteca com um acervo de 2.200 títulos, incluindo obras de literatura infantil, adulto, infanto-juvenil, enciclopédias e história em quadrinhos e uma brinquedoteca com 200 jogos educativos e 50 brinquedos.

Para o lazer, conta com três clubes esportivos, Centro de Convivência de Trabalhadores. Clubes de serviços como: Rotary Club, Lions, Legião Mirim, Legião Feminina, Ação da Cidadania, Lar da Criança, Asilo para idosos e CAL – Clube Atlético Lençoense. Para a prática de esportes duas pistas de atletismo, três ginásios de esportes com capacidade média de três mil pessoas, um estádio municipal, um estádio distrital, segundo dados da prefeitura municipal. O município também conta com um shopping que contém duas salas de cinema e com a FACILPA - Feira Agropecuária Comercial e Industrial, realizada no aniversário da cidade e com a Expovelha, feira comercial realizada geralmente no mês de outubro.

No quesito meio ambiente, um dos grandes problemas é a falta de preservação de nascentes de água dentro do município e de matas ciliares, que são pequenas florestas que se desenvolvem ao longo dos cursos d'água, já que o município sobrevive prioritariamente da agricultura de cana-de-açúcar e como formas de ampliação da cultura foram desmatadas as matas ciliares. Lembrando que conforme Holtz e Nogueira (2007 p. 22) juntamente com os rios Bonito e Bauru, o rio Lençóis é um dos mais importantes afluentes do lado esquerdo do Rio Tietê é jusante do reservatório de barro Bonita e o mais importante do município, sendo responsável por 60% do abastecimento de água da cidade.

O mesmo autor ainda coloca que um dos problemas do rio Lençóis é o assoreamento causado pela falta de Mata Ciliar, portanto a necessidade de preservação deste rio que além de ser de importância municipal é de grande importância regional. A poluição atmosférica é outra preocupação, já que está relacionada às queimadas nos campos e lavouras da cana-de-

açúcar e infelizmente a queima é uma prática tradicional de limpeza e preparação da colheita, prática que vem sendo eliminada devido à lei Estadual n.º 11.241, de 19 de setembro de 2002 que cria mecanismos para eliminação gradativa do uso do fogo (ibid.).

Os objetivos apresentados pela comunidade no Plano Diretor, 2006 foram: Preservação das nascentes de água, bem como a recuperação de matas ciliares; Organização da arborização urbana; Educação ambiental de forma continuada; Destinação adequada para entulhos da construção civil; Destinação adequada do lixo infectante; Redução e controle dos níveis de poluição ambiental e tombamento de reservas florestais. Assim como demais regiões do Estado de São Paulo, Lençóis Paulista, obteve um aumento mais rápido do que previsto, em suas temperaturas. Segundo Holtz e Nogueira (2007, p.18), a região teve um aumento de 1° C nos últimos dois anos, o chamado efeito estufa que leva a um desequilíbrio ambiental, portanto a importância da preservação ambiental partindo de uma política pública, já que segundo o mesmo autor, na região de Lençóis Paulista, o cerrado tende a tornar-se um deserto, caso essas modificações climáticas diminuam o índice pluviométrico.

Perante a assistência social, observa-se que o número de população em situação de vulnerabilidade é de 40,4% dos habitantes, representando em números absolutos 24.818 pessoas. De acordo com o cadastro imobiliário municipal, o cadastramento único para programas sociais do governo federal e a descrição dos setores censitários, o município de Lençóis Paulista está mapeado em quatro regiões, sendo a áreas de maior vulnerabilidade e risco social, o Núcleo Habitacional “Maestro Julio Ferrari”, classificada como a região com maior índice de pobreza do município. O território de abrangência do CRAS é composto por seis bairros, sendo estes: Maestro Julio Ferrari, onde a unidade está instalada, Jardim América, Jardim das Nações, Jardim Nova Lençóis, Núcleo Habitacional Luiz Zillo e Parque Rondon. Esta região apresenta um percentual de vulnerabilidade de 21%, totalizando 3.505 imóveis.

O Percentual do orçamento municipal destinado á assistência social é de 4,39%, deste percentual é posto pelo município 92,06% no Fundo Municipal de Assistência Social, 2,73% é posto pelo Governo Estadual através do Fundo Estadual de Assistência Social e 5,23% repassado pelo Governo Federal através do Fundo Nacional de Assistência Social.

A Gestão da política de assistência social é Básica, seu órgão é a Diretoria de Assistência e Promoção Social e os programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos diretamente por este órgão gestor são:

□□ Pronto Atendimento Social: Serviço oferecido com o objetivo realizar atendimento sócio assistencial á indivíduos e famílias em situação de emergência, buscando a efetivação dos direitos sociais, através de encaminhamentos à rede de serviços e do fornecimento de apoio

material temporário;

☐☐ Cadastramento Único: Serviço o qual visa garantir a inclusão de famílias de baixa renda em Programas de repasse de renda do Governo Federal e atender ao decreto nº. 3.877, de 24/07/01 que institui o cadastramento único para programas sociais do Governo Federal. Suas ações são desenvolvidas através de entrevistas com o objetivo de inclusão no cadastro e para a atualização dos já existentes, são realizadas visitas domiciliares, emissão de cópias do cadastro único, emissão de declaração para substituição do responsável legal e consulta de nomes e endereços para acompanhamento da Saúde e Educação;

☐☐ Programas Bolsa Família e Renda Cidadã: programas os quais têm como objetivo atender as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, mediante a transferência direta de renda. São oferecidos cursos de artesanato, culinária, cabelo e manicure às famílias participantes de ambos os programas, a fim de propiciar às mesmas, a capacitação para a geração de renda. Além dos cursos citados acima, também é desenvolvida a oficina de corte e costura exclusivamente aos participantes do Programa Bolsa Família e mensalmente são realizadas ações sócio- educativas com os beneficiários de cada programa, através de reuniões e palestras.

É importante ressaltar que os cursos de geração de renda e as reuniões sócio- educativas são oferecidos também no território, por meio do Programa Arte & Vida;

☐☐ Auxílio Transporte: É um serviço com o objetivo de subsidiar as despesas de transporte aos estudantes carentes que freqüentam escolas de nível técnico, profissionalizante e superior em outro município, em atenção a Lei Municipal 2.950, de 02/05/2001. Este serviço é desenvolvido através da transferência de renda;

☐☐ Benefício de Prestação Continuada - BPC: O objetivo deste benefício é garantir um salário mínimo mensal ao idoso com 65 anos ou mais, e pessoas com deficiência que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção e nem tê-la provida por sua família, cuja renda per capita seja inferior a $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo. Os beneficiários são encaminhados pela Diretoria de Assistência à rede de serviços sócio-assistenciais;

☐☐ Cooperativa de Reciclagem de Lençóis Paulista: Tem como objetivos resgatar a cidadania dos catadores de recicláveis e motivá-los para o trabalho em equipe; sensibilizar e mobilizar a população da importância da separação dos componentes do lixo para a coleta seletiva e propiciar a inclusão no mercado de trabalho através da Cooperativa. São realizadas ações sócio-educativas reuniões, encaminhamentos à rede de serviços e também reuniões técnicas.

□□ Atendimento Habitacional: Serviço oferecido com o objetivo de facilitar o acesso à orientação, aos mutuários, no que se refere à pós-moradia, e apoiar a equipe da CDHU em todas as etapas do processo de seleção das famílias para a aquisição de moradia, desde a inscrição até a entrega das casas. As ações desenvolvidas são realizadas através orientações gerais, de acordo e renegociação, quitação e abatimento do FGTS, transferência, quitação por invalidez e óbito; declaração/contrato de quitação e financiamento, re-comercialização, 2ª. Via de prestações, declaração quanto ao IPTU; encaminhamento aos setores jurídicos e de engenharia, apoio à inscrição/sorteio, à habitação, quanto ao termo de responsabilidade e nos atendimentos realizados pelos funcionários da CDHU;

□□ Programa Educavida: Programa destinado às famílias que recebem o benefício emergencial da cesta básica, com o objetivo de otimizar o despertar da consciência para a cidadania, fortalecendo e incentivando a autonomia e a socialização dos indivíduos através da realização de reuniões sócio-educativas;

□□ Programa Espaço Solidário: Atende crianças e adolescentes de 06 a 14 anos através da oferta de ações complementares a escola, tendo como objetivo prevenir a exposição das mesmas aos riscos sociais e pessoais, proporcionando a inclusão social e contribuindo na formação de valores e da cidadania;

□□ Projeto Ação Jovem: Tem como objetivo incentivar jovens, na faixa etária de 15 a 24 anos em situação de vulnerabilidade social, através da oferta de ações sócio-educativas e da transferência de renda, a concluírem a escolaridade básica.

Tratando da rede de proteção social básica, atualmente o município dispõe de duas unidades de CRAS, sendo que uma está em processo de implantação no bairro “Primavera”. O CRAS de Lençóis Paulista está localizado no bairro Maestro Júlio Ferrari, abrangendo os bairros: Julio Ferrari, Núcleo Habitacional Luiz Zillo, Jardim América, Jardim Nova Lençóis, Jardim das Nações e Parque Rondon, visto que este território foi identificado como o de maior índice de vulnerabilidade do município, apresentando um percentual de vulnerabilidade de 21%, totalizando 3.505 imóveis. O CRAS referencia 2.500 (duas mil e quinhentas) famílias, sendo atendidas aproximadamente 100 (cem) famílias ao mês.

Ainda tratando da proteção social básica, no território do CRAS os serviços sócio-assistenciais executados diretamente pelo órgão gestor são:

□□ Programa Marisol: Programa desenvolvido com o objetivo prevenir situações de riscos sociais e pessoais e o trabalho infantil, através de ações complementares à escola, de apoio psicossocial e sócio-familiar, às crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 14 anos e 11 meses, prioritariamente àquelas em situação de vulnerabilidade;

□□ Programa Arte & vida: Programa que tem por objetivo incentivar o fortalecimento do

grupo familiar, mediante as ações sócio-educativas e de geração de renda, que venham a contribuir para a sua emancipação e inclusão social. As ações sócio-educativas acontecem por meio da oferta dos cursos de artesanato, cabelo e manicure;

☐☐ Projeto Valorizando a Vida na Terceira Idade: Projeto com o objetivo de prevenir o isolamento social, através do desenvolvimento de ações culturais, educativas, esportivas e recreativas que propiciem a manutenção do papel do idoso na sociedade, valorizando a auto-estima, a solidariedade e a luta pelos seus direitos. São desenvolvidas ações sócio-educativas por meio de rodas de conversa, de dinâmica de grupo, de reuniões e encontros na comunidade. Também são prestados orientações e encaminhamento ao idoso a rede de serviços e cursos de informática para a inclusão digital. (começar no território)

☐☐ Programa de Atenção Integral à Família: Principal programa desenvolvido pelo CRAS, tendo por objetivo desenvolver trabalho com as famílias na efetivação dos direitos relativos às seguranças sociais afiançadas na PNAS, tendo como diretriz central a construção do protagonismo e da autonomia na garantia dos direitos, com a superação das condições de vulnerabilidade social e potencialidades de riscos.

☐☐ Educavida – Desenvolvido junto ao pronto atendimento, atendendo benefícios eventuais em um processo educativo.

Os serviços sócio-assistenciais ofertados por entidades de assistência social não estão localizados no território do CRAS, são apenas realizados encaminhamentos para a rede, portanto, os programas, projetos e serviços executados por entidades de assistência social são:

☐☐ Programa de Ações de Cidadania: Programa executado pela entidade Ação de Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, cuja finalidade é promover ações e atividades que estimulam a prática do exercício da cidadania participativa e solidária, envolvendo toda população e segmentos empresariais no atendimento às famílias em situação de exclusão pela pobreza e/ou no acesso às demais políticas públicas. O Fundo Municipal de Assistência Social repassa a esta entidade o valor de R\$ 20.000,00 por ano.

☐☐ Programa Educando e Aprendendo: Executado pela Legião Feminina de Lençóis Paulista, atende adolescentes do sexo feminino de 15 a 17 anos, com a finalidade de capacitar profissionalmente estas e inserir no mercado de trabalho de acordo com suas aptidões; promover a sua socialização, através da vivência grupal, proporcionando atividades recreativas e de formação psico-social. Este programa recebe do Fundo Municipal de Assistência Social o valor anual de R\$ 21.000,00.

☐☐ Programa de Aprendizagem para Adolescentes: Educação, trabalho, direito e cidadania – O programa atende adolescentes do sexo masculino de 15 a 17 anos. É executado pela

Legião Mirim e tem a finalidade de capacitar e encaminhar estes adolescentes ao mercado de trabalho de forma digna e legal. A entidade recebe do Fundo Municipal de Assistência Social o valor anual de R\$ 24.00,00.

□□ Organização Cristã de Ação Social: Entidade com a finalidade de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, através de ações sócio-educativas às crianças e adolescentes de 0 a 17 anos e a famílias em situação de vulnerabilidade do município. O Fundo Municipal de Assistência Social repassa a entidade o valor de R\$ 9.600,00 por mês.

□□ Programa de atendimento à pessoa com câncer: Executado pela Rede do Câncer, com a finalidade de oferecer apoio material temporário às pessoas acometidas pelo câncer e aos seus familiares. É repassada a entidade, pelo Fundo Municipal de Assistência Social, o valor anual de R\$ 34.000,00.

Agora tratando da Rede de Proteção Social Especial, vale ressaltar que município não dispõe de CREAS, no entanto são ofertados serviços de média complexidade, diretamente pelo órgão gestor, os quais são:

□□ Projeto Virando o Jogo: Projeto que atende crianças, adolescentes e jovens de 07 a 24 anos, com a finalidade de possibilitar a inclusão social da criança, adolescente e jovem em situação de risco social e pessoal, e em conflito com a lei, preparando-os para o exercício da cidadania. São desenvolvidas ações sócio-educativas de complementação do horário escolar e atividades de apoio pedagógico;

□□ Projeto Cuidando Bem de Lençóis: Tem a finalidade de realizar ações sócio-educativas para a inclusão social de adolescentes e adultos em cumprimento da medida sócio-educativa de prestação de serviços à comunidade.

Quanto aos serviços Proteção Social Especial de média complexidade, executados por entidades de assistência social são eles:

□□ Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE): Entidade que tem por finalidade propiciar o atendimento à pessoa portadora de necessidades especiais, em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, oferecendo-lhe oportunidades para o fortalecimento familiar e social, objetivando inclusão social. O Fundo Municipal de Assistência Social repassa o valor anual de R\$ 110.212,00.

□□ Projeto Transformando lixo em moeda social: Executado pela Associação dos Deficientes Físicos de Lençóis Paulista, atende pessoas com deficiência através do fornecimento de material temporário e de atividades de geração de trabalho e renda. A entidade tem por finalidade promover a integração social das pessoas com deficiência, através da defesa e garantia de seus direitos civis e humanos e do desenvolvimento do respeito às suas

capacidades e limitações. O Fundo Municipal de Assistência Social repassa a entidade o valor de R\$ 40.000,00 por ano.

Quanto a Proteção Social Especial de Alta Complexidade, vale ressaltar que são ofertados apenas por entidades de assistência social, sendo eles:

□□ Programa Acolher é Vida: Programa desenvolvido pela Associação Nossa Senhora da Piedade (Casa mãe da Piedade), atende migrantes e a população de rua do município. A entidade tem como finalidade proporcionar o acolhimento e abrigo temporário ao itinerante, migrante e morador de rua.

□□ Programa de Atenção ao idoso: Executado pela Congregação das Irmãzinhas dos Anciãos Desamparados, e tem a finalidade de prestar serviços diurnos aos idosos a partir dos 60 anos, em situação de abandono ou incapacidade familiar, de forma a suprir suas necessidades básicas, através de um atendimento humanizado, num ambiente físico adequado que propicie satisfação e bem estar. O Fundo Municipal de Assistência Social repassa a entidade o valor anual de R\$ 123.000,00.

Perante todas as abordagens tratando da infra-estrutura e serviços sociais do município, fica claro o contexto da população Lençoense, portanto tratar-se-á a questão da formação profissional no município, foco deste trabalho.

8.6 A Formação Profissional no município

A discussão perante a formação profissional no município será aprofundada na análise e interpretação dos dados coletados na pesquisa, porém pode-se retratar que o município é reconhecido por suas ações voltadas à formação profissional e como forma de fazer por cumprir as prioridades da gestão pública o município investiu no Centro de Formação Profissional “Ideval Paccola” que foi criado em 1988, pelo então prefeito Ideval Paccola, relatam Chitto e Chitto (2008, p.307). O centro iniciou suas atividades fornecendo cursos como: marcenaria e carpintaria, obtendo resultados satisfatórios, no próximo ano, realizam parceria com SENAI/Bauru implantando novos cursos, até o ano de 1997 as duas entidades caminham juntas.

Hoje, a entidade apesar de separada do SENAI/Bauru, continua com o mesmo propósito: a formação profissional. O CMFP possui sede em diversos bairros como: Cecap, Vila Ubirama, Jardim Bela Vista, Conjunto Habitacional Júlio Ferrari e alguns cursos na estação ferroviária e oferece cursos como: informática, artesanato, pintura em tecido e

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 20, p. 01-174, jul/dez.2007. SILVEIRA, Graciela Franco; ATAURI, Ilda Chicalé. A política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional.

madeira, costura industrial, marcenaria, mecânica de automóveis, inclusão digital. No ano de 2007 foram abertas quatrocentos e dez vagas, mas os interessados foram setecentos e cinqüenta que passaram por uma prova de seleção para se inserirem nos cursos. O Diretor, hoje, do CMFP é Wanderley Francatti.

Um aliado da qualificação profissional no município, perante a gestão pública, é o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, entidade organizada e dirigida pelas indústrias de São Paulo. No município de Lençóis Paulista a sede oferece cursos de diferentes segmentos e nas oficinas os alunos desenvolvem peças que muitas vezes são utilizadas nas estruturas públicas, um importante projeto realizado foi a confecção de uma cátedra de madeira marfim para receber a visita do Papa Bento XVI na cidade de Aparecida do Norte. No ano de 2007, nas olimpíadas do conhecimento, em nível estadual participaram onze alunos, no torneio nacional, os quais conquistaram nove medalhas de ouro e uma de bronze e em nível internacional, no Japão. (ibid.).

O Município conta com a diretoria de Desenvolvimento, Geração de Emprego e Renda, órgão que geri a política de trabalho, emprego e renda do município. Este órgão traz independência á política visto que seu foco principal é a intervenção na questão do trabalho, ou seja, um órgão gestor direcionado para as intervenções desta política, situação nem sempre encontrada nos municípios brasileiros.

Segue no próximo tópico o relato da pesquisa de campo realizada no município de Lençóis Paulista.

9 RELATOS DA PESQUISA DE CAMPO

9.1 Trajetória metodológica

A Pesquisa desenvolveu-se em suma, nas dimensões científica, social e política, visando à avaliação e ampliação de conhecimento acerca da qualificação profissional da política de trabalho, emprego e renda do município de Lençóis Paulista/SP.

A hipótese sugerida sustentou-se nas transformações das relações de trabalho acerca da economia globalizada e que afetaram diretamente o município, principalmente pela reestruturação das empresas e altas exigências perante a qualificação profissional, de forma

que as políticas de trabalho, emprego e renda, do município, não se colocam na forma de inclusão social, principalmente perante os trabalhadores ou egressos de empresas afetadas por processos de modernização tecnológica, privatização, redefinições de política econômica e outras formas de reestruturação produtiva. A participação social na formulação e avaliação da política no município é nula. O Assistente Social tem como desafio identificar as verdadeiras necessidades sociais, posto que as demandas do mundo do trabalho não se confundem com as reais necessidades sociais da classe trabalhadora, portanto se torna de extrema importância sua inserção na política como forma de identificação das expressões da questão social e garantia dos direitos da classe trabalhadora.

O Processo de pesquisa se deu em uma linha de raciocínio dialética marxista, sendo a pesquisa de natureza aplicada, já que teve o objetivo de gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à intervenção perante as questões específicas da política de trabalho, emprego e renda, envolvendo interesses locais. Os objetivos foram exploratórios, já que se buscou desenvolver e esclarecer conceitos e idéias e aproximar-se das ações desenvolvidas pela política, com vistas a torná-las explícitas. Envolveu pesquisa bibliográfica referente à temática; análise de documentação e pesquisa de campo com pessoas que estiveram envolvidas com política de trabalho, emprego e renda no município.

Na perspectiva de atingir os objetivos propostos no projeto de pesquisa, realizou-se uma abordagem do tipo quali-quantitativa no que se refere à pesquisa de campo. Quantitativa de forma que possibilitasse uma leitura através dos índices e dos percentuais encontrados e qualitativos para análise da subjetividade dos sujeitos envolvidos. A Abordagem da pesquisa atendeu as necessidades, de forma que possibilitou uma análise rica através dos depoimentos obtidos, bem como uma fundamentação através dos dados estatísticos.

O Presente trabalho se desenvolveu durante o ano de 2008 e contou com etapas, sendo primeira referente à elaboração da hemeroteca, postada por artigos referente às transformações e as novas exigências das relações de trabalho, posteriormente realizou-se o fichamento de livros e revistas científicas sobre a política de trabalho e renda visando à compreensão teórica do tema. Todas as etapas citadas serviram de base para a formulação do projeto de pesquisa, que posteriormente foi apresentado de forma impressa ao orientador da pesquisa e de forma oral para o orientador, supervisor campo de estágios e discentes do último ano de serviço social. O projeto de pesquisa foi o norteador dos passos a serem percorridos para que se atingissem os objetivos propostos.

A etapa seguinte da pesquisa tratou-se da elaboração da fundamentação teórica da temática abordada e posteriormente a pesquisa de campo.

A pesquisa de campo pautou-se no objeto de estudo, bem como nos sujeitos

envolvidos, buscando instrumentais adequados a proposta da pesquisa, nesta perspectiva procurou-se optar por procedimentos e instrumentos que possibilitasse uma avaliação da referida política.

Inicialmente apoiou-se na pesquisa documental realizada junto a Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista/SP. Desta maneira a escolha dos sujeitos recaiu sobre representantes de diretorias do município, membros da comissão de empregos do município - COMEMPREGO e autarquias envolvidas com a qualificação profissional, mas após uma nova análise e posterior aplicação do pré-teste do instrumental de coleta de dados modificaram-se os sujeitos da pesquisa para representante da secretaria de desenvolvimento econômico e social do município, bem como os usuários da política de trabalho e renda no campo da qualificação profissional, acreditando-se que desta forma, a opção contemplaria o objetivo da pesquisa, já que os usuários de serviços são os mais capacitados e habilitados para avaliar as ações da política que estão inseridos. Um dos entraves encontrados perante os sujeitos da pesquisa, o que possibilitou uma nova reflexão sobre a escolha destes, foi a falta de interesse dos membros da COMEMPREGO em contribuir com a pesquisa, já que dos 18 (dezoito) membros contatados, alguns nem ao menos sabiam que faziam parte da comissão ou acreditavam que sua gestão já havia acabado, dentre outros que não se interessaram em responder, sendo que alguns alegaram que não estavam mais acompanhando os assuntos relacionados a comissão.

A primeira abordagem dos sujeitos da pesquisa se fez por meio de um formulário, escolhido como instrumental inicial para coleta de dados, já que este possibilita que a coleta de dados se efetive numa relação direta entre o entrevistador e o entrevistado, desta forma enriquecendo a pesquisa. O formulário foi elaborado (Apêndice A) de tipo: duplo, ou seja, com perguntas abertas e fechadas composto por onze perguntas e aplicado á um representante da DDGER, o qual explanou sobre as ações desenvolvidas pelo município perante a política de trabalho, emprego e renda. Posteriormente foram realizadas outras abordagens, agora por meio do instrumental grupo focal, escolhido como forma de obter opinião e atitude referente à referida política, já que o grupo focal trata-se de uma técnica apropriada para verificar o modo com que as pessoas avaliam determinadas políticas, serviços, instituições ou produtos, e que oferece informações qualitativas, sendo utilizada para aprofundar discussões e garantir a confiabilidade dos resultados da pesquisa, já que o uso de "relatos orais" abre para o pesquisador a possibilidade de se aproximar dos sujeitos envolvidos que são fontes inesgotáveis de informações. Segundo Westphal (apud MUNIZ, 1998, p.177): o grupo focal diz respeito a uma sessão grupal de pessoas que representam os sujeitos do estudo e a quem cabe discutir vários aspectos de um tópico específico e a

interação grupal produz resultados e aproximações de problemas, que incorporam uma dimensão do processo cognitivo, só possível de ser obtido em tal situação. Sendo esta, uma técnica que tem sido utilizada tanto por mercadologistas como cientistas sociais, os quais, principalmente os últimos, têm considerado um instrumento valioso na interpretação de fenômenos.

O Grupo focal, (Apêndice B) também chamado de reunião ou entrevista focal foi elaborado mediante dez perguntas norteadoras, relativamente simples, mas importante, que pudesse ser respondida rapidamente e ameniza-se o desconforto dos participantes de falar em público. Os grupos contaram com a utilização de gravador de voz, sendo gravado com conhecimento e autorização prévia de todos os participantes, de forma que se garantisse a fidedignidade das falas. Na aplicação do instrumental grupo focal não se apresentou a necessidade de realização do pré- teste, pois o objetivo da utilização deste instrumental esteve pautado na liberdade da fala e de expor opiniões. Foram realizados 10 (dez) grupos focais, todos com os usuários da qualificação profissional, política de trabalho, emprego e renda do município e tiveram a duração de aproximadamente 20 (vinte minutos), tendo sido todos realizados no local onde se ministravam os cursos de qualificação profissional. Na abordagem do grupo focal também se utilizou o instrumental formulário (Apêndice C), como forma de coletar dados para o levantamento do perfil da população usuária. O pré-teste deste instrumental realizou-se durante a aplicação do primeiro grupo focal e não se constatou necessidade de alteração nas questões. O formulário foi composto por dezoito perguntas fechadas e aplicado em todos os integrantes do grupo focal.

Os instrumentais aplicados foram todos elaborados como forma de atingir os cinco eixos temáticos da pesquisa:

1. Caracterização do perfil da população usuária da política de qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP;
2. Participação social no desenvolvimento e avaliação da referida política;
3. Garantia de acesso, permanência, atendimento as demandas e de produção de conhecimento da política;
4. Otimização de inserção e garantia de permanência no mercado de trabalho;
5. Relevância e desafios do profissional de serviço social inserido na referida política.

Os eixos temáticos foram levantados com base no referencial teórico que embasou a pesquisa, os quais foram apresentados nos capítulos iniciais deste trabalho. A Pesquisa de campo foi realizada durante os meses de agosto e setembro e a análise do material coletado

no mês de outubro de 2008.

O Universo da pesquisa foi formado pelos usuários da qualificação profissional da política de trabalho, emprego e renda do município de Lençóis Paulista/SP e representante da Diretoria de Desenvolvimento, Geração de Emprego e Renda do município, que totalizaram aproximadamente 574 sujeitos no momento da aplicação dos instrumentais, ressaltando o universo dos sujeitos usuários dos cursos de qualificação profissional se alteram constantemente. A Amostragem da pesquisa é não probabilística intencional, já que os grupos foram escolhidos, relacionando-se intencionalmente pelas características estabelecidas, ou seja, representantes dos cursos noturno, diurno e representantes de diferentes oficinas oferecidas. A amostragem é composta por 107 (cento e sete) sujeitos, desta forma analisados 19% do universo da pesquisa. Salientando que foram consideradas como organizações de qualificação profissional, tanto a autarquia municipal centro de formação profissional “Ideval Paccola”, como as oficinas de geração de renda oferecidas pela assistência social e os cursos de qualificação oferecidos pela Diretoria de Desenvolvimento, Geração de Emprego e Renda, ressalta-se que não foram considerados o sistema S, no caso do município de Lençóis Paulista, o SENAI.

Utilizou-se ainda como técnica de coleta de dados a observação assistemática, técnica esta, bastante utilizadas em estudos exploratórios, como a referida pesquisa.

O Tratamento dos dados foi realizado em dois momentos, inicialmente pela tabulação da pesquisa quantitativa, e posteriormente pela transcrição dos dados qualitativos, realizados pelo próprio pesquisador, de forma que a transcrição foi realizada em cópia fiel às gravações. A seguir foi realizada a classificação das falas coletadas, relacionando-as á cada eixo temático da pesquisa, construindo assim a “grelha”.

9.2 Município de Lençóis Paulista/SP: Caracterização e a Política de Trabalho, emprego e renda

O Município de Lençóis Paulista, em uma análise geral e interpretativa dos dados, avançou e muito na política de trabalho, emprego e renda. Criou - se a Diretoria de Desenvolvimento, Geração de Emprego e Renda (DDGER), que implantou programas, visando fomentar a atividade econômica no município, com enfoque para o incentivo, o estímulo e o apoio aos: micro, pequenos e médios empresários, produtores rurais e micro-empresendedores e trabalhadores da economia informal. Avanço quando pensamos que em

alguns municípios a política ainda é gerida pela política de assistência, por secretarias de habitação, desenvolvimento social entre outras, como no caso de Angra dos Reis abordado por Freire; Freire e Castro (2008, p.165): “a política de assistência na região incorporou como principal objetivo a geração de trabalho e renda [...] responsabilidade da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social”. Percebe-se que o município avança com a política de trabalho, emprego e renda quando destina uma diretoria com fins específicos.

A DDGER desenvolve algumas ações voltadas para ampliação do distrito industrial do município, como aprovação de loteamento, concessão das escrituras definitivas aos empresários do local, aquisição de terra para expansão do distrito, elaboração e aprovação concessões de áreas. O Banco do povo o qual presta serviços públicos a quem possui ou quer montar o seu próprio negócio, como um pequeno comércio, uma oficina, uma fábrica de salgados, uma indústria caseira, um salão de beleza ou àquele que exerce uma atividade autônoma como mecânico, eletricitista, artesão e outras. O empreendedor, formal ou informal, quando precisar de um empréstimo, procura o Banco do Povo onde é elaborado um levantamento/processo oferecendo um crédito mais fácil e barato, gerando mais empregos e renda.

Perante o crédito popular (Banco do Povo) salienta-se a conotação de Freire; Freire e Castro (2008, p. 17) os quais afirmam a importância do crédito popular:

Vem se tornando cada vez mais uma estratégia de fomentar recursos financeiros para microempreendedores que não possuem garantias conforme os bancos tradicionais exigem. Ele também pode servir como alternativa para alívio ao desemprego, pois possibilita “a criação de pequenos negócios, na maioria das vezes sob a forma de auto-emprego para populações carentes” (SILVA; OLIVA, 1999, p.35 apud ibid)

No município de Lençóis Paulista, o Banco do povo financiou, até o ano de 2008, em torno de três milhões de reais em 1100 processos de investimento, segundo dados da Diretoria de Desenvolvimento, Geração de Emprego e Renda do município.

A Secretaria também desenvolve as ações do PAT - Posto de atendimento ao trabalhador, um elo entre empresas e trabalhadores que estão em busca de emprego e através de um sistema informatizado, cadastra trabalhadores e empresas, fazendo a intermediação da mão-de-obra. Conforme análise de documentação do município possui mais de 10.000 cadastros e já encaminhou ao mercado de trabalho mais de 900 (novecentos) pessoas, prestando um serviço público gratuito.

A incubadora de empresas, programa implantado para criar aos novos empreendedores as condições necessárias para o início de seus negócios, oferecendo, área para implantação do empreendimento, local adequado com energia, telefone e internet, e toda capacitação técnica gerencial contribuindo para o fortalecimento da empresa nascente. O Programa é uma iniciativa da Prefeitura Municipal em parceria com o SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e atualmente, segundo dados da prefeitura municipal, abriga 6 (seis) empresas, gerando 50 (cinquenta) empregos diretos.

O PAE – Posto de Atendimento ao Empreendedor, durante seu primeiro ano de funcionamento atendeu mais de 1800 clientes, futuros empresários ou donos de seus próprios negócios (dados da prefeitura municipal). O PAE – Lençóis Paulista funciona em parceria com: SEBRAE SP, SENAI, ACILPA – Associação Comercial e Industrial de Lençóis Paulista, ASCANA – Associação dos plantadores de cana do médio Tietê e o Grupo Lwart. Os atendimentos aconteceram através de abordagens individuais, cursos, palestras, seminários, programas e oficinas. Os clientes que necessitam de atendimentos diferenciados são encaminhados a consultorias especialistas no ER BAURU. O SEBRAE – SP através do PAE viabiliza a realização do EMPRETEC e o programa PAS – Programa de Alimentos Seguro no município. Algumas ações são realizadas fora do ambiente do PAE, tais como as teles salas aprenderem a empreender que acontecem no Grupo Lwart, na FACOL e no CMFP – Centro Municipal de formação Profissional, com o objetivo de levar o empreendedorismo a todos.

A grande demanda de atendimento segundo documentação da prefeitura municipal é de empreendedores que querem abrir um novo negócio. Além de todo o atendimento aberto ao público, o PAE tem trabalhado com grupos de prestadores de serviços, plantadores de cana e empresas do ramo de alimentos da cidade auxiliando as empresas a serem implantadas, formalizadas e conseqüentemente evitando encerramento do empreendimento.

Em análise de documentação da prefeitura municipal, observa-se que o cooperativismo e o associativismo também são trabalhados e através da estruturação de diversos grupos tem propiciado a geração de emprego e renda para mais de 150 pessoas. As principais cooperativas implantadas: COOPRELP - Cooperativa de Reciclagem de Lençóis Paulista, conta com 64 cooperados, ex- catadores de materiais reciclados, que através de seus trabalhos operacionalizam a usina de reciclagem e compostagem de lixo. COOPERMONTE - Cooperativa de montagem de embalagens, 24 cooperados que prestam serviços na área de montagem de embalagens, principalmente de cosméticos. COOPERINDICOS – Cooperativa de Costura Industrial de Lençóis Paulista, que conta com 23 cooperadas, costureiras formadas pelo CMFP, que com o apoio da Prefeitura Municipal,

formaram a cooperativa que presta serviços para várias empresas do setor de confecção industrial.

Projeto e Negócio Rápido, da DDGER é um projeto que visa centralizar e agilizar o atendimento ao empreendedor Lençoenses e tem o compromisso de conceder a inscrição municipal no prazo máximo de 48 horas, desde que toda documentação esteja em ordem. É o local onde o empreendedor deve procurar quando for abrir sua empresa, recebendo todas as informações sobre a documentação necessária, inclusive quanto a órgãos externos no âmbito estadual e federal, junto ao quais deverá ser regularizada a empresa para atender à legislação vigente. Além da sala que contempla um programa informatizado, onde via internet, o empreendedor pode abrir fazer sua inscrição e receber o alvará de funcionamento.

Parceria entre a Prefeitura de Lençóis Paulista e mais nove cidades da região, liderados pela CIESP/CODER e assessorados pelo SEBRAE, elaborou um projeto denominado “Circuito Turístico Caminhos do Centro Oeste Paulista”. Um aspecto importante ao desenvolvimento da potencialidade do turismo no município e que está garantido pelo Plano Diretor Participativo, no art. 17, Inciso X, na Seção do Desenvolvimento Econômico, e no art. 34, Inciso VIII, na Seção do Planejamento Rural. Em Setembro de 2007, o município revitalizou o Conselho Municipal de Turismo, que passou a ser instituído por meio da Lei Municipal nº 3.815, em 12 de março de 2008, cujos membros representam setores de interesse à atividade turística no município. O Projeto “Circuito Turístico Caminhos do Centro Oeste Paulista” visa implementar em médio prazo uma região turística na região de Bauru, conseqüentemente gerando emprego. Este projeto é uma iniciativa do CODER – Conselho de Desenvolvimento Econômico Regional (instituição ligada ao CIESP Bauru), dispõe de consultoria em turismo pelo SEBRAE Bauru e apoio do Instituto Soma, OSCIP que fará a gestão do projeto regional. Participam também do projeto outras nove prefeituras municipais: Agudos, Arealva, Avaí, Bauru, Duartina, Iacanga, Macatuba, Pederneiras e Piratininga. Dentre outras ações estratégicas, estão previstas para o projeto até o ano de 2009: orientações para adequações estruturais e de atendimento às propriedades rurais e urbanas que aderiram o projeto; treinamentos e capacitações aos operacionais e empresários dos setores hoteleiro e alimentício; capacitação de artesãos; formatação de roteiros; sinalização turística dentro do território; elaboração de catálogo para agências e operadoras de turismo. O Grupo de Artesanato local tem recebido cursos e orientações para o desenvolvimento de um trabalho artesanal voltado ao bagaço de cana-de-açúcar com o objetivo de fortalecer esta identidade artesanal do município.

A Prefeitura Municipal, através da DDGER, executa de um programa de apoio e

incentivo ao crescimento do artesanato Lençoense buscando como resultado um grupo qualificado e atento à utilização do artesanato como fonte de trabalho e renda, na forma profissional ou voltada para qualidade de vida dos envolvidos. Atualmente, 80 artesãos estão cadastrados na DDGER e na SUTACO - Superintendência do Trabalho Artesanal na Comunidade da SERT- Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Governo do Estado. O grupo recebe o apoio necessário para participação em feiras locais, regionais, exposições de produtos e serviços do setor e cursos de novas técnicas de artesanato.

O Programa Atrair Investimentos é um trabalho constante da DDGER, o qual tem foco na elaboração de material de divulgação das potencialidades do município, como folders, material institucional, entre outros. O Programa fica disponível na internet, mantendo um estreito relacionamento com entidades representativas de classe como a FIESP/CIESP, buscando sempre atrair novos investimentos á cidade.

Dentre a perspectiva das ações desenvolvidas no município perante a política de trabalho, emprego e renda, foi abordada a questão do contexto do trabalhador na realidade do município. Neste sentido sujeito 01 expõe:

Você tem muitas oportunidades de trabalho, se você for aqui em nosso posto de atendimento ao trabalhador, que é nosso balcão de empregos, você vai ver lá hoje que tem 40 á 50 vagas abertas todos os dias, porque não se completa essas vagas? Porque o mercado é muito seletivo ele busca cada vez mais pessoas qualificadas então prá quem tem uma formação profissional, um conhecimento específico de determinada área, a facilidade encontrar trabalho é enorme, a cidade está em desenvolvimento e as opção são muito grande, falta gente para trabalhar, qualquer empresa que você vai na cidade hoje, busca desesperadamente gente para trabalhar, só que ele quer gente qualificada, então o mercado ele está em franco desenvolvimento, então o que a gente fala sempre, que a pessoa precisa buscar qualificação, os números mostram exatamente isso que estou te falando.

Abordando a questão da modernização do aparelho produtivo, as novas relações postas á classe trabalhadora e a aceleração das exigências perante a qualificação profissional, conforme salienta Alves e Vieira (1996, p.122) que “a disponibilidade de trabalhadores com grau de conhecimento condizente com as necessidades desse modelo assegura a rapidez com que se dará a aprendizagem e a capacitação” trazendo a tona à importância da discussão perante a qualificação profissional. Neste contexto, o sujeito 01 expõe seu ponto de vista perante esta realidade no município:

O mercado de trabalho em Lençóis ele é atrativo, porém segue a tendência mundial da qualificação então quem não tiver qualificação, não consegue, aí que entra as outras ações, que eu, o governo estou procurando fazer para amenizar o problema e desenvolver algumas ações prá esta mão de obra não especializa desenvolvendo o artesanato, o turismo, as cooperativas, as associações, cursos técnico de artesanato, algumas ações que de alguma forma crie uma situação favorável para quem não tem tanta opção de encontrar dentro do ambiente de trabalho a possibilidade de emprego, mas o mercado é muito bom

Ações prá mão de obra não especializada são desenvolvidas através do incentivo ao artesanato, o turismo, as cooperativas, as associações, cursos técnico de artesanato, algumas ações que de alguma forma crie uma situação favorável para quem não tem tanta opção de encontrar dentro do ambiente de trabalho a possibilidade de emprego, também atendemos a formação profissional, através do centro municipal de formação profissional, que é um “buta” de um trabalho, que vale a pena conhecer e além desta opção tem o SENAI, que possui cursos gratuitos de formação profissional e depois as empresas particulares. Eu acredito que não falta oportunidade para estudar, acho que falte talvez seja um pouco mais de educação e a pessoa escolher muito bem o que ela quer fazer. O município que faz as ações e faz bastante, se você pegar os números é em torno de 400 á 500 pessoas que fazem esses cursos durante o semestre. O Centro é uma autarquia municipal e não é uma política de governo.

Ressaltando ponto extremamente importante: a Intersetorialidade ou relações intersecretariais, o PNQ (BRASIL, 2003) salienta a necessidade de articulação da política de trabalho, emprego e renda junto às demais políticas públicas e perante a importância desta articulação no município o sujeito 01 explana:

Eu tenho um excelente relacionamento com a primeira dama, Dn^a. Joana e inclusive diversas ações eu fiz em parceria com ela como por exemplo, o curso de bagaço de cana, foi ela que me arrumou o curso, o material, então fizemos em uma parceria, desenvolvemos o curso do SESI alimente-se bem em parceria com ela, mas várias atividades lá, é uma iniciativa deles, com projetos da política de assistência social, a gente acaba interagindo, mas não tem uma interferência direta, nem dela aqui e nem deu lá, lá tem um cunho mais social. Aqui a gente trabalha junto, mas as ações que eles estão desenvolvendo lá, desde o tricô, bolachas, pãozinho, estas ações de geração de renda da assistência atende mais as mulheres, tem mais

esse cunho social, então não é que não seja responsabilidade minha, mas a gente trabalha junto com atividades paralelas, acredito que no final até com o mesmo objetivo, mas com algo mais focado lá na assistência. O que eu espero fazer com os cursos de bagaço de cana, ver se ele pega mais, ampliar, fazer uma escala, comercializar para se ter uma renda.

Ao se tratar da importância e relevância de um profissional de Serviço Social inserido na política de trabalho, emprego e renda, o sujeito 01 salienta:

Eu acho imprescindível, no entanto que outros projetos que a gente desenvolve, o assistente social faz parte, como por exemplo, a cooperativa de reciclagem, nós formamos a cooperativa, que se chama COOPRELP, em parceria com a secretaria do meio ambiente, os catadores de materiais reciclados, a minha diretoria e a ADEFILP, associação dos deficientes físicos e hoje são 60 famílias que operacionalizam a nossa usina de reciclagem, então todo lixo que nós produzimos vai prá lá, lá eles separam todo o lixo, depois e prensado e vendido e o dinheiro arrecadado é dividido entre eles, inclusive a cooperativa ganhou muitos prêmios, porque o pessoal é organizado, conseguiu fazer a gestão do negócio e foi em frente, basicamente é isso, e lá desde o primeiro dia que formamos uma cooperativa, tinha e tem uma assistente social acompanhando para cuidar da família, orientação, conscientização, colocamos o próprio SEBRAE para falar da importância do cooperativismo, associativismo, juntos nós somos fortes, eu acho que em todas as ações esse papel tem que ter um profissional especializado, no caso o assistente social. Nós vivemos em sociedade e se não trabalharmos a consciência social fica complicado, sabemos que é um trabalho em longo prazo e as vezes até de mudanças para próxima geração.

As ações da política de trabalho, emprego e renda do município foram evidenciadas neste item, de forma superficial e dispondo da fala de apenas um sujeito, representante da política, de forma que se tenha uma visão de sua totalidade, mas o campo da qualificação profissional será tratado especificamente nos itens posteriores, abordando as falas dos sujeitos usuários desta política.

9.3 A qualificação profissional no município

A análise dos dados se deu na forma de avaliação da política de trabalho, emprego e renda no município de Lençóis Paulista/SP com foco para a qualificação profissional, já que decorrente das constantes transformações no mundo do trabalho, o mercado passa a exigir

novas habilidades e qualificações aos trabalhadores, sendo a política de qualificação profissional uma forma de inclusão social da classe em situação de exclusão do mercado de trabalho.

Como não poderia deixar de se realizar, os eixos norteadores da pesquisa foram dados pelo objetivo da pesquisa, que teve de forma geral a proposição de identificar o contexto e avaliar as contribuições, as lacunas e o grau de participação social na implementação e avaliação das políticas de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional, bem como o perfil da população usuária desta política no município de Lençóis Paulista/SP como forma de inclusão social e redução das desigualdades sociais, desvelando os desafios e a relevância do profissional de serviço social inserido nesta política. Portanto os eixos norteadores da pesquisa foram cinco, sendo estes: a caracterização do perfil da população usuária da política de qualificação profissional, a participação social no desenvolvimento e avaliação da política, a garantia de acesso, permanência, atendimento as demandas e de produção de conhecimento da política, a otimização de inserção e garantia de permanência no mercado de trabalho e a relevância e desafios do profissional de Serviço Social nesta política.

A orientação de toda a pesquisa se deu no contexto de que as relações de trabalho vêm passando por transformações decorrentes da economia globalizada, que a política de trabalho, emprego e renda deve se firmar como fator de inclusão social e o assistente social têm como desafio identificar as verdadeiras necessidades da classe trabalhadora de forma que se implemente ações que possibilitem a inclusão social.

Para que se tenha coerência nos resultados, a opção metodológica de uma pesquisa quali-quantitativa possibilitou que os dados quantitativos servissem de apoio aos qualitativos e traçasse o perfil da população usuária desta política e as informações colhidas pelos instrumentais: quantitativo e qualitativo foram trabalhados de forma articulada para que se atinja o objetivo da avaliação da política.

9.3.1 Perfil dos sujeitos usuários da política

Na forma de que se compreenda a realidade dos usuários desta política, foi efetuado o levantamento de seu perfil, como primeiro eixo da pesquisa, já que a condição socioeconômica, inserção social, idade, formação intelectual, história, são determinantes na inserção no mercado de trabalho, portanto, a análise será iniciada pela caracterização dos usuários da

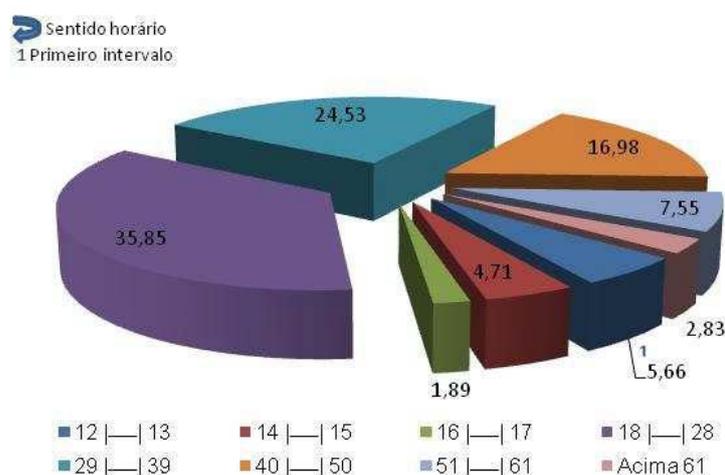
política de trabalho, emprego e renda, no campo da qualificação profissional, no município de Lençóis Paulista/SP.

Constatou-se que os usuários da política de trabalho, emprego e renda, campo da qualificação profissional, situam-se predominantemente na faixa dos dezoito aos vinte e oito anos de idade (35,85%) e posteriormente dos vinte e nove aos trinta e nove (24,53%). Considerando esta faixa etária, independentemente do sexo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD afirma que no ano de 2004, do estado de São Paulo, os jovens apresentam as maiores taxas de desemprego, a faixa etária de 18 a 24 anos contribui com 20,3% do total dos dados. Isso indica que a idade é um importante fator diferenciador na obtenção de um emprego, portanto se justifica a maior procura desta faixa etária pela política de qualificação profissional. Observam-se estes dados na figura 01 á seguir:

Figura 01

IDADE DOS USUÁRIOS

Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Tratando da escolaridade, pode-se verificar que os números de sujeitos que possuem ensino médio e aqueles que não possuem foram bastante acirrados, mas os números mais

consideráveis foram dos sujeitos que possuem ensino médio, (50%) (Figura 02) seguidos daqueles que não possuem (48,11%), sendo que deste 72,64% (Figura 02) não estão freqüentando a escola. Ainda tratando a escolaridade, agora incluindo todas as etapas do estudo, observa-se que a relevância se dá pelos sujeitos que possuem segundo grau completo (30,19%) (Figura 03), mas 28,30% (Figura 03) não possuem ao menos o primeiro grau completo. Estas características, obviamente, colocam limites aos avanços da qualificação profissional, já que a baixa escolaridade do trabalhador configura hoje um sério obstáculo para a efetivação de uma qualificação profissional de inclusão social, sem considerar a conjuntura das relações de trabalho, que requer um trabalhador preparado e qualificado. Pode-se justificar com a pesquisa do ano de 2005, do Banco Mundial que aponta, no Brasil, as pessoas com curso superior têm 20% mais chance de obter um emprego, em relação às pessoas que possuem apenas o curso elementar. Neste Contexto, Alves; Vieira, 1996, p.123 refere-se sobre o perfil do trabalhador contemporâneo:

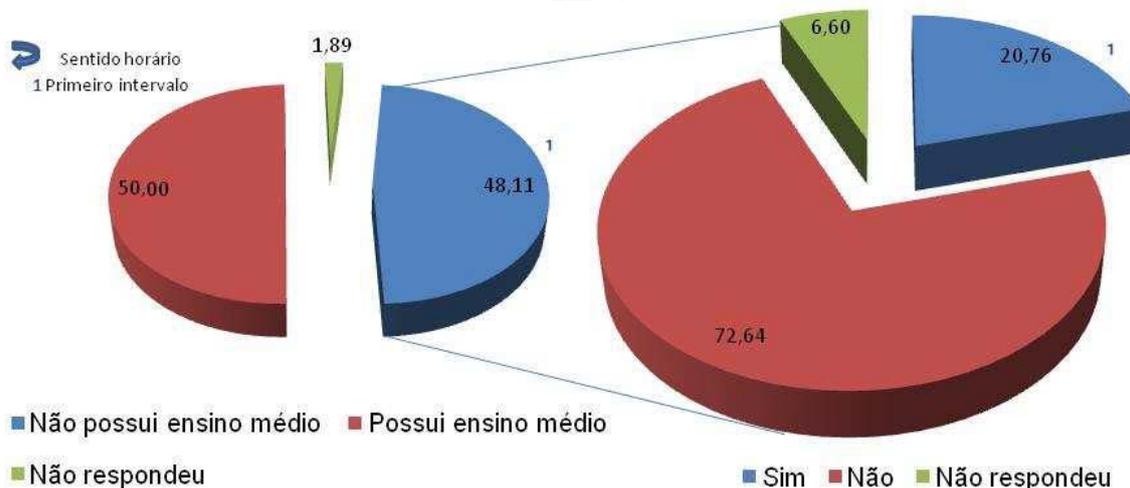
Um novo perfil de qualificação do trabalhador é fundamental ao novo contexto, no qual sobressai em primeiro plano — vale a pena insistir — a importância da educação básica. O núcleo de conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridos ao longo do processo educacional constitui um requisito essencial para que a força de trabalho possa ampliar as oportunidades de incorporação e de desenvolvimento no futuro mercado de trabalho, objetivando sua valorização pessoal e profissional e o atendimento às novas exigências de qualificação.

Além disso, as pessoas com curso superior possuem 38% menos propensão a ficar desempregadas e, quando ficam, conseguem emprego em um período seis vezes menor. Neste contexto, realizando uma análise do município, com dados coletados do SEAD no ano de 2000, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos e mais no município é de 8,07%, enquanto do estado de São Paulo é 6,64%, e a média de anos de estudo da população de 15 a 64 anos é 6,93, enquanto o estado de São Paulo conta com 7,64.

Figura 02

USUÁRIOS COM ENSINO MÉDIO – FREQUÊNCIA ESCOLA

Em %

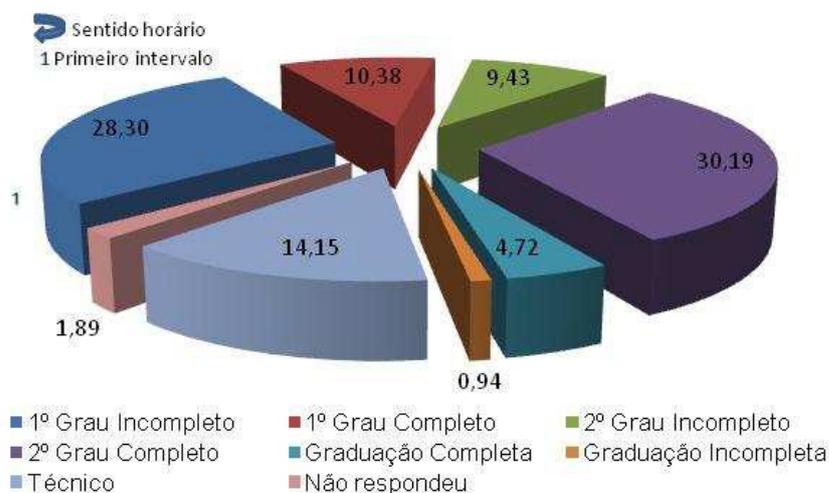


FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Figura 03

ESCOLARIDADE DOS USUÁRIOS

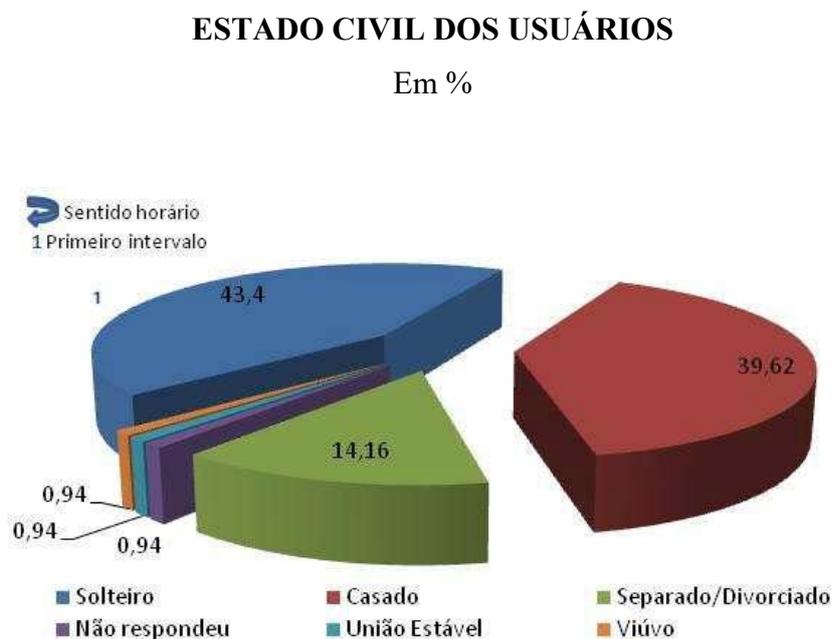
Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

A relevância está no número de sujeitos solteiros (43,4%), seguido dos casados com 39,62%, os quais podem ser verificados na figura a seguir:

Figura 04



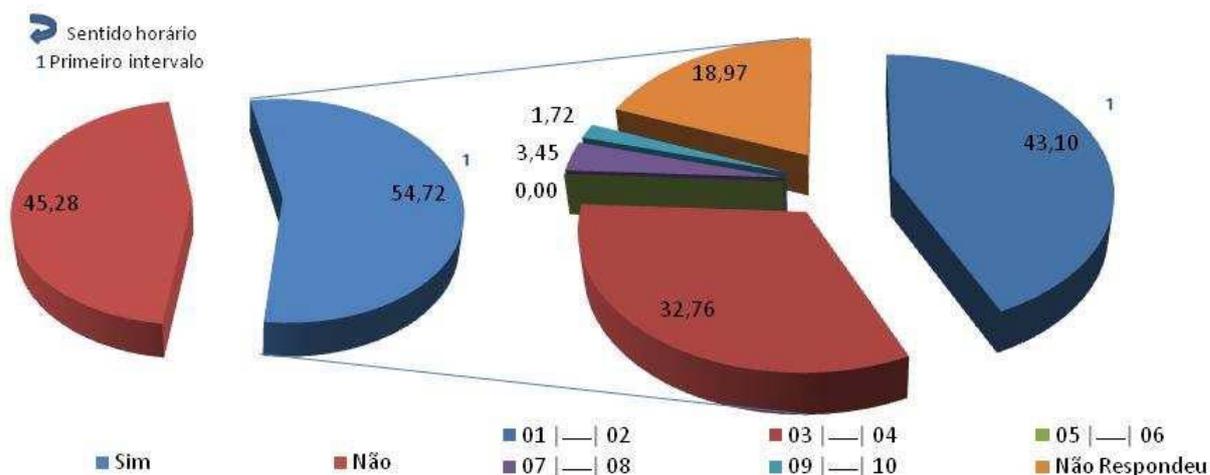
FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

O quadro que apresenta o perfil dos sujeitos da pesquisa (Apêndice D) permite a visualização que dos depoentes com filhos, aqueles que possuem mais que dois (37,93%) são na maioria os sujeitos que não possuem o segundo grau de escolaridade. Isso possibilita a análise de que o aumento da escolaridade possui estreita relação com a redução da taxa de fecundidade. Conforme figura 05 a seguir, verifica-se que o número mais significativo dos depoentes são os que possuem filhos, representando 54,72%, sendo que o número mais constatado foi das famílias com 1 a 2 filhos, correspondendo 43,10%. Verifica-se na figura a seguir:

Figura 05

**USUÁRIOS COM FILHOS –
 NÚMERO DE FILHOS**

Em %



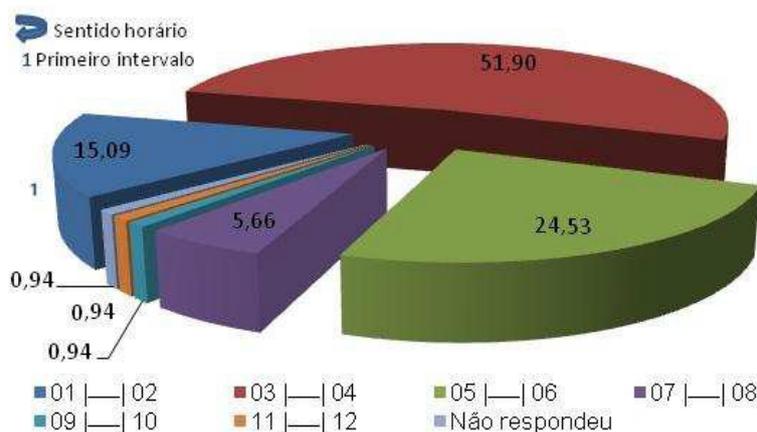
FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Conforme figura a seguir, 51,90% das famílias dos sujeitos pesquisados possui de três á quatro membros

Figura 06

NÚMERO DE MEMBROS NA FAMÍLIA

Em %



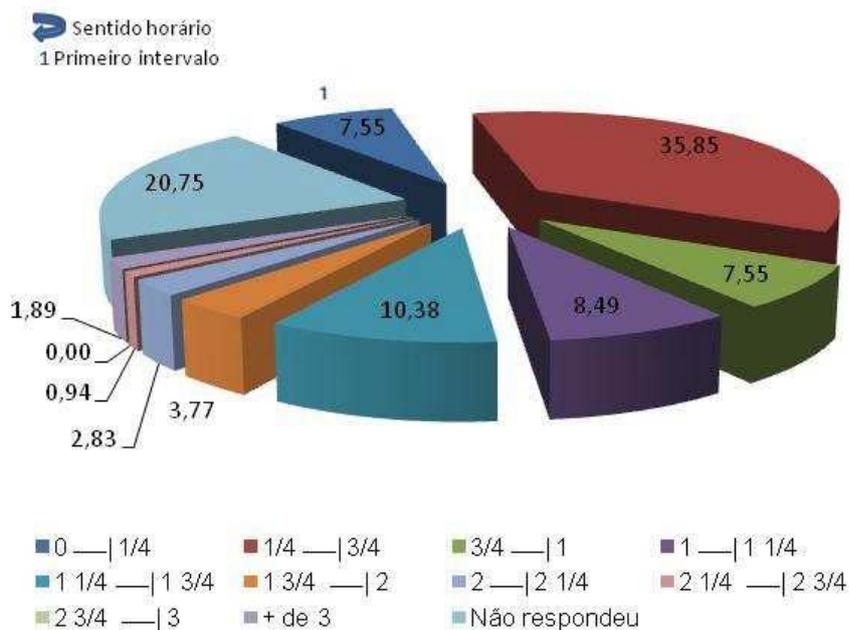
FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Observa-se ainda que os dados mais relevantes sejam em relação aos depoentes que recebem de $\frac{1}{4}$ a $\frac{3}{4}$ de salário mínimo (35,85%) de renda per capita. Do ponto de vista da renda em relação à escolaridade, já que a remuneração média cresce à medida que cresce a escolaridade, a diferença do salário médio entre os trabalhadores analfabetos, e aqueles que têm curso superior completo, é de 5,78 vezes, no Estado de São Paulo, segundo fonte DIEESE/SEADE e entidades regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego (2003). Ao Observar o quadro que apresenta o perfil dos sujeitos da pesquisa (Apêndice D) permite-se a visualização de que os sujeitos que possuem o ensino médio possuem em média uma renda 49,46% maior que aqueles que não possuem o ensino médio, mais uma confirmação da estreita relação entre escolaridade e renda. Realizando uma análise do município pode-se verificar que a renda média per capita da população, segundo dados SEAD – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (2000) é de 2,31 salários mínimos, abaixo da média do Estado de São Paulo com 2,92.

Figura 07

RENDA PERCAPITA DOS SUJEITOS

Em Salários Mínimos



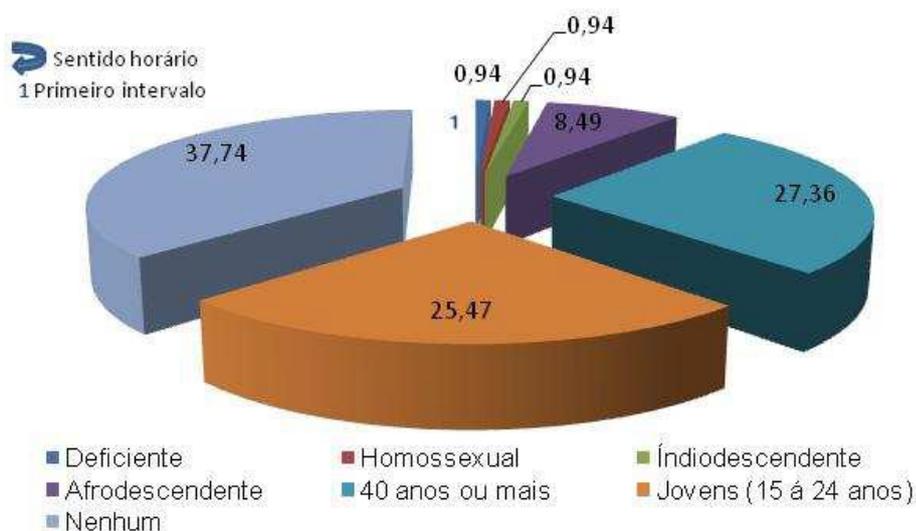
FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Relacionando a fundamentação teórica deste trabalho (Qualificação Profissional – Processo Histórico. p. 48), pode-se visualizar que as aplicações de recursos do FAT possuem uma população prioritária, colocada pela política nacional de qualificação (BRASIL, 2003), são pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente, particularmente trabalhadores com baixa renda e baixa escolaridade e populações mais sujeitas às diversas formas de discriminação social e, conseqüentemente, com maiores dificuldades de acesso a um posto de trabalho, ou seja, este público é o prioridade da política. Conforme a pesquisa ficou constatado que a maioria (37,74%) não pertence aos grupo de deficientes, homossexual, indiodescendente, afrodescendente, 40 anos ou mais ou jovens (15 á 24 anos, conforme definição da Assembléia Geral das Nações Unidas e Banco Mundial).

Figura 08

PERFIL GRUPO PRIORITÁRIO DA POLÍTICA

Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

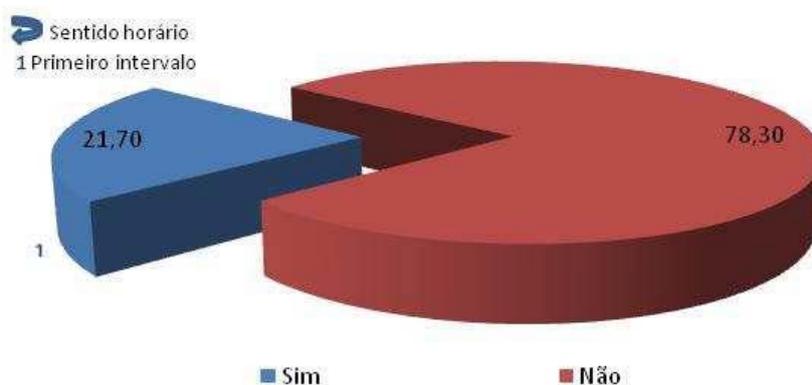
A Política Nacional de Qualificação coloca como população prioritária: pessoas beneficiárias de políticas de inclusão social, portanto pode-se verificar na Figura 09 que a maioria (78,30%) dos usuários não recebem benefícios de transferência de renda. Na figura 10 observa-se que 74,53% (maioria) não participam de projetos, programas ou serviços da assistência social e ainda na figura 11 verifica-se que 82,08% (maioria) não fazem parte da categoria de ex-trabalhador infantil, em situação de medida sócio-educativa ou egresso do sistema penal. Nesta perspectiva, estes dados podem ser relacionados ao índice paulista de vulnerabilidade social do município – IPVS, ano 2000, já que segundo conceito do próprio índice, a vulnerabilidade de um indivíduo, família ou grupos sociais refere-se à maior ou menor capacidade de controlar as forças que afetam seu bem-estar, portanto, a vulnerabilidade à pobreza não se limita em considerar a privação de renda, central nas medições baseadas em linhas de pobreza, mas também a composição familiar, as condições de saúde e o acesso a serviços médicos, o acesso e a qualidade do sistema educacional, a possibilidade de obter trabalho com qualidade e remuneração adequadas, a existência de

garantias legais e políticas, etc. Nada melhor que o IPVS para apresentar o contexto municipal nesta perspectiva. Segundo o índice a maioria (40,4%) da população municipal pertence ao grupo de vulnerabilidade alta (22.188 pessoas), índice abaixo da média estadual que apresenta como maioria (23,3%) o grupo de vulnerabilidade muito baixa. Levando a uma reflexão sobre perfil do público ao qual se espera atingir pela política, que conforme o PNQ são pessoas mais vulneráveis econômica e socialmente e o público que realmente está se atingindo.

Figura 09

RECEBE BENEFÍCIOS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA?

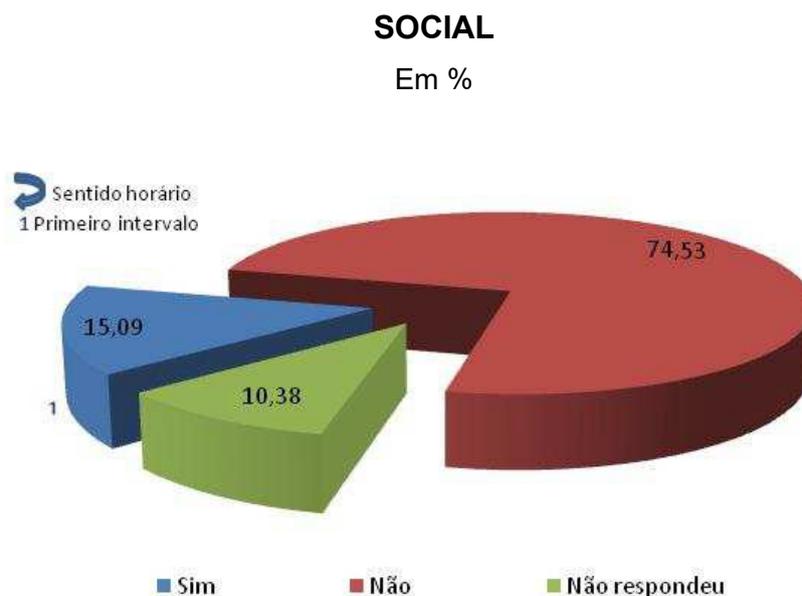
Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Figura 10

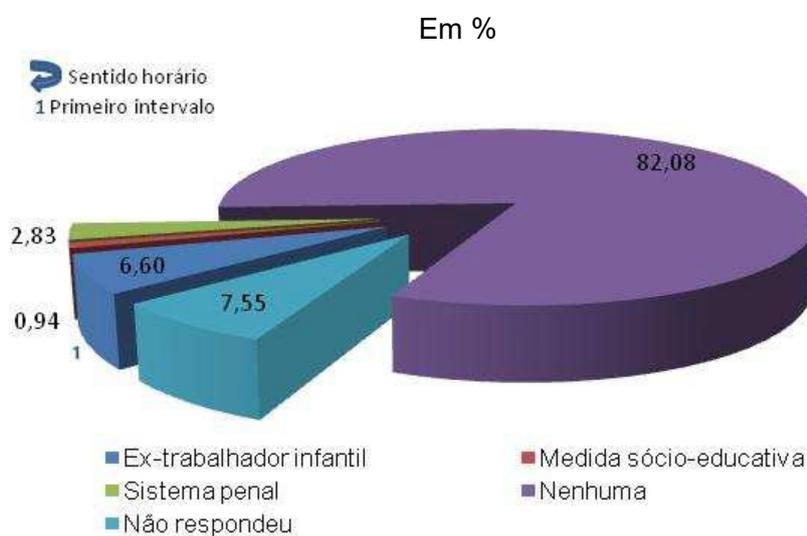
PARTICIPAÇÃO PROGRAMAS, PROJETOS OU SERVIÇOS DA ASSISTÊNCIA



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Figura 11

PERTENCE PÚBLICO PRIORITÁRIO?



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Aspecto bastante importante no levantamento do perfil da população usuária se dá na situação e inserção no mercado de trabalho, ficando constatado considerável número (44,34%) de usuários que se encontravam em situação de desemprego. Diante dos usuários empregados (39,61%), a relevância (50%) foi daqueles que estavam inseridos no mercado de trabalho de maneira formal, ou seja, com carteira assinada. Realizando uma análise situacional, o município, segundo o CENSO/2000 – IBGE, dispõe de uma população economicamente ativa de 26.800 (48,84% da população), desta população 4.526 (16,84%) encontra-se desocupadas, ou seja, em situação de desemprego. Perante a questão do desemprego, os dados do CAGED – Ranking da Geração de Emprego por Municípios de janeiro a maio de 2008, demonstram que Lençóis Paulista está no ranking das cem cidades brasileiras que mais geraram empregos nos primeiros cinco meses de 2008. O levantamento foi feito pelo Ministério do Trabalho, com base nos registros do CAGED (Cadastro Geral de Emprego e Desemprego). O levantamento do ministério aponta que de janeiro a maio Lençóis criou 2.174 empregos com carteira assinada. Para chegar aos números, o Ministério compara o número de contratações e o número de demissões registradas a cada mês em todo o país. Se o número de contratações é maior que o de demissões, significa a criação de novos empregos. Neste contexto, a agropecuária ainda é o setor com maior saldo, com 1.653 (76,03%) vagas de janeiro a maio. O setor de comércio e serviços vem em segundo lugar, com 170 novas vagas. Em terceiro aparece a construção civil, com a criação de 165 vagas. O setor industrial também criou 148 novas vagas entre janeiro e maio. Portanto verifica-se que a distância entre o número de vagas geradas pelo setor agropecuário, o primeiro colocado no número de vagas é bastante distante do segundo colocado, quase dez vezes menos vagas, ou seja, o setor que levanta os índices do município é o setor agropecuário com a liderança de 76,03% das vagas geradas pelo município e neste setor a vaga que mais emprega é a de trabalhador da cultura de cana-de-açúcar com 1.401 vagas geradas (Tabela 02), ou seja, 64,44% de todas as vagas geradas no município. Lembrando que a safra da cana-de-açúcar inicia-se em torno do mês de abril de cada ano, portanto a crescente contratação nos primeiros meses do ano. O que aparentemente apresenta ser um relevante índice, pode se tornar preocupante quando se lembra que prazo para acabar com as queimadas da cana-de-açúcar em áreas planas do Estado é antecipado de 2021 para 2014, e junto ao fim das queimadas acompanha as mudanças definitivas na cultura da cana-de-

açúcar, a mecanização da colheita é a primeira delas, que vem acompanhada da redução de empregos e aparentemente o município vai ser impactado e muito, já que 64,44% das vagas geradas estão no contexto do trabalhador da cultura de cana-de-açúcar. Sem falar na questão de que muitos dos trabalhadores da cultura de cana-de-açúcar são migrantes, portanto, as vagas acabam não sendo destinadas aos moradores do município.

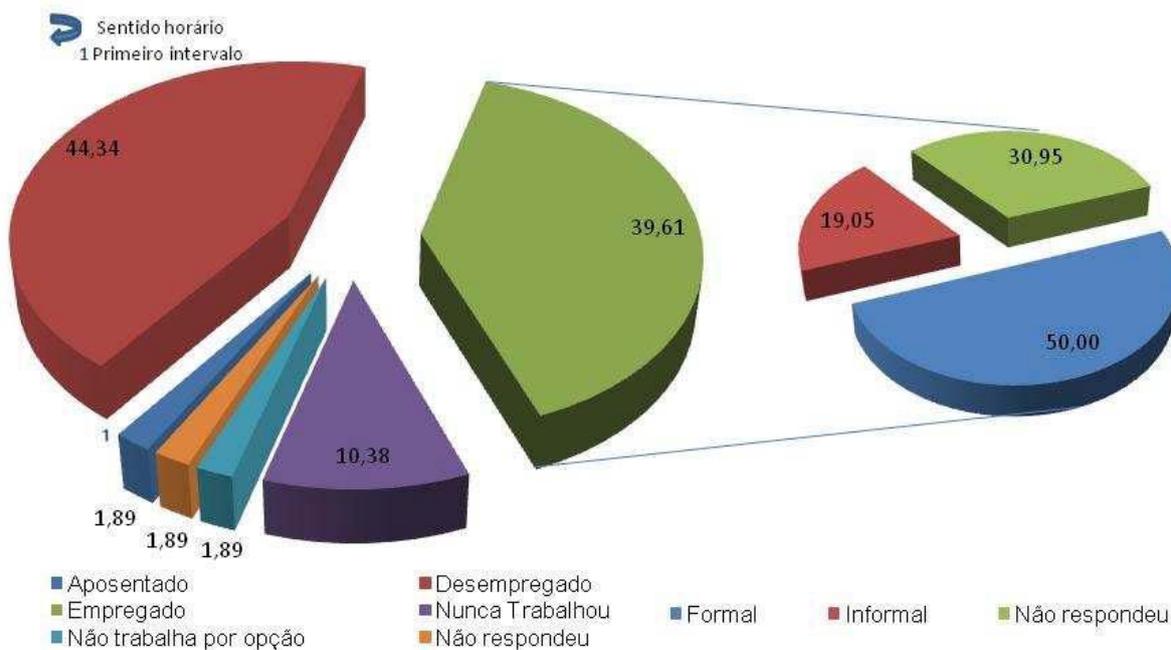
Quando questionado o representante da política de trabalho, emprego e renda perante as ações que são desenvolvidas para atender os trabalhadores rurais que dentre de alguns anos estarão fora de mercado devido a mecanização do corte de cana-de-açúcar, este ressalta:

Nós vamos criar um programa, que está em andamento, criando esse programa para atender uma necessidade do município e esse programa vai ser construído a quatro mãos, exatamente prá você ser o mais objetivo possível e não fazer cursos que a pessoa depois não é absorvida no mercado, não vai adiantar eu formar um artesão de calçado, por exemplo, se o mercado não absorve depois, então na elaboração deste programa municipal de qualificação, com quatro mãos, nós vamos acertar com certeza o alvo. O Programa já está iniciado, e Le já começou, já foi rascunhado e agora vem uma situação que eu não consigo resolver, pois estamos no meio de uma transição política, na síntese é assim, eu vou começar, vou me organizar e vou estar passando isso prá próxima gestão, que pode ser a nossa, continuidade da nossa e se isso acontecer maravilha e se não for o próximo prefeito recebe um trabalho já em andamento se ele quiser continuar, continua e ele não quiser o ônus é dele, ele terá o ônus ou o bônus, nós vão fazer nossa parte, enquanto responsável por esta área aqui, eu tenho a responsabilidade de iniciar esse trabalho agora se ele vai continuar já foge de minha alçada. (Sujeito 01)

Figura 12

SITUAÇÃO E INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Quando questionados sobre a profissão/cargo que exercem no mercado de trabalho, os depoentes relataram serem: artesões (3), faxineiros (3), auxiliar de produção (2) e margaref (2), observando-se que nenhuns dos sujeitos eram trabalhadores da cana-de-açúcar.

Entretanto estes foram os dados levantados perante o perfil da população usuária da qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

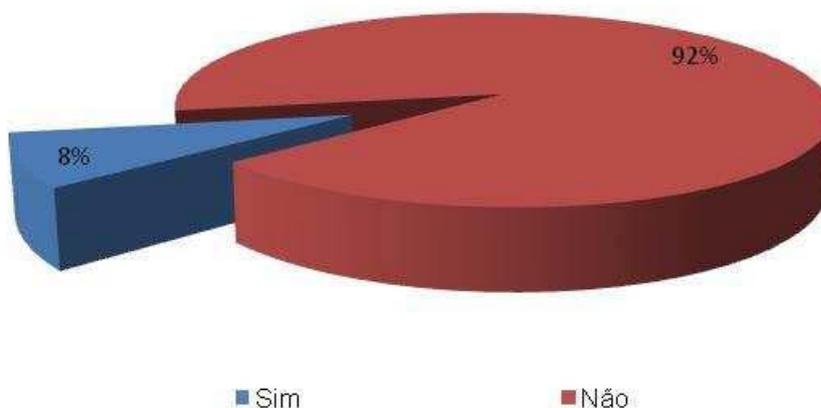
9.3.2 *Participação social no desenvolvimento e avaliação da política*

O segundo eixo da pesquisa, participação social no desenvolvimento e avaliação da política, revelou que os sujeitos ao serem questionados se já haviam participado de discussões ou pesquisas sobre os projetos, programas ou serviços municipais de emprego e qualificação profissional, 92% nunca participou do desenvolvimento ou avaliação da política.

Figura 13

PARTICIPAÇÃO EM DISCUSSÕES OU PESQUISAS RELATIVAS Á PROJETOS, PROGRAMAS OU SERVIÇOS DA POLÍTICA

Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Observa-se que a participação social no desenvolvimento e avaliação da política é bastante limitada, inclusive na conceituação do que expressa a efetiva

participação social. Um dos sujeitos abordou a participação social como discussões de sua entidade religiosa:

Eu participei, mas não assim do município, foi lá na minha religião, lá a gente montou um grupo de pessoas para ajudar as pessoas a ingressarem no mercado de trabalho, como fazer isso, uma empregada doméstica ensinar a fazer para ter uma noção básica. (Sujeito Grupo Focal08)

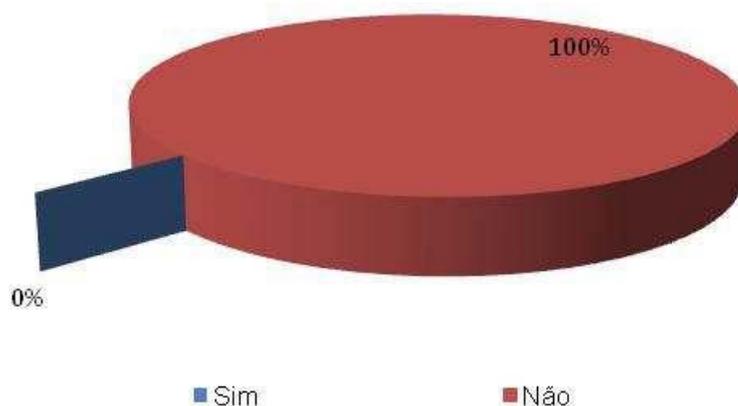
Esta fala evidencia uma reflexão, a qual a sociedade se envolve na implementação de ações sociais vinculadas a religião, comunidade, clubes etc. e deixam a participação perante as questões políticas em segundo plano, como exemplo, pode ser citado a conferência da cidade, que não se realizou no ano de 2007 e 2008, segundo representante do poder público, por não haver interesse da sociedade, lembrando que esta conferência é um mecanismo de gestão democrática. Dentre estas e outras ações a sociedade acaba enfraquecendo o envolvimento político da vida urbana. Minetto (2005, p.23) salienta que “o grande desafio da participação caracteriza-se na busca de uma nova cultura político-democrática e de uma sociedade que seja capaz de ser protagonista da vida urbana, tendo como desafio vencer as atitudes centralizadas”, portanto se faz necessário que a sociedade busque uma nova cultura política de envolvimento nas ações do poder público de forma que sejam capazes de superar as “normas ditadas pelo chefe maior (prefeito municipal), as quais não se questionam, cumpri-se” (ibid. p.23) e transformem a realidade em que estão inseridos através da busca de um governo democrático. Para isso é necessário que se transforme a “dinâmica da gestão, no plano social, cultural e territorial, estabelecendo novas regras de convivência entre poder político, social e econômico” (ibid. p.23), ou seja, é necessário o envolvimento da população perante as questões políticas em busca de uma gestão democrática de governo e uma visão holística das relações que se desenvolvem neste contexto. A participação da sociedade é base de sustentação da busca pelas transformações.

Analisando a questão da comissão municipal de emprego – COMEMPREGO, os sujeitos envolvidos na pesquisa, quando questionados sobre o conhecimento ou a existência da comissão, todos (100%) afirmam “nunca ouviram falar”, conforme demonstra a figura 14.

Figura 14

COMISSÃO MUNICIPAL DE EMPREGO – CONHECIMENTO USUÁRIOS

Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Muitos dos entrevistados confundiram a comissão de emprego com o posto de atendimento do trabalhador, o que mostra claramente a falta de conhecimento destes sujeitos perante as discussões políticas e principalmente perante a representação social, ilustra essas visões as seguintes falas:

Aqui em Lençóis? Nunca ouvi nem comentar. (Sujeito Grupo Focal 05)

Nunca ouvi falar. Não é o PAT?. O Posto de Atendimento ao Trabalhador?. (Sujeito Grupo Focal 09)

Comissão que você fala não é no PAT?. (Sujeito Grupo Focal 02)

No contexto da participação social sob ótica dos gestores públicos, fica claro preocupação “teórica” perante o assunto, já que é evidente a necessidade da participação social da avaliação e implantação das políticas públicas. Nesta perspectiva observam-se as

falas á seguir:

Todas as ações que o município desenvolve, tanto é que o slogan do governo [...] é governo solidário, então as ações nossas buscamos trazer a sociedade para participar, por exemplo, o plano de qualificação, feito junto do governo de estado, foi feito através da comissão municipal de emprego, representante dos empregadores, representantes dos trabalhadores, do poder público. (Sujeito 01)

O Banco do povo é uma parceria da prefeitura com a secretaria de emprego e relações de trabalho do governo do estado, no banco do povo você tem o comitê gestor que analisa todos os projetos, quem participa: Sindicatos, representantes da caixa econômica federal, estadual, representantes da prefeitura, representantes dos trabalhadores, então a idéia sempre é essa que a sociedade participe, ou dando idéia, sugestões ou até economicamente falando prá poder fazer com que os projetos implantados tenham muito mais resultados. (Sujeito 01)

Conforme relatado anteriormente no item que trata da trajetória metodológica da pesquisa, alguns dos membros da COMEMPREGO não se reconheceram como representantes. Situação que se evidencia pela seguinte expressão: essa comissão foi feita atendendo as necessidades e um pedido do governo de Estado, ela não está ativa atualmente (informação verbal) ¹,

A participação social se apresenta como mecanismo democrático de ampliação da cidadania, colocando-se além de apenas uma reivindicação política e sim um parâmetro de elaboração de um modelo de gestão de Estado democrático, para que se constitua uma esfera pública que atenda as demandas sociais. É preciso que se pressuponha “a mobilização e a ação coletiva dos cidadãos preocupados com assuntos de interesse geral e/ou particulares, firmando o sentido do “público” com base nos princípios da argumentação, das garantias ao privado e da participação cidadã”. (FREIRE; FREIRE; CASTRO, 2008, p.118).

A Política Nacional de Qualificação (BRASIL, 2003) fundamenta-se em alguns eixos. Quanto à dimensão institucional, torna-se estratégica a integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas em relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento, dentre outras, o que torna ainda mais estratégico o papel do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT e das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho, garante uma efetiva participação e controle social e reafirma a importância da participação social no desenvolvimento e avaliação das políticas.

¹ Fala do sujeito 01 da pesquisa, em Lençóis Paulista/SP, outubro de 2008

Contexto bastante importante sob esta análise é a extinção do PLANFLOR, realizada pelo ministério do trabalho e instalação o PNQ, já que segundo este ministério ficou evidenciado importantes lacunas nesta política e dentre elas a fragilidade das Comissões Estaduais e Municipais de Trabalho – CETs e CMTs, como espaços capazes de garantir uma participação efetiva da sociedade civil na elaboração, fiscalização e condução das Políticas Públicas de Qualificação, ficando evidenciado que apesar da extinção do PLANFLOR e implantação do Plano Nacional de qualificação, no município de Lençóis Paulista estas lacunas ainda prevalecem.

Uma fala significativa nesta perspectiva, a qual resume a importância da participação social é a do sujeito representante do poder público, que ao ser questionado perante a existência de pesquisas de levantamento da realidade para a implementação das políticas relatou:

[...] não se contratou uma empresa para fazer um levantamento da realidade, quando a gente trás a sociedade civil, os donos da empresa, junto para conversar, você elabora as necessidades [...]. (Sujeito01)

A fala do sujeito resume a importância da estreita relação entre o poder público e a sociedade civil, protagonistas desta realidade e apesar da participação não ser evidenciada na prática do município, a abordagem teórica sobre o assunto é bastante coerente, já que a participação social é de extrema importância na tomada de decisões da esfera pública, conforme salienta Alves e Vieira (1996, p.121):

É importante abordar a questão da participação da sociedade nessa temática, como forma de exercício da cidadania. O governo deverá assegurar a participação dos atores sociais no equacionamento e solução desses problemas, tendo em vista que a modernização nas relações de trabalho só será conseguida se trabalhadores e empresários participarem ativamente dos destinos da educação e da formação profissional.

A forma em que a participação social se dá no município não pode ser avaliada pela fala do sujeito, mas apresenta em síntese a relevância e a importância de laços estreitos entre o poder público e a sociedade na discussão da formação profissional.

9.3.3 *Garantia de acesso, permanência, atendimento as demandas e de produção de conhecimento da política.*

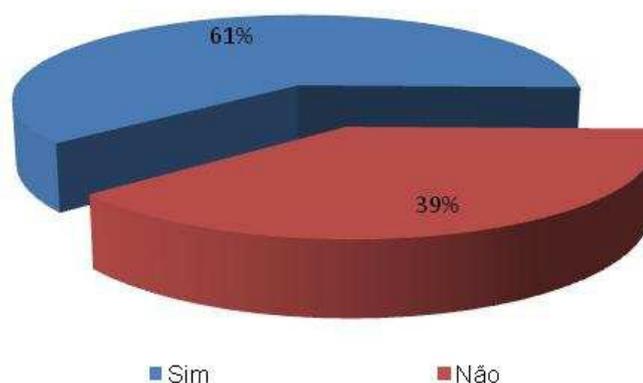
O terceiro eixo trata de uma avaliação da política, abordando a questão da garantia de acesso e permanência nos serviços, o atendimento as demandas postas na contemporaneidade e a produção de conhecimento que política proporciona, já que não bastam serviços eficientes e de qualidade, deve-se desenvolver ações que possibilite o acesso á toda a população que deles necessitarem. Todos os serviços de uma política devem agir sob um processo de transformação da realidade dos usuários envolvidos atingindo as expectativas postas por estes, conforme elucida Zarifian (2001, p.69 apud Muniz, 2004, p.27) que entende por serviço “o processo que transforma as condições de existência de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos” e ainda ao explicar o conceito, coloca que os serviços devem agir sobre as condições de vida do destinatário – um cliente, um usuário, de forma que responda a suas expectativas. Portanto o trabalho da qualificação profissional deve- se dar na perspectiva de mudar a realidade daqueles que utilizaram os serviços.

Ao serem indagados perante o acesso aos cursos aos quais freqüentavam, as colocações mais relevantes (61%) foram dos entrevistados que acreditam que sim, os cursos são de acesso a todos.

Figura 15

SERVIÇOS DE ACESSO A TODOS?

Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do

município de Lençóis Paulista/SP.

Apesar dos números mais relevantes serem dos depoentes os quais afirmam ser cursos de acesso á todos que deles necessitarem, relevantes falas dos sujeitos expuseram dificuldades de acesso, mas não possuíam tal clareza, como se observa a seguir:

[...] acho que é prá mundo. É eu acho que tem, tem que ter vontade de começar. Tem uma seleção, porque esse curso é muito procurado, então quem passar pode fazer e ele é bem concorrido. Mas depois que passar não tem dificuldade. (Grupo 03)

Há é de acesso prá todos porque eu moro no Julio Ferrari, não sei se você conhece? Eu moro lá. Eu moro no núcleo e venho a pé. (Grupo 06)

Sim, eu acho que sim, só querer. Dificuldade tem bastante, porque, tem várias escolas feito essa aqui na cidade, se for fazer mecânica tem que ir lá no Júlio Ferrari, longe de tudo, fora de mão e não dá prá mim, porque o curso lá tem que fazer de tarde e não dá porque tenho que trabalhar, então fica meio difícil o acesso. É prá quem tem uma condução, porque, que nem eu, eu moro lá no núcleo e venho fazer aqui, moro do outro lado lá e não tenho condução, prá vim de carro, porque a gente não tem. (Grupo 09)

Tem gente que dá o nome e não vem mais, que vem um dia e não vem mais, eu acho que não vem porque a pessoa não tem força de vontade mesmo, porque se você precisa mesmo, tem que aprender, você vai que vai. (Grupo 05)

Todo mundo tem acesso, Todo Mundo. (Grupo 02)

Em discussão com o grupo 02, estes refletem sobre uma dificuldade de acesso, mas conseguem visualizar estes impasses que se colocam, já que muitas das responsabilidades públicas são transferidas a sociedade, exatamente como prega os ideais capitalista já vistos nos itens anteriores, portanto nas falas a seguir fica claro esta realidade:

Eu não sei se faz parte aí no caso seu aí [...] porque que nem eu venho de segunda á quinta, porque a V. não vem, de segunda á quinta de manhã e a tarde, não é fácil. Porque tem que ter coragem, eu venho na nova lençóis, eu vinha quatro vez na semana e foi difícil e tem pessoas lá que tem vontade mais é difícil. Tem dificuldade.

Porque você pega circular prá vim e tem pessoa que não tem dinheiro todo dia, eu mesmo venho á pé. Ela parou a pintura agora em agosto, não é irmã?. Se for vê não é fácil, eu entrei na pintura três vezes por semana, cedo e a tarde, então eu só chego em casa faço almoço e volto de novo eu chegou 10:30 e 13:30 eu tenho que ta aqui de novo. Então eu tive que parar a costura, agora eu só estou na pintura e na digitação porque fica só duas vezes na semana e para continuar a costura não dava, agora se fosse perto dava, eu tenho vontade mas não tenho condições. E depende do horário, as vezes tem que pegar em creche, escola.

Perante as falas pode-se verificar que apesar da alegação do grupo de os cursos serem de acesso a todos, em seguida abordam a dificuldade com o modelo de seleção para inserção, onde apenas participam dos cursos os alunos que forem aprovados em avaliação escrita, ou seja, apenas são selecionados aqueles com escolaridade e maior conhecimento. Abordam em seguida a questão da distância entre suas residências e a estrutura onde são prestados os serviços, o qual, em um contexto de desemprego torna-se uma grande dificuldade de acesso, já que estes usuários deverão dispor de maior tempo para locomoção ou então de verbas para financiar as passagens dos ônibus urbanos, situação que pode se justificar pelas falas do grupo 05 onde afirmam que muitos dos usuários não mais freqüentam os cursos. Seria pela falta de acesso?. O PNQ (BRASIL, 2003) fundamenta na compreensão da qualificação profissional como direito, como política pública, ou seja, a quem dela necessitar. Uma fala bastante importante sobre esta incoerência entre as respostas e a justificativa das falas foi no momento em que um dos sujeitos ressaltou seu ponto de vista perante uma dificuldade exposta por outro integrante do grupo:

Quando você falou se seria de acesso geral, desde que queira, de acesso ao público, não as dificuldades, as dificuldades são inerentes não são?, Eu posso ter dificuldades e eu posso não ter eu entendi que fosse de acesso ao público, o curso é aberto á toda população, é para toda população é isso ou não é; Então no caso dele, por exemplo, ele tem dificuldade de se locomover, o Estado teria a obrigação de dar um ônibus sei lá. O ... (Integrante do grupo) vem de Alfredo Guedes, então teria que trazer de Alfredo Guedes aqui. [...] O povo de lá (Alfredo Guedes), você vê, tem que vir a pé, de cavalo. (Grupo 09)

Fica claro nesta fala a dificuldade dos usuários em entender o acesso a política, muitos acreditaram que pelo fato de as inscrições serem abertas para toda a população justificaria o acesso a todos, até mesmo por uma ideologia imposta pelo neoliberalismo onde se defende uma política contra o Estado intervencionista e de bem-estar, que seja cada um

por si, Deus por todos, transferindo a responsabilidade do poder público á sociedade em geral. A afirmação se concretiza em mais uma fala:

É um curso de acesso a todos, é um curso que abriu para comunidade, para população, não é um curso pago. (Grupo 10)

Uma política de acesso a todos vai além da mera inscrição aberta a toda população, se faz necessário a “formulação e implementação de políticas sociais [...] de extensão dos direitos sociais e do acesso dos setores mais pobres da sociedade a benefícios e serviços sociais básicos” (COHN,1996, p.04) é necessário “imprimir uma nova orientação às políticas sociais no sentido de torná-las mais equânimes, e portanto capazes de contemplar a diversidade das necessidades dos diferentes segmentos sociais (ibid., p.02). Portanto o acesso a uma política está intrinsecamente ligado ao acesso aos direitos, á garantir que toda população, nas suas mais diversas formas, situações e condições sociais tenham acesso a esta política, mesmo que isso implique na garantia de outros direitos sociais para que este sujeito disponha da possibilidade de acesso a política, situação a qual pode ser visualizado na fala do sujeito do grupo 09, relatada anteriormente. Nesta perspectiva é necessário primeiramente que o poder público garanta á este indivíduo os meios de transporte, para então dispor da possibilidade de acesso aos serviços disponibilizados pela política.

Perante questionamentos em relação ás ações de qualificação profissional desenvolvidas pelo município e perante suas divulgações, foram de grande relevância (63%) as falas que registraram a inexistência de divulgação dos serviços ou que pelo menos não foram visualizadas.

Figura 16



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Estes dados expressam mais um ponto na questão do acesso as políticas. Uma política de acesso á toda população, certamente é uma política conhecida e seus serviços são reconhecidos pela população usuária. A população conhecendo seus serviços, conseqüentemente significa uma boa divulgação, ou seja, a garantia de acesso á todos, portanto este índice se contrapõe ao índice anterior onde os sujeitos alegam que a política é de acesso a toda a população. Perante este questionamento os depoentes garantem que os serviços não são divulgados ou então que não os reconhecem, afirmação que pode ser verificada pelas falas dos sujeitos:

Eles divulgam muito em cima da hora, sai na tribuna no sábado para começar na segunda, isso é. É verdade. Acho que deviam se comunicar mais, porque a gente sabe que tem mais opção. Até eu moro num bairro tem várias pessoas que não estão sabendo, eu estava conversando com uma amiga minha e ela ficou admirada que tinha. É, eu também fiquei sabendo assim. (Grupo 02)

Esse aqui é o primeiro curso que eu estou fazendo. Eu não conheço todos. É. Por falta de informação senão tinha feito antes. Eu também. O ano passado que minha irmã falou lá, aí eu fiz a prova, mas não passei na de mecânica aí eu vim fazer a marcenaria. (Grupo 07)

Até eu fiquei sabendo por uma tia minha que faz um curso, fiquei sabendo no semestre passado, mas já tinha começado daí eu me encaixei e falei vou fazer este mesmo. Tinha que colocar pelo menos na rádio também aí é mais fácil, no jornal é difícil, a maioria das pessoas não pagam assinatura. Jornal não é todo mundo que compra. A gente compra jornal quando não tem dinheiro para comprar papel higiênico (Grupo 07)

Não é muito divulgado não, as meninas que estão aqui e eu posso convencer porque a assistente social foi lá na minha casa prá falar que tinha, eu não sabia que tinha. Só o de cabelo, uma vez, saiu nem posto aí, tinha de culinária, mas não era aqui, tinha de cabelo, manicure e artesanato, mas lá no projeto guri lá é a assistência que dá também é o governo que dá. Os do município a gente não sabe. (Grupo 06)

Eu acho que não é muito divulgado, quando você vê já passou. Ha é porque hora que você vê já não pega mais. Eu, por exemplo, tentei entrar no corte e costura duas vezes, não consegui, chega lá, pois no jornal, depois vai querendo dizer que não tinha mais vaga, pô. Às vezes vai vizinho, vai parente, vai amigo, os caras já tão ciente já, infelizmente tem muito disso. Às vezes ta lá dentro então já fica sabendo. Já fica sabendo. Já vai sabendo, comenta, vai comentando. Normalmente vai a família toda. (Grupo 08)

Eu acho que não tem! meus amigos que me falam. Eu falei prá ele, e ele falou prá ele. A o pessoal comentou por aí. Um amigo me falou. (Grupo 10)

As falas, na sua riqueza de informação, por si só deixou bastante claro a questão do acesso a política perante as divulgações, fica explícito a ineficácia da divulgação da política, já que a população usuária não reconhece suas ações. Lopes (1995, p.154) faz uma importante conotação em seus estudos: “A análise dos programas sociais mostrou-nos que o acesso a eles, muitas vezes, é menor, proporcionalmente, para os mais pobres [...]”, portanto se faz necessário que ações de uma política sejam realizadas de forma que atinja toda a população que dela necessitar, mesmo que isso implique diferentes abordagens para cada classe social, tendo o cuidado de trabalhar cada contexto com suas especificidades.

Um ponto bastante importante foi perante a fala do sujeito do grupo 06, o qual alegou ser um profissional de Serviço Social quem garantiu o acesso a esta informação, ou seja, o profissional possibilitou a este usuário a inserção aos serviços oferecidos pela política. O projeto ético-político hegemônico da profissão apregoa alguns princípios fundamentais que de forma sucinta são: defesa dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; ampliação e consolidação da cidadania; defesa do aprofundamento da democracia; compromisso com a qualidade dos serviços públicos; posicionamento em favor da equidade e da justiça social; empenho na eliminação de todas as formas de preconceito; articulação com as entidades do Serviço Social, com os movimentos de outras categorias e com a luta geral dos trabalhadores (CFESS, BRASIL, 1993), portanto cabe á este profissional a defesa do direito da população usuária em ter acesso aos serviços público, o que pode ser visto no caso relatado anteriormente. Neste contexto, fica clara a extrema importância da inserção deste profissional em todas as políticas públicas, garantindo a inclusão social da população usuária, já que, uma das situações que inserem um indivíduo em situação de vulnerabilidade social é a falta de acesso ás políticas. Portanto este profissional estará garantindo e otimizando a superação da situação de vulnerabilidade

social. Lembrando que o grupo 06 está relacionado com as ações da política de assistência social, já que os outros serviços de formação profissional não dispõem de assistente social no quadro da equipe técnica.

Foram relativas às falas onde se observou que a inserção se deu pela divulgação boca-boca, uma importante técnica de divulgação para uma comunidade, mas que devem trabalhadas num contexto técnico metodológico, garantindo desta forma que todos tenham acesso as informações. As técnicas utilizadas para intervenção na realidade comunitária e mobilização desta, podem ser utilizadas como forma eficiente de divulgação desta política como: visitas, volantes, panfletos, carros de som, faixas, slogans etc., de forma que se trabalhem cada contexto social com suas especificidades.

Perante a produção de conhecimento, os sujeitos foram questionados sobre os assuntos tratados nos cursos, havendo um equilíbrio nas respostas (51% e 49%), mas foram absolutos (51%) os entrevistados que afirmaram serem cursos que tratam de habilidades mais específicas.

Figura 17



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Neste contexto a abordagem de Alves e Vieira (1996, p.133) é bastante oportuna:

Esses programas devem ter forte conteúdo educativo profissional que garanta ao trabalhador acesso à moderna tecnologia produtiva e a modelos de gestão que possibilitem, de um lado, um leque de ocupações semelhantes para atender às solicitações de mercado e, de outro, a permanência em um mercado cada vez mais concorrencial.

Os programas de qualificação profissional vão além do treinamento aos usuários para atender as demandas postas pelas organizações, ela deve ter um contexto educativo e social. “No caso brasileiro, o ensino da formação profissional limitou-se a ser uma educação para o mundo do trabalho, e distinguiu-se da educação técnica, contida no sistema formal” (ibid., p.125). Nesta perspectiva, as falas deixam evidente o contexto da formação profissional no município:

Não, Só o curso mesmo, a técnica. (Grupo 01).

Não, é específico. É específico (Grupo 02)

É o papel deste curso é que está dando prá nós o que, um aprendizado de usar as máquinas prá quem não tem acesso esta aprendendo e o desenho. A prática mesmo. (Grupo 07)

As falas apresentam a abrangência do conteúdo tratado nos cursos de formação profissional as quais podem ser relacionadas com as abordagens do PNQ (BRASIL, 2003) que nas suas dimensões principais adquire prevalência de noções como: educação integral; formas solidárias de participação social e gestão pública; empoderamento dos atores sociais (na perspectiva de sua consolidação como cidadãos plenos); qualificação social e profissional; território (como base de articulação do desenvolvimento local); efetividade social; qualidade pedagógica; reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores, articulação prioritária com a educação básica (ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos), o que deixa evidente a importância de uma educação profissional voltada para os objetivos de inclusão social e redução das desigualdades sociais, promovendo e expandindo a cidadania e fortalecimento da democracia. Lembrando que uma importante lacuna, posta pelo PNQ (BRASIL, 2003) ao extinto PANFLOR são os cursos de

curta duração, voltados ao tratamento fundamentalmente das “habilidades específicas”, não se comprometendo em uma ação educativa de caráter mais integral, portanto é evidente que a educação profissional específica não atende á um contexto de educação social.

Amparando-se no fato de que os números coletados foram bastante próximos, perante o tipo de conhecimento que os cursos possibilitam, vale abordar as falas dos sujeitos envolvidos aos grupos que afirmam serem serviços os quais trabalham a dimensão social da educação profissional, até mesmo porque a referida questão tornou-se um processo pedagógico pessoal dos instrutores dos cursos, sendo que alguns trabalham nesta dimensão e outros não, trabalham apenas as habilidades específicas. As falas a seguir mostram este contexto:

Fala sobre caráter, cidadania, todo começo da aula ele conversa isso com nós. Fala sobre ir à escola, freqüentar a aula (Grupo 04)

E como fazer as coisa certas. Ensina que quando ta em casa tem que atender bem arrumada, na sair de qualquer jeito. Ela fala do comportamento, do modo de vestir, por uma roupa limpinha, pras pessoas confiarem em nós, porque e se cai alguma coisa na comida, então na cozinha e tem que ter limpeza, higiene. Nas reuniões que a gente vem, fala sobre voltar á escola, as reuniões são muito importantes. Eu estou estudando também a noite. As reuniões são importantes, fala da capacidade, um monte de coisa. Eu logo acabo e não venho mais, mas eu vou sentir uma falta das reuniões, porque elas incentivam muito a gente, até não ser assim tão boba em casa, com o marido, com os filhos. (Grupo 05)

Conversa de tudo, jeito de agir, de trabalhar. Sobre moral. Sobre ir na escola. (Grupo 11).

Tomando como base o PNQ (BRASIL, 2003), a formulação e implementação de projetos pedagógicos e a garantia de investimentos na formação de gestores e formadores, são focos essenciais. Portanto, se faz necessário o desenvolvimento de projetos pedagógicos claros onde os formadores estejam aptos a trabalharem com clareza as diretrizes pedagógicas. Desta forma, garantindo que todos os usuários dos serviços tenham acesso a educação profissional, no sentido mais promissor da palavra.

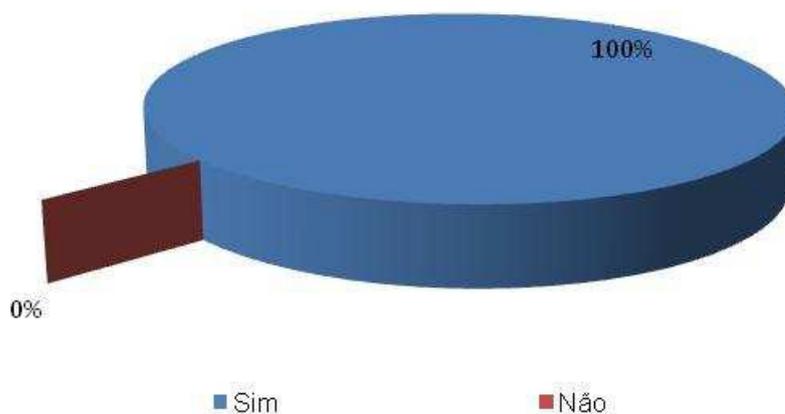
Com relação aos depoentes questionados na perspectiva do conteúdo, dos materiais e profissionais envolvidos na qualificação profissional, foram unânicos (100%) aqueles que acreditam que todos os pontos foram contemplados e certamente estão possibilitando um

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 20, p. 01-174, jul/dez.2007.
SILVEIRA, Graciela Franco; ATAURI, Ilda Chicalé. A política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional.
diferencial para possível inserção no mercado de trabalho, conforme pode ser visualizado na figura a seguir:

Figura 18

CONTEÚDO, MATERIAS E PROFISSIONAIS QUALIDADE?

Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Os índices se justificam na riqueza das falas dos usuários da política, como segue:

É ninguém sabia nada e ela ensinou a fazer a massa, aplicar a técnica, então acho que foi bom. Ha, eu aprendi bastante sim. Deu prá ter conhecimento sim. Olha, ninguém sabia nada sobre esta técnica, então ela ensinou, mas acho que foi bom o curso. (Grupo 01)

Eu não tenho que falar nada, nada. A professora é 10, a sala é 10, a turma é 10. Graças a Deus. (Grupo 02)

É ótimo. Faz pouco tempo que a gente começou, mas a gente já fez uma camiseta, uma saia. E a gente só vai falar bem da professora. (Grupo 03)

A gente tem dificuldade de enfrentar alguma coisa, elas ajudam, as máquinas são muito boas, não tem nenhum defeito que atrapalha a gente, material, não falta material. Tudo de primeira. É material de primeira, dá até dó de usar. (Grupo 06)

Apesar da riqueza das falas bastarem, foi observado que os sujeitos realmente apresentam muita satisfação pelos serviços prestados e todos estavam plenamente auspiciosos com todo o contexto dos serviços. Ferreti e Silva (2000, p.

118) abordam este contexto em sua obra e apregoa que “a produção e atualização de conhecimento tecnológico exige investimentos em pessoal, equipamentos, estrutura, material didático, etc.”, ou seja, conforme relatado nas falas e observado pelo pesquisador, os investimentos são realizados, os instrutores estão atendendo aos anseios dos usuários e os materiais de trabalho são de qualidade e estão disponíveis aos usuários da política.

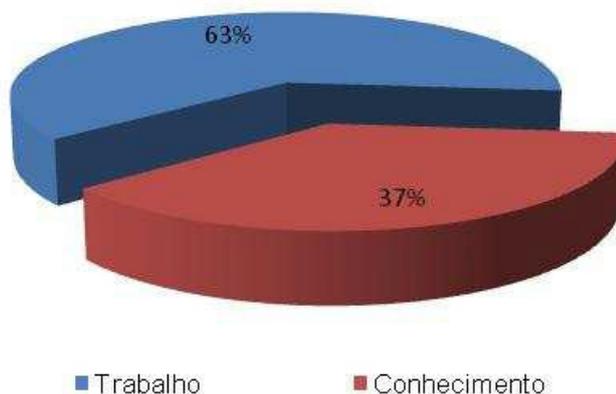
9.3.4 Otimização de inserção e garantia de permanência no mercado de trabalho.

A exposição feita por Alves e Vieira (1996, p.127) deve ser abordada logo no princípio deste quarto eixo da pesquisa, como forma de esclarecer a “otimização de inserção e permanência no mercado de trabalho”, portanto, os autores elucidam que “A formação profissional, por si, não gera emprego. Sua função é qualificar o trabalhador para ocupar emprego de qualidade; ou ainda, abrir novos horizontes ocupacionais para o trabalhador”, neste sentido quando se trata de otimização de inserção e permanência no mercado de trabalho, trata-se da função de qualificar para otimizar esta inserção e permanência. Nesta perspectiva, os entrevistados foram questionados perante os motivos que os levaram a frequência do curso, sendo que se destacaram (63%) os sujeitos que buscaram a inserção por motivos de trabalho ou geração de renda, seja no objetivo de inserção ao mercado ou busca pela permanência.

Figura 19

MOTIVO DE INSERÇÃO NA POLÍTICA

Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Analisando os dados, pode-se verificar a busca permanente de formação profissional como forma de conquistar espaço no mercado de trabalho, é através desta formação que os sujeitos buscam a inserção no mercado de trabalho. Neste contexto, Cacciamali (1996, p. 179) salienta:

A importância da formação e qualificação da mão-de-obra como política para a geração de empregos reside não no fato de adaptar o trabalhador às novas exigências de produção e organização das empresas, mas, o mais importante, permitir a ampliação do conjunto de atributos da pessoa, de modo a torná-la mais preparada às rápidas mudanças socioeconômicas do mundo moderno.

A formação profissional tornou-se essencial na busca pelo acesso justo e de qualidade na inserção do mercado de trabalho, o que justifica a grande procura pela política, como forma de inserção e permanência no mercado de trabalho. As falas onde relatam os

motivos da inserção na política justificam tais abordagens, portanto seguem:

Pra buscar novo trabalho, pra um novo trabalho. (Grupo 03)

E a gente começa aprender, porque às vezes você não sabe uma receita, às vezes eu não sabia e aí se aparece um serviço de doméstica de forno e fogão – Viu dá pra você fazer uma coisa pra mim, eu gostaria tanto?, - ôôô, dá sim, porque tem receita que a gente não sabe e a gente aprende mais, pratica mais. (Grupo 05)

Eu no futuro pretendo usar este curso para trabalhar. (Grupo 07)

Eu estou fazendo para aperfeiçoar meus conhecimentos eu já trabalho numa empresa então é mais uma... Eu não trabalho na área, eu trabalho na área química, pra mim é uma coisa diferente e também futuramente a gente pretende até exercer no futuro [...] Eu estou fazendo para exercer a função mesmo. Eu para obter conhecimento porque a área que eu trabalho envolve muita tensão, voltagem pra mim saber, aprimorar, pra continuar trabalhando, eu trabalho de operador, mas envolve geração energia estar aprimorando, pra mim continuar no meu serviço. É para trabalhar na área. (Grupo 09)

Que nem no meu caso eu estou fazendo elétrica e estou fazendo informática com ele, pra mim está tudo bom porque na área que estou trabalhando futuramente agora eles vão colocar computador em cada oficina, porque eu sou na área da manutenção, só que eles vão colocar na sala da manutenção um computador daí a gente vai ter que fazer relatório então pra mim é interessante fazer isso, porque eu vou ter que saber, pelo menos já sabe não é?, Também senão meu encarregado vai dar um jeito, a parte elétrica também vai ser bom porque muitas vezes precisa, eu já sabia fazer alguma coisa mais hoje já está se abrindo mais a mente eu não entendia algumas coisas eu estou entendendo mais. (Grupo 09)

Para o mercado de trabalhado. Eu também. (Grupo 09)

Diante das respectivas falas ficou claro que os usuários estão buscando a inserção e a permanência no mercado de trabalho via a política de qualificação profissional. Neste contexto foram questionados perante a possibilidade da política proporcionar-lhes condições de inserção ou permanência no mercado de trabalho e os números relevantes (88%) foram dos depoentes que acreditam que sim, o que pode ser visualizado na figura a seguir.

Figura 20

OTIMIZAÇÃO DE INSERÇÃO OU PERMANÊNCIA MERCADO TRABALHO

Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Neste contexto são consideráveis os usuários em uma posição otimista, acreditando na possibilidade de inserção ao mercado de trabalho ou na sua permanência via qualificação profissional. Mas, em questionamento anterior, os usuários relatam que os serviços não abordam assuntos de educação social e sim assuntos específicos da técnica de trabalho, o que certamente será uma preocupação no momento da busca pela inserção no mercado. Alves e Vieira (1996, p.121) elencam este contexto em sua obra:

O efeito da chamada flexibilização do mercado de trabalho decorrente da modernização produtiva poderá ser a precarização do emprego, caso não haja uma política eficiente de educação e qualificação profissional que vise ampliar as possibilidades de emprego do trabalhador; ou seja, que forneça um conjunto de habilidades que possibilite ao trabalhador exercer sua profissão em um maior número de empresas.

A educação profissional deve se colocar em uma posição eficiente e eficaz, ou seja, deve ser uma política de qualidade e que atinja seus objetivos: a inserção mercado de

trabalho. Portanto, o questionamento realizado anteriormente, perante a educação social ou qualificação técnica se entrelaça ao questionamento quanto a otimização da inserção ou permanência ao mercado de trabalho, já que uma política que proporciona acesso e permanência ao mercado de trabalho é aquela que realmente trabalha a educação profissional e social, ambas não se separam. Neste contexto, as abordagens dos depoentes, relacionadas á posição otimista á inserção ao mercado de trabalho, também possam estar relacionado com a perspectiva de vida e cada um deles. Verificam-se as falas:

Há eu estou vendo futuro neste artesanato sim. Eu também vejo futuro. Há eu vejo sim. Acho que vai dar certo sim. Eu acho que por enquanto está meio cru, tem gente que está fazendo o curso, mas poucos estão fazendo o artesanato. Vejo oportunidade sim. (Grupo 01)

[...] Eu acho que a hora que terminar teria uma oportunidade, pelo menos ta sempre anunciando no rádio que ta procurando uma costureira [...] (Sujeito Grupo 03)

Há eu acho que sim. A gente tem mais oportunidade. Aqui a gente é vista pelas pessoas, então sabe que a gente é de confiança. E eles até pode indicar a gente, Porque precisa de indicação, ultimamente tudo precisa e as pessoas precisam saber da confiança, responsabilidade e tudo isso a gente precisa ter pra passar pra essa outra pessoa que você vai trabalhar (Grupo 05)

Eu acho que sim. Eu estou confiante, estou com confiança de que vou arrumar um emprego. Eu vou vender na rua. Estou esperando que vou arrumar um emprego (Grupo 06)

Eu assisti outro dia a tarde em casa uma reportagem sobre Lençóis Paulista e lá falou que era uma das cidades que mais dá emprego, mas não ajusta ninguém, imagina, as empresas: Empresa A, a empresa B, mas não contrata ninguém, é que eles contratam as pessoas de fora. Muitos estão se profissionalizando aqui na cidade, mas não tem opção de trabalho. É verdade. (Grupo 07)

Agora eu vou poder fazer em casa, na minha cozinha nova. [...] Eu consegui a casa nova, agora vou ter uma cozinha nova pra trabalhar. (Sujeito Grupo 05)

prestados pela política de qualificação profissional, os sujeitos se colocam em uma posição de defesa de que os cursos realmente trouxeram um diferencial para o mercado de trabalho.

Ainda existe uma dicotomia entre uma educação técnica, de qualidade e formação profissional e uma educação para atender as demandas do mundo do trabalho, o que confunde as concepções e metodologias educacionais. Alves e Vieira (1996, p.125) alegam que a educação profissional deve “oferece saídas laterais a pessoas que não têm expectativas de chegar a níveis superiores de escolaridade formal, nem possibilidade de acesso à universidade”. Portanto, estes sujeitos devem encontrar como alternativas as opções de qualificação que lhe tragam algum diferencial no mercado de trabalho, mas que vai além deste diferencial, criando oportunidade de acesso à transformação da realidade o qual está inserido, como relatado pelo sujeito do grupo 05, quando se refere à residência que conquistou em um dos programas do município. Este sujeito inseriu-se na qualificação profissional, já está exercendo as funções apreendidas, a política articulou-se com outros programas do município, o usuário conquistou sua residência pelo programa e segundo relatos observados anteriormente, o usuário utilizará a nova residência para exercer suas funções profissionais. É nesta perspectiva que a política deve se desenvolver, buscando a transformação e emancipação dos usuários envolvidos. A penúltima fala (Grupo 07) se coloca em uma posição de questionamento quanto à possibilidade de inserção ou permanência ao mercado de trabalho, onde se discute o contexto das vagas de emprego que estão sendo produzidas no município, as falas a seguir também se desenvolvem na mesma perspectiva:

Precisa ter uma oportunidade. É oportunidade. Aqui em Lençóis é difícil fazer um curso deste e entrar na EMPRESA A mesmo, na EMPRESA B é difícil, não entra fácil tem essa desvantagem aí.
(Grupo 07)

Há eu acho que não porque ta difícil trabalhar. (Grupo 11)

A inserção no mercado está estreitamente relacionada com as demandas locais de mão-de-obra, ou seja, é necessário que ofereçam serviços que realmente possuam aderência ao mercado e atendam as necessidades dos trabalhadores. A tabela a seguir ilustra os cursos ao quais os usuários estão inseridos:

TABELA 01

Cursos os quais usuários estão inseridos

Cursos Oferecidos	F	%
Celulose e Papel	23	21,70
Informática	15	14,15
Costura Industrial	13	12,26
Elétrica Residencial	9	8,49
Mecânica Automotiva	8	7,55
Marcenaria	8	7,55
Reparador Eletrodomésticos	8	7,55
Artesanato Bagaço Cana-de-	6	5,66
Inclusão Digital	6	5,66
Oficina Corte e Costura	6	5,66
Culinária	4	3,77
Total	106	100,0

FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Na perspectiva de análise, os dados do ano de 2008 do CAGED, referente às vagas de maior saldo no município de Lençóis Paulista tornam-se relevantes, portanto segue tabela 02:

TABELA 02

Saldo de emprego gerado no município

CB	Sal. Médio Adm.(R\$)	FREQUENCIA		
		Adm	Desl.	Saldo
Trabalhador da cultura de cana de	465,67	4.084	2.802	1.282
Motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais)	902,77	307	182	125
Tratorista agrícola	685,66	146	80	66
Alimentador de linha de produção	547,9	157	100	57
Operador de equipamentos de refinação de açúcar (processo contínuo)	587,43	46	3	43
Vendedor de comércio varejista	516,99	347	305	42
Auxiliar de escritório, em geral	547,72	300	261	39
Preparador de estruturas metálicas	706,96	73	34	39
Servente de obras	675,77	100	69	31
Faxineiro	548,11	95	66	29

Trabalhador de extração florestal, em	456,2	485	459	26
Assistente administrativo	734,38	68	42	26
Agente de saúde pública	470,4	45	19	26
Trabalhador volante da agricultura	472,26	129	106	23
Eletricista de instalações *	669,85	46	23	23
Professor de nível superior do ensino fundamental (primeira a	719,86	28	5	23
Comerciante varejista	523,79	58	36	22
Soldador	1.080,0	225	205	20
Apontador de produção	669,38	82	62	20
Trabalhador agropecuário em geral	522,57	116	100	16
	625,19	6.937	4.959	1.978

FONTE: CAGED. Ministério Trabalho e Emprego. 2008.

Observa-se que apenas uma das vagas de maior saldo no município (assinalada com asterisco *) possui relação com os cursos oferecidos. A fala a seguir aborta esta realidade:

É geralmente nesta nossa região aqui esta área que nós estamos fazendo aqui este curso está muito defasado, mas lá fora você ainda acha alguma coisa boa que dá condição prá sobreviver, um salário bom, mas geralmente quem faz esse tipo de trabalho não tem mercado. (grupo 07)

Já o grupo 01 observa a abordagem precursora do curso o qual estavam inseridos, utilizando matéria-prima proveniente do município (bagaço de cana-de-açúcar) para construção de artesanato:

São Paulo, por exemplo, o custo do bagaço é alto, eles têm que procurar garapeiro e fica caro para eles, então ele fala que aqui é fácil e ensina como fazer a massa. É Aqui já tem bagaço pronto (Grupo 01)

Concluindo esta análise, a relevância se refere á serviços de qualificação profissional que também considerem as demanda do município, conforme salienta Alves e Vieira (1996, p.120)

Hoje, há necessidade de se enfrentar, com urgência, a questão educacional com a finalidade de melhorar o seu desempenho para obter resultados a médio e longo prazos e, ao mesmo tempo, equacionar uma política de formação profissional que aproxime a qualificação dos trabalhadores ao processo educativo formal,

consideradas as exigências do setor produtivo

De forma que a qualificação profissional está diretamente relacionada com a inserção ao mercado de trabalho, portanto é intrínseco o atendimento às demandas locais. São necessárias ações que analisem a realidade do mercado de trabalho e suas demandas, como pode ser observado no curso de artesanato em bagaço de cana-de-açúcar, que associado ao projeto turístico em andamento no município possibilitará um diferencial aos artesãos locais.

9.3.5 Relevância e desafios do profissional de serviço social inserido na política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional.

Em uma análise ao contexto geral de todas as falas ficou evidente a necessidade de inserção de um profissional de serviço social nos serviços de qualificação profissional do município, já que, conforme constatado até o momento nas análises anteriores, as ações deixam a desejar no contexto social, sendo que o estrutural apresenta uma realidade bastante rica. Portanto, analisa-se no quinto eixo da pesquisa, a relevância e desafios do profissional de serviço social nesta política.

O Assistente social é essencial neste contexto, pois é um profissional apto para garantir a população usuária o acesso a política, bem como seus direitos sociais. Yasbek (200, p.179) evidência nesta perspectiva que sua:

Intervenção ocorre nos processos ligados à reprodução social da vida. Como profissional, o assistente social desenvolve sua atuação em situações sociais que afetam a vida da população em geral e particularmente dos setores mais empobrecidos da sociedade, objetivando a melhoria dessas condições sob múltiplos aspectos. As políticas sociais na esfera pública ou privada configuram-se como mediação fundamental para essa intervenção regulamentada legalmente, orientada por um código de ética e que supõe rigorosa formação.

Portanto o assistente social se torna extremamente importante nestas ações, principalmente pela sua “possibilidade de apresentar propostas de intervenção a partir de seus conhecimentos teórico/metodológicos e técnico operativos e ético- políticos” (ibid.,

p.179) e assim trabalhar no âmbito da abordagem direta da população através de entrevistas, visitas domiciliares, orientações, encaminhamentos, reuniões, acompanhamento com as famílias etc. atendendo e acessando os direitos da população usuária, principalmente no propósito da inserção na política por estudo sócio-econômico e parecer social, de forma que a política seja para todos, levando em conta as relações de classe, etnia e gênero. Na mesma obra, Yasbek ainda afirma que:

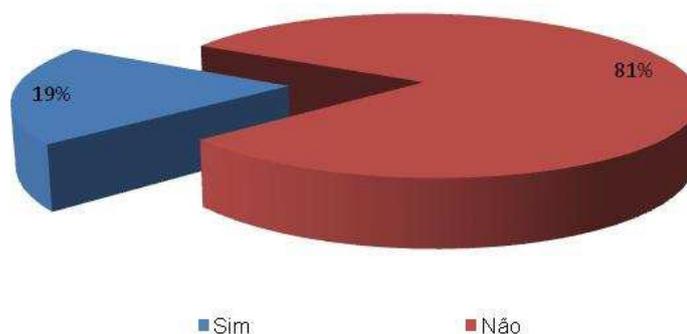
O trabalho do assistente social pode produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais e culturais da vida de seus usuários, em seu acesso e usufruto de políticas sociais, programas, serviços, recursos e bens, em seus comportamentos, valores, seu modo de viver e de pensar, suas formas de luta e organização, suas práticas de resistência.

No contexto da qualificação profissional do município há muito ao profissional de Serviço Social se fazer, já que o número de maior relevância (81%) da população usuária foram daqueles que ao menos conheciam o trabalho deste profissional, conforme é demonstrado na figura a seguir:

Figura 21

CONHECIMENTO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

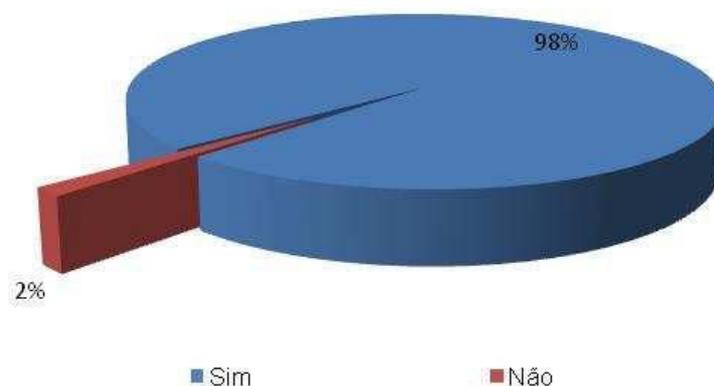
Números mais do que esperado nesta realidade, já que não existe profissional de

Serviço Social no quadro funcional desta política. Os depoentes que afirmaram conhecer seu trabalho (19%) foram questionados sobre a importância de sua inserção na política de qualificação e neste contexto, as afirmações de maior influência (98%) foram dos entrevistados que afirmam que sim.

Figura 22

IMPORTÂNCIA DO ASSISTENTE SOCIAL NA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Em %



FONTE: Usuários da Política de trabalho, emprego e renda, qualificação profissional do município de Lençóis Paulista/SP.

Conforme relatado no início do sub-ítem este profissional se apresenta de extrema importância nas ações desta política, principalmente garantindo o acesso aos seus serviços (constatado em eixo anterior a falta de acesso aos serviços). É através deste profissional que importantes mudanças pode se desenvolver, como a inclusão do critério de inserção, através de estudo sócio-econômico e parecer social, de forma que a seleção por avaliação não seja uma forma de exclusão da classe sem acesso a educação básica. A fala a seguir aborda esta problemática:

O ano passado que minha irmã falou lá, aí eu fiz a prova, mas não passei na de mecânica aí eu vim fazer a marcenaria (Sujeito Grupo 07)

O Profissional dispõe da capacidade técnica de realizar encaminhamentos dos usuários às demais políticas e serviços, bem como de um serviço e outros, utilizando-se de critérios profissional, já que se constatou que os encaminhamentos realizados com o propósito de inserção em cursos, proporcionados aos usuários que já concluíram outras qualificações profissionais no município, são realizados pelos instrutores e não dispõem critérios evidentes.

O Assistente social dispõe da potencialidade ao exercício da função de acompanhar as famílias usuárias; de avaliar concessão de benefícios, principalmente como forma de garantir o acesso e permanência na política; pesquisas sistemáticas de avaliação dos serviços e de mercado como forma de atender as demandas locais; encaminhamentos ao mercado de trabalho através de uma rede com PAT, instituições, órgãos de recrutamento e seleção e empresas, bem como outras inúmeras ações que poderão ser desenvolvidas através de análise institucional e conjuntural. As falas dos sujeitos podem enriquecer a discussão perante a relevância do profissional:

Eu acho imprescindível, no entanto que outros projetos que a gente desenvolve, o assistente social faz parte, como por exemplo, a cooperativa de reciclagem, nós formamos a cooperativa, que se chama COOPRELP, em parceria com a secretaria do meio ambiente, os catadores de materiais reciclados, a minha diretoria e a ADEFILP, associação dos deficientes físicos e hoje são 60 famílias que operacionalizam a nossa usina de reciclagem, então todo lixo que nós produzimos vai prá lá, lá eles separam todo o lixo, depois e prensado e vendido e o dinheiro arrecadado é dividido entre eles, inclusive a cooperativa ganhou muitos prêmios, porque o pessoal é organizado, conseguiu fazer a gestão do negócio e foi em frente, basicamente é isso, e lá desde o primeiro dia que formamos uma cooperativa, tinha e tem uma assistente social acompanhando para cuidar da família, orientação, conscientização. Colocamos o próprio SEBRAE para falar da importância do cooperativismo, associativismo, juntos nós somos fortes, eu acho que em todas as ações esse papel tem que ter um profissional especializado, no caso o assistente social. Nós vivemos em sociedade e se não trabalharmos a consciências social fica complicado, sabemos que é um trabalho em longo prazo e às vezes até de mudanças para próxima geração. (Sujeito 01)

Às vezes o aluno tem dificuldade e o assistente social ajudaria muito neste caso. (Sujeito Grupo 03)

Eu acho importante. É importante. Importante. Muito importante,

porque elas ensinam a gente, como faz como não faz e ajuda muito a gente. (Grupo 06)

Olha. Um dos pontos que teria muita importância, por exemplo, muito estão fazendo o curso, tanto lá na cecap, como aqui ou outra escola qualquer que seja ou lá no SENAI mesmo com a esperança de sair daqui e amanhã lá arrumar emprego quer dizer: se a assistente social que não funciona assim ela deveria passar para as escolas isso direitinho para que os alunos ficassem sabendo, quer dizer a gente sabe se amanhã a gente sair prá fora de Lençóis com esse curso, mesmo sem, por exemplo, um certificado, lá eu entro porque tem muita possibilidade emprego. (Grupo 07)

Tem que ter uma cunha em qualquer lugar. Você tem que, por exemplo, se a assistente social tiver condição de chegar às empresas, ou, por exemplo, no próprio SENAI, ou empresas que faz este tipo de trabalho e que lá a pessoa tenha um curso profissionalizante, o que acontece, chegar e deixar a escola a par disso aí prá elas passarem para os alunos, porque vai que amanhã tira a utilidade deste curso aí não podemos utilizar nada. Encaminhar também não seria?. Geralmente, o que a gente falou ali é um ponto muito excelente, por exemplo, uma coisa que a assistente social pode fazer a uma empresa está precisando de tantos funcionários em tal área, bom vamos procurar dar jeito, por exemplo, escolas, as firmar que trabalham com escolas profissionalizantes prá saber os que mais se destacaram, melhor se destacaram, se interessaram, se interessam, é uma opção que vocês podem fazer prá dar força prá quem está começando. (grupo 07)

Eu acho que ela poderia dar o passe prá gente, porque a gente paga metade, tem gente que não pode pagar. (Grupo 11)

Diante das falas, as quais relatam o que os usuários esperam de um profissional de serviço social pode-se verificar que as abordagens estão pautadas no campo da garantia de direitos, objetivo da intervenção do profissional comprometido com o projeto ético político da profissão. Tratando da questão do desemprego, os usuários relatam em suas falas a necessidade de que o profissional articule a relação qualificação profissional e demandas locais, de forma que garanta a otimização da inserção ao mercado de trabalho através de uma formação profissional e social de qualidade e de atendimento as demandas.

Vale ressaltar uma fala bastante significativa de um dos depoentes:

[...] eu nunca, na minha vida eu nunca vi um trabalho assim voltado ao trabalhador, cada um que se vire pra arrumar serviço você está

entendendo (Sujeito grupo 09)

A fala por si só se explica, mas vale ressaltar o contexto ao qual a sociedade está inserida, aonde a política neoliberal vem trazer uma natureza pragmática, imediatista, submissa e antipopular das classes dominantes, ou seja, a população se assume enquanto protagonista das expressões da questão social como se este contexto fosse muito mais particular do que social. Portando a fala deste sujeito deixa evidente que a população usuária acaba assumindo para si as negligências do poder público.

Perante o questionamento em relação à qualificação profissional no município e se esta reconhece as diversas formas de trabalho e as diferentes capacidades individuais atingindo todos os trabalhadores que dela necessitar, o sujeito 01 ressalta:

Não, mas acho que o campo é maior que uma resposta minha, talvez caia no campo social então acho assim, temos inúmeras opções de qualificação na cidade, você tem a assistencial desenvolvendo esse trabalho na área dela, você tem o meu trabalho na minha área, tem opções, atende todas as demandas, não, porque senão, não teria que fazer o plano de qualificação que iria atender as demandas locais que surgiram, então falta, por outro lado, a gente percebe que entra o aspecto social, pois o sujeito às vezes não tem capacidade de discernimento entre fazer algum curso ou não, desde a formação, a estrutura familiar, a educação social que ele teve lhe desfavorece nesse discernimento, aí entra o papel de uma política da assistência, por exemplo. Hora que nós montarmos o plano de qualificação, voltado atender as demandas que surgiram com a mecanização da cana, ele terá uma papel fundamental de desenvolver um trabalho que vai lá, na raiz do problema desse cara que não tem nada, estimular e ir fazer o curso, olha que trabalho imprescindível da assistente social, estimular esse sujeito que está lá e nós temos que estar aqui para atendê-lo. Nós temos inúmeras as condições mais favoráveis possível no município, ainda falta prá se fazer e mais longe ainda, chegar naquelas pessoas que realmente precisam destes cursos.

Portanto é evidente a necessidade de um profissional de serviço social nesta diretoria e principalmente na autarquia de qualificação profissional existente no município, de forma que ela seja de acesso e atenda a quem dela precisar, já que na estrutura física a política avançou sem limites.

10 CONCLUSÃO

*“A mente que se abre a uma nova idéia,
jamais retornará a seu tamanho original”
(Albert Einstein)*

O estudo possibilitou apreensão teórica perante as relações de trabalho, bem como acerca da política de trabalho, emprego e renda, levando a concluir que a questão do trabalho vem se colocando como pano de fundo das expressões da questão social, principalmente quando se considera de que não há riqueza sem trabalho humano.

Neste contexto, verificou-se que o sistema capitalista vem transformando a realidade do mundo do trabalho como forma de fortalecimento do sistema. As grandes mudanças vêm se sucedendo ao longo dos últimos séculos e têm afetado profundamente a sociedade e o mundo do trabalho, sendo as expressões mais crescentes: a informalidade, o trabalho precário e a pobreza. Estas mudanças estão pautas principalmente no plano ideológico. A classe dominante, os meios de comunicação e seus intelectuais têm construído ideais e ditados á sociedade pela força do sistema, a sociedade tem adotado estes novos modelos de vida, os quais não são inerentes á suas relações sociais e têm deixado destruir suas culturas, suas artes, suas formas de produção e reprodução da vida. O Sistema capitalista vem se expropriando do saber do homem como forma de acumulação de mais-valia e o trabalhador têm perdido definitivamente, o controle sobre o que produzir, como, quando e para quem produz.

Perante todas estas transformações, a questão do desemprego ganha destaque, principalmente por ser uma estratégia de acumulação utilizada pelo sistema capitalista. A Política de trabalho, emprego e renda surge neste contexto como estratégia de enfrentamento ao desemprego e possibilidade de inclusão social. Esta política pública vem trazer um conjunto de medidas que devem alterar a demanda de emprego e trabalho. Dentre esta realidade verificou-se que o ministério do trabalho realiza intervenções de combate ao desemprego e a geração de trabalho e renda através do fundo de amparo ao trabalhador – FAT; do fundo de garantia do tempo de serviço – FGTS e do sistema público de emprego, trabalho e renda que está composto pelo abono salarial, carteira de trabalho e previdência social – CTPS,

intermediação de mão de obra - IMO (SINE), políticas de juventude, programa de geração de emprego e renda – PROGER, programa nacional de microcrédito produtivo orientado – PNMPO, salário mínimo, seguro-desemprego, o sistema nacional emprego – SINE e a qualificação profissional, intervenção que dentre todas as importantes ações desta política ganha destaque e tem se tornado elemento constitutivo de uma política de emprego no Brasil.

Nesta perspectiva a profissão de Serviço Social vincula-se em todas as questões expressas, já que seu objeto de trabalho tem o significado social na demanda de atuar nas expressões da questão social como a pobreza, violência, fome, desemprego, dentre outras, garantindo os direitos sociais. Portanto, este profissional deverá defender os direitos da classe trabalhadora acordando com o compromisso posto pelo projeto ético político da profissão – PEPSS. Diante de uma postura na contramão da lógica do capital que conseqüentemente acaba por assumir, desenvolvendo ações conflituosas nesta perspectiva, o profissional deverá ter clareza da lógica capitalista, do projeto ético político (PEPSS) e ainda deverá ter claro que estes acabam sendo contrários, porém disputam espaço numa mesma realidade, portando é necessário conhecê-los para distingui-los e tratar suas contradições.

Analisando especificamente a política de trabalho, emprego e renda no município de Lençóis Paulista o trabalho possibilitou identificar o contexto e avaliar as contribuições, as lacunas e o grau de participação social na implementação e avaliação das políticas de trabalho e renda no campo da qualificação profissional, bem como o perfil da população usuária desta política no município de Lençóis Paulista/SP como forma de inclusão social e redução das desigualdades sociais, desvelando os desafios e a relevância do profissional de serviço social inserido nesta política

Perante o levantamento do perfil da população usuária da qualificação profissional no município constatou-se que a predominância estava em jovens de 18 á 28 anos de idade, com ensino médio completo de estado civil solteiros, mas com filhos, em média de 01 á 02. A família conta com 03 á 04 membros, com renda per capita de $\frac{1}{4}$ á $\frac{3}{4}$ de salário mínimos. Analisando suas características constatou-se que a predominância não é de afrodescendentes, deficientes, homossexuais ou índios e também não são ex-trabalhadores infantil, não sofreram medidas sócio- educativa e não são egressos do sistema penal, público estes que são prioritário da política nacional de qualificação. Não participam de programas ou projetos e não recebem benefícios da política de assistência social. A predominância foi de indivíduos desempregados, sendo que os empregados estão inseridos formalmente no mercado e ocupam cargos como artesões, faxineiros, auxiliares de produção e margaref.

O Contexto da política de trabalho e renda no campo da qualificação profissional no

município de Lençóis Paulista segue uma tendência mundial de altas exigências e extrema rapidez nas mudanças relacionadas ao aprendizado e capacitação, como forma de enfrentamento desta realidade, o município tem desenvolvido ações voltadas para o incentivo ao artesanato, o turismo, as cooperativas, as associações e a qualificação profissional de forma que se criem alternativas de inserção no mercado de trabalho. A qualificação profissional no município ganha destaque, principalmente por ser gerida por uma diretoria específica da política de trabalho, emprego e renda, situação que não se encontra em muitos municípios brasileiros e ganha destaque ainda por contar com uma autarquia, o centro municipal de formação profissional - CMFP, o qual desenvolve um trabalho, voltado para formação gratuita em diversas áreas profissionais.

Perante a inserção no mercado de trabalho, conclui-se que prevaleceram os sujeitos que se inseriram na qualificação profissional em busca de geração de renda, seja para a inserção no mercado ou pela permanência. Sendo que existe uma predominância daqueles que acreditam que a inserção na política de trabalho, emprego e renda, no campo da qualificação profissional o trará possibilidade e condições para inserção ou permanência no mercado de trabalho. Analisando a questão da possibilidade de inserção no mercado de trabalho verificou-se que apenas um dos cursos pesquisado está relacionado com as vagas de maior saldo no município, o que dificulta a inserção dos usuários no mercado de trabalho.

Em avaliação perante as contribuições da política de trabalho e renda no campo da qualificação profissional como forma de inclusão social e redução das desigualdades sociais, dos indivíduos questionados sobre o assunto prevaleceu aqueles que acreditam que a política de qualificação profissional do município é de acesso a todos os indivíduos que dela precisar. Quando questionados perante conteúdo, os materiais utilizados e os profissionais envolvidos na qualificação profissional acreditam que todos os pontos foram contemplados e certamente estão possibilitando um diferencial para possível inserção no mercado de trabalho.

Em busca de identificar as lacunas, incoerências e limitações da política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional, constatou-se que os dados que prevaleceram foram dos indivíduos que acreditam que esta política não dispõe de uma divulgação de acesso a todos, dado este que acaba colocando em questionamento a contribuição identificada acima, quando afirmam ser uma política de acesso a todos. No contexto do conhecimento ouve predominância dos entrevistados que afirmam que os cursos de qualificação profissional tratam de habilidades mais específicas apesar dos dados apresentarem um percentual bastante equilibrado daqueles que afirmam que o curso trata de assuntos psico- sociais ou educação em geral.

Ao desvendar o grau de participação social na implementação e avaliação das

políticas de trabalho e renda na área da qualificação profissional, constatou-se que a participação social no desenvolvimento e avaliação da política é bastante limitada, inclusive na conceituação do que expressa a efetiva participação social. Na análise prevaleceram quase em maioria absoluta, aqueles que nunca participaram do desenvolvimento ou avaliação da política. E dos dados coletados a maioria absoluta nunca ouviu falar ou ao menos sabem que existe no município uma comissão municipal de emprego.

Em busca de desvelar a relevância do profissional de serviço social inserido nesta política, verificou-se que prevaleceram os indivíduos que nem ao menos conheciam o trabalho de um assistente social, principalmente inserido nesta política, já que não existe este profissional compondo a equipe multidisciplinar, mas aqueles que conheciam o trabalho do profissional predominaram os que acreditam ser de grande importância um profissional intervindo nestas relações.

Ao evidenciar os enfrentamentos postos ao profissional de serviço social, o principal desafio constatado e a intervenção mais esperada pelos usuários da política é perante a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, bem como outras dificuldades constatadas, as quais estão relacionadas com a otimização da consciência social ou garantia de acesso aos bens e serviços, ou seja, um profissional que desenvolva suas ações em prol da classe trabalhadora.

Portanto conclui-se que a política de trabalho emprego e renda no campo da qualificação profissional avançou e muito no município de Lençóis Paulista, mas existe muito a se fazer e somente através de questionamentos críticos desta realidade é que esta política poderá transformar a realidade e contexto social do município. Nesta perspectiva, o profissional de serviço social dispõe de fundamentos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos á contribuir com este propósito de transformação.

Portanto, ressalta-se que a hipótese da pesquisa foi comprovada parcialmente.

Deste estudo, ficaram as propostas que seguem:

- ☐☐ Realização de pesquisas sistemáticas de avaliação dos serviços oferecidos;
- ☐☐ Levantamento das demandas do mercado de trabalho, de forma que a política ofereça serviços (cursos) que atendam estas demandas;
- ☐☐ Contratação de equipe técnica (profissional de serviço social) para o Centro Municipal de Formação Profissional – CMFP;
- ☐☐ Alteração do critério de inserção no CMFP, utilizando-se de estudo sócio-

econômico e parecer social do profissional de serviço social, de forma que a seleção por avaliação não seja uma forma de exclusão social da classe sem acesso a educação básica;

☐☐ Alteração no critério de encaminhamento para outros serviços da política, utilizando-se a intervenção do profissional de serviço social para realização dos encaminhamentos, utilizando-se de critério profissionais;

☐☐ Realização de acompanhamento familiar dos usuários inseridos no CMFP;

☐☐ Criação de oficinas de capacitação dos instrutores dos cursos oferecidos pela política de trabalho, emprego e renda, abordando a necessidade da capacitação psico-social dos usuários;

☐☐ Garantia de acesso aos serviços através de benefícios de transporte;

☐☐ Modificação nos métodos de divulgação dos serviços de forma que se garanta que todos os munícipes conheçam os serviços prestados;

☐☐ Estreitamento de relação entre CMFP e o posto de atendimento ao trabalhador, garantindo encaminhamento ao mercado de trabalho;

☐☐ Aproximação da política de trabalho, emprego e renda, a política de educação e de assistência social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edgard Luiz Gutierrez; VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos. Qualificação Profissional: uma proposta de política pública. **Planejamento de Políticas Públicas - IPEA**, São Paulo: IPEA, n. 12, p. 117-144, mai. 1996.

ANTUNES, Ricardo L. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9.ed. São Paulo: Cortez Campinas, SP: Editora da universidade estadual de campinas, 2003. 200p.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. **A Revolução Industrial**. São Paulo: Editora Ática, 1988, 93p.

AZEREDO, Beatriz; RAMOS, Carlos Alberto. Políticas Públicas de Emprego: Experiências e Desafios. **Planejamento de Políticas Públicas - IPEA**, São Paulo: IPEA, n. 12, p. 91-114, mai. 1996

AZEVEDO, Adriana Fonseca; SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Projeto ético

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 20, p. 01-174, jul/dez.2007.
SILVEIRA, Graciela Franco; ATAURI, Ilda Chicalé. A política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n.92, p.85-96, 2007.

BATISTA, Hugolino de Sena et al. O impacto da globalização na gestão administrativa. **Análise**, Revista das Faculdades de Tecnologia e de Ciências Econômicas, Contábeis e de Administração Padre Anchieta, Jundiaí, n. 12, p. 81-87, mar. 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2007, v.2, 213p.

BILANCIERI, Marcos Vinício. **Políticas públicas para geração de emprego e renda: um estudo e avaliação do PROGER Urbano**. Itu: Ottoni Editora, 2006, 144p. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292p.

BRASIL. Decreto Lei n. 2.284, de 10 de março de 1986. Mantém a nova unidade do sistema monetário brasileiro, o seguro-desemprego, amplia e consolida as medidas de combate à inflação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 14 de março de 1986.

BRASIL. Decreto n. 76.403, de 08 de outubro de 1975. Criação do SINE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 18 de novembro de 1975.

BRASIL. Decreto n.º 92.608, de 30 abril de 1986. Regulamenta o seguro- desemprego instituído pelo artigo 25, do Decreto-lei nº 2.284, de 10 de março de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 02 de maio de 1986.

BRASIL. Lei Federal n. 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 11 de julho de 2001.

BRASIL. Lei Federal n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 12 de janeiro de 1990.

BRASIL. Lei Federal n. 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 12 de janeiro de 1990.

BRASIL. Lei Federal n. 8.019, de 11 de abril de 1990. Altera a legislação do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 12 abril de 1990.

BRASIL. Lei Federal n. 8.662 de 07 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 08 de junho de 1993.

BRASIL. Lei Federal n. 8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Lei orgânica da Assistência Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 08 de dezembro de 1993.

BRASIL. Lei Federal n.º 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 12 de janeiro de 1990.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 20, p. 01-51, jul/dez.2007.
SILVEIRA, Graciela Franco; ATAURI, Ilda Chicalé. A política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004, p.59.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Emprego e Renda**. Brasília. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>> Acesso em: 20 fev. 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Emprego no Brasil: diagnósticos e políticas**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Assessoria Especial do Ministro, 1998.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria de Políticas Públicas de Emprego, Departamento de Qualificação, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**, Resolução n.º. 145, de 15 de outubro de 2004, publicou no DOU de 28 de outubro de 2004.

BRASIL. Resolução n.º. 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 28 de outubro de 2004.

BRASIL. Resolução n.º. 333, de 10 de julho de 2003. CODEFAT. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 15 de julho de 2003.

BRASIL. Resolução n.º. 408, de 28 de outubro de 2004. CODEFAT **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 03 novembro de 2004.

BRASIL. Resolução n.º. 575, de 28 de abril de 2008. CODEFAT **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, DF, 02 de maio de 2008.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Sistema Nacional de Emprego: desempenho interestadual. In: Oliveira, M.A.. (Org.). **Reforma do estado e políticas públicas no Brasil**. Campinas: CESIT, 1998, v. 1, p. 169-192

CACCIAMALI, Maria Cristina; et.al. Crescimento Econômico e Geração de Emprego: Considerações sobre Políticas Públicas. **Planejamento de Políticas Públicas - IPEA**, São Paulo: IPEA, n.º 12, p. 145-195, mai. 1996

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 20, p. 01-51, jul/dez.2007.
SILVEIRA, Graciela Franco; ATAURI, Ilda Chicalé. A política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional.

CACCIAMALI, Maria Cristina; TATEI, Fábio. Trabalho infantil e o status ocupacional dos pais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, ISSN 0101-3157, vol. 28, n. 2, p. 269-290, Abr./Jun. 2008.

CAZETTA, Ubiratan. A Escravidão ainda resiste. **Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea**, Brasília: Organização Internacional do Trabalho, p. 101-126, 2007.

CFESS. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993. Dispõe sobre a ética profissional do assistente social. **Código de ética do assistente social**. CFESS, DF, 15 de março de 1993.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. São Paulo: Makron Books. 2000. 416p.

_____. **Os novos paradigmas: como as mudanças estão mexendo com as empresas**. São Paulo: Atlas. 1998. 319p.

CHITTO, Meire; CHITTO, Terezinha. **“Lençóis 150 Anos. História de Nossa Gente”**. Lençóis Paulista, 2007.

COHN, Amélia. Políticas Sociais e Pobreza no Brasil. **Planejamento de Políticas Públicas - IPEA**, São Paulo: IPEA, n.º 12, p. 01-17, mai. 1996.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1999. 208p.

FERREIRA, Ademir Antônio. **Gestão empresarial: de Taylor aos nossos dias: evolução e tendências da moderna administração de empresas**. São Paulo: Pioneira. 2000. 256p.

FERRETI, Celso João; ZIBAS, Dagmar M.L; MADEIRA, Felicia Reicher; FRANCO, Maria Laura P.B. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 220p.

FREIRE, Lucia Maria de Barros; Freire, Silene de Moraes; Castro, Alba Tereza Barroso de (orgs.). **Serviço Social, política social e trabalho: desafios e perspectivas para o século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008. 302p.

GRANEMANN, Sara. Trabalho, sobretrabalho e financiamento das políticas sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 94, p. 60-72, jun. 2008.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 20, p. 01-51, jul/dez.2007.
SILVEIRA, Graciela Franco; ATAURI, Ilda Chicalé. A política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional.

GUIRADO, Cristiano; FERNANDES, Edson. “**Lençóis Paulista conta sua história - 150 anos**”. Lençóis Paulista, 2007.

HOLTZ, José Luiz Ayres; NOGUEIRA, José Luiz. **Atlas Escolar Histórico e Geográfico**. São Paulo: Editora Noovha América. 2007. 40p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 326p.

IEES da UFF – Incubadora de Empreendimentos Solidário da Universidade Federal Fluminense. **Coletânea sobre Economia Solidária**. Rio de Janeiro. p.116. 2008.

JERÔNIMO, Fátima Behncker; MARASCHIN, Angela de Faria; SILVA Tania Nunes da. A Gestão estratégica de sociedades cooperativas no cenário concorrencial do agronegócio brasileiro: estudo de caso em uma cooperativa agropecuária gaúcha. **Teoria e Evidência Econômica**. Passo Fundo, v. 14, nº. 26, p. 71-89, Mai. 2006.

JUNQUEIRA, L. A. P. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersetorialidade. **Saúde e Sociedade**, São Paulo: Associação Paulista de Saúde Pública, Vol. 6, N.º 2, p. 31-46, ISSN 0104-1290, Ago./Dez.1997.

KOCHER, Bernardo. A Construção de um objeto histórico: a economia política da globalização. **Aportes**, Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, Puebla, México, v. X, n. 028, p. 89-106, abr. 2005.

KREUTZ, Ineida T. Cooperativismo passo a passo. **Departamento de Educação Cooperativista**, Goiânia, 7.ed., p.37, 2004.

LOPES, Juarez Rubens Brandão. Política social: subsídios estatísticos sobre a pobreza e acesso a programas sociais no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo: Scielo Brasil, v.9, n.24, p.141-156. ISSN 0103-4014, Mai/Ago. 1995.

MAAR, Wolfgang Leo. A Dialética da centralidade do trabalho. **Ciência e Cultura**, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, v.58, n.4, p.26-28, ISSN 0009- 6725, dez. 2006.

MALIK, Ana Maria. Cidades Saudáveis: Estratégias em aberto. **Saúde e Sociedade**, São Paulo: Associação Paulista de Saúde Pública, Vol. 6, N.º 2, p. 10-30, ISSN 0104-1290, Ago./Dez.1997

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 20, p. 01-51, jul/dez.2007.
SILVEIRA, Graciela Franco; ATAURI, Ilda Chicalé. A política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional.

MANFREDI, Silvia Maria. Trabalho, qualificação e competência profissional: das dimensões conceituais e políticas. **Educação & Sociedade**, Campinas: Unicamp. vol.19, n. 64, p. 13-49, ISSN 0101-7330, Set.1998.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I. 19 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 2 v. 966p.

MELLO, Luís Antônio Camargo de. Atuação do Ministério Público do Trabalho no Combate ao Trabalho Escravo: crimes contra a organização do trabalho e demais crimes conexos. **Possibilidades Jurídicas de Combate à Escravidão Contemporânea**, Brasília: Organização Internacional do Trabalho, p. 60-100, 2007.

MELO, Wilson Pontes de. Associação e cooperativa de produtores rurais. **Agenda semana do fazendeiro**, 28ª. Uruçuca: CEPLAC/CENEX/EMARC. V. 2. 426p, 2006. MESQUITA, Luis Augusto Carratte de. Socialismo em Karl Marx. **Revista da AGU**. Brasília, ano V, jun. 2005. Disponível em:
http://www.escola.agu.gov.br/revista/Ano_V_junho_2005/Kark%20Marx_Socialismo.pdf. Acesso em: 16 jul. 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002. 1102p.

MINETTO, Gerceley Paccola. O Podel Local como Protagonista de uma Democracia Possível. **Construindo o serviço social**. Revista Instituto de Pesquisas e Estudos da Faculdade de Serviço Social de Bauru. ed.15, p. 07-26, jan.- jun. 2005.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. Globalização da Economia; Exclusão Social e Instabilidade Monetário-Financeira. **Política Comparada** (Brasília), BRASÍLIA, v. I, n. 02, p. 67-88, 1997.

MOTA, Ana Elizabete. Transformações no mundo do trabalho e seus desafios para o serviço social. **O Social em questão**. Revista do programa de mestrado em serviço social da PUC Rio. Ano I, N.º 01, p. 51 – 61, jan. – jun. 1997.

MOURA, Paulo C. **Crise do emprego**: uma visão além da economia. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 280p.

MUNIZ, Egli. **Assistência Social para seus gestores (a)**: Desvendando significados. 338 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista UNESP Franca, SP, 1998.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 20, p. 01-51, jul/dez.2007.
SILVEIRA, Graciela Franco; ATAURI, Ilda Chicalé. A política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional.

NETO, Benedito Rodrigues de Moraes. O Século XX e a teoria marxista do processo de trabalho. **Crítica Marxista**. São Paulo, v.1, n.2, p. 71-84, out. 2002.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001. 93p.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do Trabalho**. 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 1998. 94p.

OLIVEIRA, Marco Antonio (org.). **Reforma de Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP.IE, 1998. 327p.

PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. Manual de Cooperativismo, v.1. São Paulo: OCB/CNPq, 1982, 272p.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na Globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil Escolheu**. Boitempo Editorial. 1.ed. São Paulo 2001.

PORTUGUAL. **Convenção n.º 88 da OIT**. Relativa à Organização do Serviço de Emprego. Concluída a 9 de Julho de 1948. Decreto-Lei n.º 174/1972. Publicou DOU 24 de maio de 1972, registro BIT 23 de junho de 1972.

RAMOS, Carlos Alberto. Notas sobre Políticas de Emprego. **Texto para discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**. Brasília: Serviço Editorial. N. 471. 51p., abr. 1997.

RAMOS, Carlos Alberto. **Políticas de Geração de Emprego e Renda: Justificativas Teóricas, Contexto Histórico e Experiência Brasileira**. Texto 277. Série Textos para discussão. Universidade de Brasília: Brasília. 2003, p. 1-31.

RAMOS, Davidson Afonso. **Políticas Públicas Ativas de Emprego: Estudo de caso do Plano Nacional de Qualificação Profissional – PLANFOR**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte. 2006. Dissertação Mestrado.

SACHS, Ignacy. **Inclusão social pelo trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2003. 199p.

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 20, p. 01-51, jul/dez.2007.
SILVEIRA, Graciela Franco; ATAURI, Ilda Chicalé. A política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional.

SADER, Emir; GENTILI, Pablo A. A. (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.** São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.205.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina.** São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 159p.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia.** 3.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1992.
SANTOS, Marta Alves. A reestruturação produtiva e seus impactos na saúde do trabalhador. **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez. Ano XXVI, N.82, p. 73
– 85, jun. 2005

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único á consciência universal.** São Paulo: Record, 2001. 174p.

SILVA, Cláudio Gomes da. Serviço Social e reestruturação produtiva: entre a lógica do mercado e a defesa do projeto ético político profissional. **Serviço Social & Sociedade,** São Paulo, ano XXIX, n. 94, p. 60-72, jun. 2008.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (org.); GUILHON, Maria V. M.; DEMO, Pedro. **Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2001. 157p.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs.). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Cortez, 2006. 207p.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: Diagnóstico e alternativas.** 3.ed. São Paulo: Contexto, 1999. 139p.

_____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. IEES da UFF – Incubadora de Empreendimentos Solidário da Universidade Federal Fluminense. **Coletânea sobre Economia Solidária.** Rio de Janeiro: UFF. v.2, p. 04-37.

SLACK, Nigel. **Administração da produção.** São Paulo: Atlas. 1999. 526p. SPOSATI, A. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, Cortez, n. 55, p.9-33, 1997.
SUIÇA, Genebra. Organização Internacional do Trabalho. **Recomendação n.º 127,** de 1966

RIPE – Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos: Construindo o Serviço Social, Bauru, v.11, n. 20, p. 01-51, jul/dez.2007.
SILVEIRA, Graciela Franco; ATAURI, Ilda Chicalé. A política de trabalho, emprego e renda no campo da qualificação profissional.

VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos; ALVES, Edgard Luiz Gutierrez. Qualificação Profissional: Uma Proposta de Política Pública. **Texto para discussão - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**. Brasília: Serviço Editorial. N. 376. 29 p., jun. 1995.

WESTPHAL, Márcia Faria; MENDES, Rosilda. Cidade Saudável: interdisciplinaridade e intersetorialidade. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, FGV, Vol. 34, N.º 6, p. 47-61, Nov./Dez. 2000

WOMACK, James P. **A máquina que mudou o mundo**. São Paulo: Campus. 1992. 347p.

YAZBEK, Maria Carmelita. O Programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo Perspec**, São Paulo, vol.18, nº 2, Abr./Jun. 2004.

YAZBEK, Maria Carmelita. Voluntariado e Profissionalidade na Intervenção Social. **Revista Intervenção Social**. Lisboa / Portugal, n.º 25/26, ISSN 08741611, p. 171- 184, nov. 2002.